



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGFIL)

KANT E A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO NAS EDIÇÕES A E B DA
***CRP*: APORIA OU SOLUÇÃO AO IDEALISMO?**
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Discente: CLAUDIO TOBIAS AKIM SANTOS

Matrícula: 201525870005

Belém-Pará, Brasil
2017

**Kant e a Refutação do Idealismo nas edições A e B da *CRP*: aporia ou
solução ao idealismo?**

Por

CLAUDIO TOBIAS AKIM SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal do Pará (UFPA) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Professor Orientador: Dr. Luís Eduardo Ramos de Souza.
Linha de Pesquisa: Teoria do Conhecimento.

Belém-Pará, Brasil
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Santos, Claudio Tobias Akim

Kant e a refutação do idealismo nas edições A e B da CRP:
aporia ou solução ao idealismo? / Claudio Tobias Akim Santos. -
2017.

Orientador: Luís Eduardo Ramos de Souza
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Filosofia, Belém, 2017.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804. 2. Idealismo Alemão. 3.
Filosofia Alemã. 4. Realidade. I. Título.

CDD 22. ed. 193



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL)

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Avalia a Dissertação de Mestrado

**Kant e a Refutação do Idealismo nas edições A e B da *CRP*: aporia ou
solução ao idealismo?**

Elaborado Por: Claudio Tobias Akim Santos
Como requisito total para a obtenção do grau de mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Paulo da Costa Coroa. (Membro Interno)

Prof. Dr. Olavo Calábria Pimenta (Membro Externo)

Prof. Dr. Agostinho de Freitas Meirelles (Membro Interno: Suplente)

Prof. Dr. Luís Eduardo Ramos de Souza.
Professor/Orientador

Belém-Pará, 10 de maio de 2017

Todo sistema filosófico é vulnerável em pontos isolados (pois não pode ser tão blindado quanto o matemático), sem que a estrutura do sistema, no entanto, considerada como uma unidade, corra com isso qualquer perigo – para o qual correriam, sendo novo o sistema, o fato de poucos possuírem habilidade espiritual para uma visão de conjunto do mesmo, e de possuírem menos ainda algum prazer nisso, posto verem toda novidade como um inconveniente. (*CRP*, BXLIV)

Se deixarmos que os objetos externos valham como coisas em si, é absolutamente impossível compreender como deveríamos chegar ao conhecimento de sua realidade fora de nós, uma vez que nos apoiamos apenas na representação que está em nós. Pois não se pode ter uma sensação fora de si, mas apenas em si mesmo, e a inteira autoconsciência não fornece nada, pois, a não ser nossas próprias determinações. O idealismo cético nos força, portanto, a encontrar a única escapatória que nos resta, a saber, em direção à idealidade de todos os fenômenos. (*CRP*, A 378)

O idealismo pode ser tido por inofensivo (embora na verdade não o seja) no que diz respeito aos fins essenciais da metafísica, mas permanece escandaloso, para a filosofia e a razão humana universal, ter de aceitar por mera crença a existência das coisas fora de nós (das quais, contudo, retiramos todo material para nossos conhecimentos, inclusive para nosso sentido interno) e, caso seja do agrado de alguém duvidar de sua existência, não pode opor-lhe nenhuma prova suficiente. (*CRP*, B XXXVIII)

Dedicatória:

Dedico esta dissertação a minha **mãe** (*in memoriam*), aos meus familiares por entenderem e apoiarem a trajetória escolhida por mim, pois eles sempre estiveram presentes na minha vida e formação.

Agradecimentos:

Certamente estes pequenos parágrafos não irão atender todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, fizeram parte e contribuíram nessa importante fase da minha vida. Por este motivo, desde já peço desculpas por aqueles que não estiverem figurando nestas poucas linhas, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e da minha gratidão.

Agradeço inicialmente ao Prof. Dr. Eduardo Ramos pelo apoio, respeito e dedicação contínuos que teve na orientação desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Paulo Coroa que diversas vezes permitiu que eu assistisse suas aulas, as quais foram de grande valia e enriquecimento. Agradeço, também, ao Prof. Dr. Olavo Pimenta que, no pouco tempo que lhe coube, disponibilizou sua atenção, correções e incentivo.

A Sâmia Valena, que teve muita paciência para me acompanhar nesta jornada.

Agradeço a todos os outros professores que participaram da minha jornada acadêmica (presentes e ausentes) e que tornaram este momento possível.

Aos colegas gostaria de deixar aqui minha satisfação em poder conviver com eles durante grande parte da realização deste trabalho.

Resumo

Dissertação de Mestrado
Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL)

Kant e a Refutação do Idealismo nas edições A e B da *CRP*: aporia ou solução ao idealismo?

AUTOR: CLAUDIO TOBIAS AKIM SANTOS

ORIENTADOR: LUÍS EDUARDO RAMOS DE SOUZA

Data e Local da Defesa: Sala da Congregação do IFCH: Belém-Pará, 10 de maio de 2017.

Este trabalho se preocupa com a *Refutação do idealismo* proposta por Kant na *Crítica da Razão Pura*, aonde pretendemos, inicialmente, por meio de uma análise crítica e conceitual que o assunto exige, abordar as questões que Kant levanta contra o *idealismo cético*, e, também, nos posicionar quanto a suficiência da prova proposta por Kant como solução do problema da real existência dos objetos fora da consciência, tanto no *Quarto paralogismo* (edição A), quanto na *Refutação do idealismo* (edição B). Posteriormente vamos mostrar que os argumentos do *Quarto paralogismo* da edição A juntamente com a *Refutação do idealismo* da edição B, são suficientes para a refutação do cético e finalmente provam a real existência dos objetos externos.

Palavras-chave: Idealismo, Realidade, Existência, Kant, Refutação do Idealismo.

Summary

Masters dissertation
Federal University of Pará
Institute of Philosophy and Human Sciences
Postgraduate Program in Philosophy

Kant and the Refutation of Idealism in editions A and B of the *CRP*: aporia or solution to idealism?

AUTHOR: CLAUDIO TOBIAS AKIM SANTOS

ORIENTER: LUÍS EDUARDO RAMOS DE SOUZA

Data and Place of Defense: Room of the IFCH Congregation: Belém-Pará, May 10, 2017.

This work is concerned with the *Refutation of idealism* proposed by Kant in the *Critique of Pure Reason*, where we intend, initially, through a critical and conceptual analysis that the subject demands, to address the questions that Kant raises against *skeptical idealism*, and also, to position ourselves as to the sufficiency of the proof proposed by Kant as a solution to the problem of the real existence of objects outside consciousness, both in the *Fourth paralogism* (edition A) and in the *Refutation of idealism* (edition B). Later we will show that the arguments of the *Fourth paralogism* of the A edition together with the *Refutation of the idealism* of the B edition are sufficient for the refutation of the skeptic and finally prove the real existence of the external objects.

Keyword: Idealism, Reality, Existence, Kant, Refutation of Idealism.

SUMÁRIO

NOTAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO NA EDIÇÃO A DA CRP	
1.1. Exposição sistemática do <i>quarto paralogismo</i>	17
1.2. Discussão dos conceitos	21
1.2.1. A inferência e sua origem: objeto externo x objeto transcendental.....	21
1.2.2. A importância das intuições puras do espaço e do tempo	25
1.2.3. A questão do <i>eu</i> e do permanente na edição A.....	28
1.2.4. Sobre os conceitos de percepção e representação na edição A	33
1.2.5. O sentido de experiência em Kant na edição A.....	36
1.3. Posição de Guyer referentes a edição A	39
CAPÍTULO II: A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO NA EDIÇÃO B DA CRP	
2.1. Exposição da <i>Refutação do idealismo</i> na edição B da <i>CRP</i>	45
2.2. Discussão dos conceitos	52
2.2.1. O <i>eu</i> puro e o <i>eu</i> empírico na edição B.....	52
2.2.2. Autoconsciência e consciência dos objetos exteriores	56
2.2.3. Distinções entre realidade e existência.....	61
2.2.4. A questão da experiência na edição B	66
2.3. Posição de Georges Dickel sobre a edição B	70
CAPÍTULO III: ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE AS REFUTAÇÕES A E B	
3.1. Algumas relações entre as edições A e B da refutação kantiana do idealismo	75
3.2. Discussão de conceitos	84
3.2.1. Os juízo e suas funções	84
3.2.2. Dedução metafísica das categorias e os juízos	88
3.3. Posição de Caranti sobre <i>Quarto paralogismo</i>	92
3.4. Posição de Allison sobre a edição B	96
CONCLUSÃO: A SUFICIÊNCIA DA REFUTAÇÃO KANTIANA DO IDEALISMO NA JUNCTÃO DAS EDIÇÕES A E B DA CRP	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

NOTAS

A *Crítica da Razão Pura*, abreviada doravante por *CRP*, possui duas edições, uma de 1781 e outra de 1787, que se convencionou chamar de edições ‘A’ e ‘B’, respectivamente, e ficarão com as abreviaturas do título da obra em português, indicando sua edição com as letras ‘A’ e ‘B’. Neste trabalho, a referência a ser utilizada, via de regra, será da tradução de Fernando Mattos (2015). Serão utilizadas para comparação no alemão a edição da Felix Meiner Verlag (1998), que terá sua indicação como *KrV* e no inglês a tradução de Paul Guyer e Wood Allen (2000). Para todas as passagens em língua estrangeira que foram traduzidas para o português, a tradução é de nossa responsabilidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na exposição e análise argumentativa da *Refutação do idealismo*, nas edições A e B da *Crítica da Razão Pura* de Kant, e tem como objetivo principal encontrar fundamentos que nos possibilitem decidir, se os argumentos de Kant são suficientes quanto a sua pretensão de dar por superado o problema do idealismo cético trazido pela filosofia de Descartes¹, ou se este problema se trata de uma aporia.

Ter a filosofia de Descartes como ponto antagônico na *Refutação do idealismo* não se atribui a uma simples escolha, mas mostra-se necessário, pois corresponde a confirmação da própria filosofia de Kant, como nos mostra Keller:

Como Kant defende sua própria forma de idealismo, idealismo transcendental, a Refutação não se dirige a todas as formas de idealismo. A Refutação é dirigida contra uma preocupação céptica especificamente moderna e pós-cartesiana sobre se as crenças sobre o estado exterior têm o mesmo grau de garantia que as crenças sobre estados internos (1998, p. 196 - tradução nossa).

A relevância da temática se evidencia na grande importância que a corrente idealista² tem na história da filosofia, pois a mesma influenciou e ainda influencia inúmeros pensadores, chegando a criar um grande volume de controvérsias literárias a respeito do tema que ficou conhecido como “idealismo alemão”³.

Assim, a nossa pretensão é seguir os argumentos traçados pelo filósofo mantendo sempre a coerência conceitual que o trabalho exige, pois a forma complexa e concisa em que Kant expõe o tema da *Refutação do idealismo*, tanto na edição A quanto na edição B, torna

¹ Neste trabalho daremos ênfase a refutação kantiana ao idealismo de René Descartes (1596-1650), também chamado de idealismo cético ou problemático, que parte da dúvida da existência dos objetos extensos e/ou externos; o idealismo de George Berkeley (1685-1753), também chamado de idealismo dogmático, não terá destaque neste trabalho pois Kant acredita ter superado a posição deste autor já na *Estética transcendental* da *CRP* (*CRP*, A3 77 / B 274).

² Vamos entender como idealismo a mesma forma compreendida por Kant, que chama de “idealismo verdadeiro” a corrente filosófica que defende que “...a realidade dos objetos externos não é passível de uma prova rigorosa; a dos objetos do sentido interno, por outro lado (eu mesmo e meu estado) seria imediatamente clara por meio da consciência. Aqueles poderiam ser meras ilusões, mas estes segundo sua opinião, seria algo inegavelmente real” (*CRP*, B 55).

³ Destacamos que o idealismo alemão não é nosso objeto de estudo neste momento, citamos apenas para mostrar a influência da filosofia de Kant, ideia que compartilhamos com Hartmann, que afirma: “O que reúne os pensadores do idealismo alemão num grupo homogêneo, a despeito das oposições e pontos de discussão conscientes. É, em primeiro lugar, a posição do problema comum. O ponto de partida para todos eles é a filosofia kantiana, cuja riqueza inesgotável produz sempre novas tentativas de solução para os problemas propostos” (1983, p. 9).

nossa empreitada ainda mais árdua, deste modo seguiremos nosso caminho, sem dar especial atenção a uma ou outra edição, tratando ambas como momentos importantes a seres analisados.

Para isso, nos vemos obrigados a destacar alguns conceitos para melhor compreender as diferenças e nuances de cada uma das edições e ainda buscar por maiores esclarecimentos em outros lugares, como em trabalhos desenvolvido por outros autores com mais experiência na filosofia de Kant, ou mesmo na própria reflexão.

Com nossa meta traçada, seguiremos com o foco de que no contexto geral da *Crítica da Razão Pura*, Kant tem a pretensão de resolver os problemas teóricos, relacionados à possibilidade do conhecimento científico, por meio da investigação do uso e dos limites da razão. Então, apesar de entendermos que a *Refutação do idealismo* é apenas um apêndice na filosofia de Kant, a sua solução é um ponto importantíssimo para manter a coerência e integridade do seu sistema crítico.

Na sua trajetória *Crítica*, que pretende provar que um conhecimento não só é possível como verdadeiro, Kant se depara com o idealismo cético de Descartes, que, de modo geral, afirma que é impossível ao ser humano provar diretamente a real existência de objetos fora da unidade pensante do *eu* e que a única existência certa e indubitável é o próprio pensamento (*cogito ergo sum*).

Neste momento Kant se vê diante de um grande desafio, pois além de ter que provar que o conhecimento do mundo é possível, ainda tem que provar que o mesmo existe e pode ser colocado como objeto de investigação pelo sujeito cognoscente.

Logo, Kant propõe uma estratégia ousada que dita mudanças nas formas de relacionar sujeito-objeto, apresentando uma “distinção” no próprio objeto entre *fenômeno* e *coisa em si*, e ao fazer esta distinção Kant afirma que ao homem só é possível o acesso dos objetos enquanto fenômenos, pois estes são capazes de serem representados na mente por meio de faculdades, negando toda e qualquer tentativa de conhecimento das coisas em si mesmas.

À primeira vista, o que parecia uma prova irrefutável se tornou na filosofia de Kant um grande obstáculo, pois vários pensadores vieram posteriormente o acusar de idealista aos moldes cartesiano, já que para os seus adversários o mesmo negava o acesso imediato aos objetos em si mesmo e ainda tinha colocado uma representação no seu lugar, a qual poderia muito bem ser fruto da capacidade inventiva da mente.

Na primeira edição, é no *Quarto paralogismo* que Kant vai se contrapor ao idealismo e demonstrar que a prova da realidade dos objetos externos é possível e que estes não são efeitos de meras ilusões.

Iniciando seus argumentos, Kant nos mostra que Descartes tinha alguma razão em sua filosofia e acaba por receber a primeira conclusão de Descartes, onde o mesmo afirma o *eu* como unidade pensante. Porém, dando sequência a sua exposição, Kant vai nos dizer que qualquer tentativa de prova que tome como fundamento a mera inferência torna essa prova insustentável.

Esta insuficiência de prova se deve à natureza da inferência, e, por este motivo, vamos destacar este conceito no primeiro capítulo, intitulado “A refutação do idealismo na edição A da *CRP*”, sendo que, no seu primeiro item, temos a pretensão de mostrar, a partir de Kant, que a inferência não pode ser ferramenta de prova devido sua natureza exclusivamente intelectual.

Como Kant defende que não existe outra forma de pensar os objetos, a não ser a partir da distinção entre fenômeno e nômeno, vimos a necessidade de mostrar como estes fenômenos são possíveis ao sujeito, e, para isso, teremos que revelar as intuições puras e *a priori* do espaço e do tempo que Kant expõe na *Estética transcendental*⁴.

Após ter esclarecido como é possível a representação de um objeto na forma de fenômeno, destacaremos como Kant percebe esse *eu*, que possui em si, ao mesmo tempo, além da capacidade de intuir, também a capacidade de organizar e sintetizar os objetos em um conceito, o que para ele torna possível um conhecimento.

Como ao sujeito é impossível o acesso à coisa em si mesma, a ele só é permitido pensar um objeto pela representação de seu aparecimento, ou seja, no seu fenômeno, logo, tudo que existe na mente são representações. Com isso, destacaremos as diferenças existentes entre os conceitos de percepção e representação, porque, no nosso entendimento, estes conceitos ocuparão um lugar de destaque na segunda edição, principalmente o conceito de representação.

Ainda no primeiro capítulo, traremos os argumentos de Kant sobre o conceito de experiência, pois é evidente que se trata de um conceito chave dentro da sua filosofia teórica, uma vez que ele inicia sua obra, nas duas edições, mostrando que “A experiência é, sem dúvida, o primeiro produto que nosso entendimento fornece ao trabalhar a matéria bruta das

⁴ *CRP*, A 19-49 / B 33-73.

percepções sensíveis”⁵ ou “não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência...”⁶.

Para finalizar este capítulo, vamos expor o entendimento do comentador Paul Guyer, que entre outras coisas, vai nos mostrar algumas inconsistências referentes ao conceito de apercepção na filosofia de Kant, que, em sua visão, acaba comprometendo a *Refutação do idealismo*.

No que diz respeito ao segundo capítulo, intitulado “A refutação do idealismo na edição B da *CRP*”, merece destaque o fato de Kant ter criado uma seção independente intitulada *Refutação do idealismo*, na segunda edição da *CRP*, que deslocou a discussão da *Dialética transcendental* para a *Analítica transcendental*, tratando especificamente do problema do idealismo, porém, tão ou mais intrigante que esta alteração, foi a inclusão da grande nota no prefácio da edição B⁷, que para muitos foi uma tentativa de última hora de solucionar o problema de uma seção inteira.

Sem dúvida, existiram algumas mudanças na argumentação do filósofo de uma edição para outra, e uma delas consiste na argumentação de Kant que prova que a representação objetiva do tempo depende das representações espaciais fora do sujeito, assim o *eu* empiricamente determinado passa a depender da intuição de objetos no espaço. Por este motivo, após apresentarmos os argumentos de Kant na segunda edição, passamos à análise dos conceitos do *eu* puro e do *eu* empírico.

Seguindo os argumentos do filósofo na segunda edição, pretendemos esclarecer como se dá essa autoconsciência empírica e a consciência dos objetos exteriores, relacionadas com a faculdade puramente formal da apercepção.

Posteriormente, vamos investigar a diferença existente entre os conceitos de existência e realidade na filosofia transcendental, partindo da análise das categorias da modalidade e da qualidade, a fim de esclarecer o porquê de podermos afirmar que todo real é possível, mas nem todo possível é real.

Depois da discussão sobre o sentido de realidade e existência, retomaremos o conceito de experiência na edição B, na tentativa de entender o emprego das expressões [*Erscheinung*] aparecimento e [*Phaenomenon*] fenômeno⁸, serem traduzidas inadvertidamente como fenômenos nas edições brasileiras, tudo isso na pretensão de auferir esclarecimentos de

⁵ *CRP*, A 1.

⁶ *CRP*, B 1.

⁷ *CRP*, B XXXVIII-XLI.

⁸ Podemos citar aqui a preocupação do Prof. Olavo Calábria quanto a tradução e utilização dos termos “fenômeno” e “aparecimento” na filosofia de Kant (PIMENTA, 2006). Trataremos melhor sobre este assunto no item “2.2.4. A questão da experiência na edição B”.

como Kant entende cada um deles, pois se tratam de conceitos fundamentais para se entender o que é uma experiência para Kant.

Para finalizar o segundo capítulo, vamos expor a posição que Georges Dicker tem sobre a *Refutação do idealismo* na edição B, exibindo a sua ideia de que existe uma “história experiencial”, na qual o sujeito se utiliza de sucessivas experiências subjetivas que se estendem no tempo ao longo de sua vida, terminando assim o capítulo dois.

Apesar das distinções apontadas por nós nas edições A e B, veremos que Kant mantém algumas posições, como por exemplo, a unidade do *eu* pensante como possuidor das capacidades cognitivas e o entendimento de que o *eu* puro é quem tem as condições formais para todo e qualquer consciência.

É a partir destas constatações que no capítulo três, intitulado “Algumas relações entre as refutações A e B”, vamos confrontar as diferentes edições, iniciando já com a discussão do conceito do juízo, pois acreditamos que sem a compreensão deste conceito e do modo com que Kant entende o mesmo é impossível tratar da temática proposta⁹.

Posteriormente passaremos a investigar a relação existente entre a *Dedução metafísica* das categorias e a sua relação com os juízos, para compreender as diferentes formas de juízo e como elas servem para executar a ação de prova dos objetos externos, pois, como é de conhecimento de todos, Kant se utiliza da distinção dos juízos para determinar a possibilidade do conhecimento, e, desta forma, a existência dos próprios objetos fora do sujeito.

De modo geral, a filosofia de Kant busca sempre por condições universais para que qualquer consciência finita possa se impor e ter seu lugar, então em sua procura ele encontra um *eu* que possui faculdades universais, mas que tem seu limite traçado pela sensibilidade, já que este *eu* só pode pensar ligando intuições a conceitos, por este motivo Kant busca os elementos e condições mais essenciais, sem as quais o sujeito não pode pensar o mundo.

Muitas vezes queremos que o filósofo nos diga algo acerca da estrutura do real, o que ele é de verdade, quando a real preocupação de Kant, é apenas afastar algum tipo de ceticismo que impeça o conhecimento. Entretanto, querer que Kant não só afaste o ceticismo da teoria do conhecimento, mas também que ele demonstre todas as características do mundo externo, seria pedir pelo desvelamento da coisa em si.

⁹ Assim como Williges, percebemos que a saída encontrada por Kant ao *idealismo cético* encontra-se no *idealismo transcendental* no seu conjunto, isto é, não basta a análise de meros recortes da filosofia de Kant (2007, p. 132).

Enfim, concluiremos esta capitulação com as posições de Caranti e Allison sobre as refutações A e B, respectivamente, que deixamos para o final propositalmente, por reconhecer que suas posições vão ao encontro daquilo que acreditamos como mais sustentável na filosofia de Kant.

Por outro lado, vale ressaltar que as posições de Guyer e Dicker foram colocadas propositalmente por conterem conteúdo divergente da nossa hipótese inicial, no intuito de nos fazer refletir sobre a possibilidade de Kant não ter superado o idealismo cético com seu *idealismo transcendental*, entretanto nosso posicionamento sobre a suficiência ou insuficiência da refutação kantiana ao idealismo cético só se dará ao final do trabalho quando tivermos cumprido a meta traçada por nós¹⁰.

Esperamos que por este caminho, possamos chegar a uma conclusão válida a respeito dos problemas relacionados a *Refutação do idealismo*, e que, também, possamos decidir se os argumentos de Kant são realmente suficientes para solucionar o problema do ceticismo trazido pelo idealismo problemático cartesiano.

Com efeito, a hipótese a ser defendida neste trabalho, parte do princípio de que as provas apresentadas por Kant na CRP são suficientes para superar o idealismo problemático de Descartes por meio da *Refutação do idealismo* somente quando as edições A e B são pensadas em conjunto, ou seja, como complemento de uma para com a outra. Sem essa junção, em nossa visão, faltam aportes para dar por solucionado o problema do idealismo cartesiano, pois entendemos que a edição B vem como complemento convergente para suprir algumas possíveis lacunas da edição A.

¹⁰ Temos consciência que muitos outros pensadores poderiam ocupar o lugar destinado à contradição da *Refutação do idealismo*, mas a posição de destaque em que estes aparecem não impediu que fossem utilizados e citados os escritos de outros estudiosos que não coadunam com a proposta apresentada por Kant.

CAPÍTULO I: A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO NA EDIÇÃO A DA CRP

1.1. Exposição sistemática do *quarto paralogismo*

Se compararmos as “Refutações do idealismo” nas duas edições da CRP, vemos que a mesma tem seu local alterado de uma edição para outra. Na edição A, a *Refutação do idealismo* fica inserida no *Quarto paralogismo, da idealidade (da relação externa)*¹¹, ou seja, na *Dialética transcendental*, no capítulo intitulado sobre *Os paralogismos da razão pura*. É neste momento que, na primeira edição, Kant vai se contrapor ao idealismo e provar que a existência de objetos exteriores não se trata de mera ilusão, argumentando contra o *idealismo cético*¹².

Kant inicia o *Quarto paralogismo* expondo os argumentos daquele que o mesmo escolhe como seu antagonista (Descartes), e o expõe da seguinte forma:

(P1) Aquilo cuja existência [*Dasein*] só se pode inferir como causa para dadas percepções tem apenas uma *existência* [*Existenz*] duvidosa.
(P2) Agora, todos os fenômenos [*Erscheinungen*] externos são de tal tipo que sua existência [*Dasein*] não pode ser percebida imediatamente, mas apenas inferida como causa de dadas percepções.
(C) Logo, a existência [*Dasein*] de todos os objetos [*Gegenstände*] é duvidosa (CRP, A 366-80)¹³.

Da forma com que Kant expõe os argumentos de Descartes, podemos perceber claramente a postura cética de que qualquer tentativa de se provar a existência de objetos externos por mera inferência é problemática.

A estratégia utilizada por Descartes em generalizar tudo sob a dúvida hiperbólica funda-se na pretensão de provar algo que não esteja suscetível a nenhum tipo de suspeita

¹¹ CRP, A 366-67s.

¹² Em nossa visão, Kant insere o tema no *Quarto paralogismo* por entender que, pela exposição de Descartes, o problema dos corpos extensos passa a ser um problema dialético, portanto insolúvel. No que concerne ao idealismo material entendemos que para Kant o mesmo já fora superado desde a *Estética transcendental* – ideia que compartilhamos com Allison (1992), Abela (2002), Caranti (2007) entre outros. Mas, que não é compartilhada por Souza, que chega a afirmar que tanto Berkeley quanto Kant tem os mesmos anseios, que é a pretensão de fundar todo o conhecimento a partir do sujeito, e, “Além disso, mostrou que os dois filósofos defendem a posição realista e refutam a idealista, embora para tal empreguem argumentos distintos” (SOUZA, 2014, p. 62).

¹³ Os termos “*Dasein*” e “*Existenz*” foram traduzidos para o português indiferentemente como “existência”, da mesma forma que foram para o inglês como “*existence*”. Traduções que a nosso ver são equivocadas se não contiverem nenhum tipo de advertência, pois acreditamos que Kant não teria o cuidado de distinguir tais termos em alemão se estes não tivessem um emprego diferenciado. (Versões utilizadas para comparação: no português, Fernando Mattos (2015), Valério H.ohden e Udo Moosburger (1980); em inglês, Paul Guyer and Allen Wood (2000); e, no alemão, a edição da Felix Meiner Verlag (1998).

quanto a sua validade e evidência. E, segundo o filósofo francês, a única coisa que podemos ter como certa e indubitável é o *eu* com ser pensante, o que possibilita o mesmo afirmar o *cogito ergo sum*¹⁴.

Após a primeira conclusão, que afirma a existência do *eu* como ser pensante, Descartes parte para investigação sobre a existência dos objetos que possam estar fora dessa consciência. Mas, a conclusão que ele chega sobre estes objetos é a de que a existência destes últimos só pode ser verificada após a regra geral de (P1), o que leva sua filosofia ao limite da especulação de possibilidade da existência dos corpos extensos fora do sujeito.

O resultado disso é que o argumento idealista cartesiano lança toda a realidade de objetos fora do *eu* pensante sobre uma dúvida intransponível, já que o pensamento está preso em si mesmo, podendo utilizar-se somente de uma ferramenta (inferência) que se apresenta como insuficiente para tirar o pensamento de si e levá-lo aos objetos fora dele.

Esta postura leva a filosofia de Descartes ao ceticismo quanto à prova da real existência dos objetos fora do sujeito, pois, para ele, este *eu* que está plenamente consciente de sua existência pode estar enganado quanto a existência dos objetos externos, já que estes podem ser apenas efeitos do mero jogo interno de suas capacidades.

É quando em (P2) Kant mostra que o argumento de Descartes se trata de uma especulação, que versa sobre a possibilidade de que os fenômenos possam ser inferidos de dadas percepções externas, pois a consciência não pode ter uma percepção imediata dos mesmos.

Assim, pela inferência de (P1) e (P2) temos um paralogismo, porque desta forma só podemos pensar o exterior como possibilidade de uma causa externa por inferência, isto é, só podemos alcançar os objetos ditos exteriores de forma mediata, não sendo garantido ao sujeito a possibilidade de ligação imediata com o mundo externo onde se acredita estar esse objeto.

Esta incapacidade de ligar o *eu* com o mundo externo de forma imediata torna essa questão sempre problemática, pois tanto a causa quanto o efeito podem ter sido gerados por um jogo interno da mente, criando assim uma ilusão em que a consciência toma como verdadeira a relação entre externo e interno.

Deste modo, temos que toda e qualquer tentativa de alcançar os objetos externos por pura inferência torna a prova desses objetos um problema insolúvel, já que a realidade dos objetos para o sujeito estará sempre além de suas capacidades intuitivas.

¹⁴ DESCARTES, 2ª Meditação, §7.

É sobre esta perspectiva que Kant nos apresenta aquele que ele chama de idealista, ao qual vai se opor. Nas palavras do filósofo temos, que

Por um *idealista* não se deve entender, portanto, aquele que nega a existência [*Dasein*] dos objetos externos dos sentidos, mas aquele que só admite que ela seja conhecida através de percepções imediatas, inferindo daí contudo, que nós nunca poderemos, por meio de toda experiência possível, estar inteiramente seguros de sua realidade [*Wirklichkeit*] (CRP, A 368-69).

Apesar de estar preparando o terreno para suas críticas, percebemos que Kant é favorável a dúvida de Descartes, que consiste na afirmação de que os objetos externos não estão contidos no *eu*, isto é, estes objetos não podem ser encontrados na pura apercepção, pois, se assim fosse, os objetos exteriores ao sujeito poderiam ser achados pela simples determinação da própria apercepção, e, assim, não teriam nada de exterior¹⁵.

Para os idealistas o objeto tem duas facetas: a) o objeto que diz respeito à coisa em si mesma e funciona como causa primeira das percepções; e, b) o objeto que diz respeito à representação que o sujeito faz do mesmo, mas que jamais poderá ser ligado diretamente a sua causa externa.

Depois de entender esta diferença, Kant passa a submeter à prova os princípios idealistas com o intuito de solucionar o problema da relação entre as causas das percepções das próprias percepções. Para tanto, o filósofo assume uma postura que vai chamar de *idealista transcendental*, e Kant a expõe da seguinte forma:

Por *idealismo transcendental* de todos os fenômenos, contudo, entendo a doutrina segundo a qual nós os consideramos [os fenômenos], em seu conjunto, como meras representações [*Vorstellungen*], não como coisas em si mesmas, e o tempo e o espaço, de acordo com isso, são apenas formas sensíveis de nossa intuição, e não determinações ou condições dadas por si mesmas (CRP, A 369).

Na sequência desta definição Kant passa a distinguir o *idealismo transcendental* do *realismo transcendental*, sendo que este último defende o tempo e o espaço como coisas dadas em si mesmas independentes da sensibilidade do sujeito, mas, para Kant, este último ainda desempenhará o papel de *idealista empírico*, que por sua vez, acredita na existência dos objetos em si mesmos, independentemente dos sentidos e das representações.

¹⁵ CRP, A 368.

É contrapondo a estas duas correntes que Kant acredita que o *idealista transcendental* é quem soluciona o problema do *idealismo cético*¹⁶, apresentando-se como um *dualista*, pois este é também um *realista empírico*, isto é, o *idealista transcendental* é aquele que admite a existência da matéria mesmo sem sair da autoconsciência e sem supor mais do que aquilo que suas capacidades o permite por meio das suas representações e sentidos, ou seja, o *idealista transcendental* é aquele que percebe e identifica os limites do *eu* pensante.

A postura que afirma que o *idealista transcendental* também pode ser um *realista empírico* se deve ao fato de que, tanto para o *idealista transcendental* quanto para o *realista empírico* só o que há, de ambos os lados [interno e externo], são representações [*Vorstellungen*], cuja percepção imediata (consciência) é, ao mesmo tempo, uma prova suficiente da sua realidade. Em outras palavras, a consciência é testemunho direto da realidade de suas representações; e, algumas representações possuem enquanto objeto o aparecimento [*Erscheinung*], cuja realidade não deve ser inferida, mas imediatamente percebida.

Neste sentido, para ambos, a ação de ligar por inferência um efeito conhecido a uma causa desconhecida só pode ser problemática, pois a existência [*Existenz*] de um objeto [*Gegenstand*] externo só pode ser atestada pela sua realidade [*Realität*], isto é, pela intuição.

Isto nos leva a afirmar que, para se evitar o problema da inferência devemos tomar a matéria como sendo toda a figura e modificação (relação espaço-temporal), isto é, como meros aparecimentos, dos quais temos a imediata consciência de sua realidade.

Desta maneira, Kant consegue expurgar o paralogismo do ceticismo que, em sua estrutura lógica, nos leva à falácia em que estão inseridos os seus argumentos, os quais sempre culminam no *realismo transcendental* ou no *idealismo empírico*, ou seja, em uma insuficiência de superar o problema da realidade da existência dos objetos externos.

Dito de outro modo, o *idealista transcendental* supera este problema entendendo que o objeto tem duas facetas: a) a sua “parte” transcendental, que diz respeito a coisa em si mesma [*Ding an sich selbst*], que funciona como a causa primeira, porém inacessível; e, b) o fenômeno [*Phänomen*] que diz respeito à representação que o sujeito faz do aparecimento na intuição, o que Kant denominará como objeto que se encontram no espaço.

Neste contexto, o problema principal de Kant é argumentar que a prova das causas dessas inferências não pode ser dada de forma mediata, pois, desta maneira, estas estariam sempre sobre o preceito da dúvida. Logo, o desafio de provar a real existência de objetos

¹⁶ Como já mencionado em nota anterior, o idealismo cético diz respeito ao idealismo de Descartes, que Kant entende como um genuíno trabalho filosófico independentemente de suas conclusões.

externos é garantindo a possibilidade de um acesso imediato por meio da intuição que leva ao fenômeno, o que ele chamará de acesso sensível e/ou empírico, garantindo assim ao *idealista transcendental* também a postura de um *realista empírico*.

Para Kant, o modo com que seu adversário se utiliza para provar que a existência dos objetos externos é verdadeira, por meio de simples inferência, nos leva a situações problemáticas que culminam, inevitavelmente, na conclusão de que os objetos externos só podem ter uma real existência devido a nossa consciência, pois o contrário seria absurdo.

Resultado que para o filósofo alemão não é suficiente, tendo em vista que, para se chegar a conclusão sobre a real existência de objetos externos, se faz necessário diferenciar as condições de percepção do objeto do próprio tipo de objeto a ser analisado.

Contudo, para Kant, este é um processo necessário para demonstrar que a existência de objetos externos é real, e que só se pode considerar o acesso a essa realidade se este acesso ocorrer por percepções dadas, por este motivo é que entendemos que o objeto fenomênico ao qual se refere Kant nada mais é do que toda a sua figura e modificações na consciência, cuja realidade somos imediatamente conscientes devido à sensação de seu aparecimento.

1.2. Discussão dos conceitos:

1.2.1. A inferência e sua origem: objeto externo x objeto transcendental.

Por inferência se entende aquilo que designa “uma conexão de duas proposições, onde a primeira (antecedente) implica (ou melhor, contém por “implicação estrita”) a segunda (consequente)”.¹⁷ Sendo a inferência uma relação da atividade puramente lógica, tudo que está relacionada a ela somente tem sua existência duvidosa, porque a inferência é somente um jogo lógico de possibilidades de causa e efeito.

Segundo Kant, esta é a lógica utilizada pelo idealista cético quando tenta provar a existência de objetos externos, pois, partindo da constatação do *eu* como a única evidência verdadeira, ele segue uma cadeia de relações causais, das quais acredita que pode chegar a uma conclusão por implicação, isto é, o idealista cético por meio de uma atividade eminentemente intelectual (a inferência) busca provar a realidade desses objetos fora da consciência pensante.

¹⁷ ABBGNANO, 1998, p. 574.

Então, para o filósofo alemão, este método utilizado pelo idealista cético para provar a real existência dos objetos externos é incapaz de tirar o *eu* de si mesmo e chegar aos objetos extensos, mantendo sempre a dúvida em toda e qualquer conclusão acerca do real fora da consciência¹⁸.

Tomando por base os critérios lógicos utilizados na exposição dos idealistas céticos é que Kant inicia suas críticas, mas mantendo a ideia de que aquilo que faz parte da constituição do sujeito pode ser percebido imediatamente por mera apercepção, ou seja, a estrutura lógico-formal que constitui o *eu* pensante pode ter sua existência (*Dasein*) garantida imediatamente, entretanto Kant percebe que falta algo.

Esse algo que falta, na visão de Kant, é a ligação entre este *eu* forma e os objetos externos, e já que os objetos externos não são dados na apercepção do *eu*, mas são por este pensados, percebe o filósofo que eles (os objetos) sempre estão na dependência do *eu* e da sua estrutura¹⁹.

O que podemos perceber, então, é que se o objeto não está inserido no sujeito, este tem que ser encontrado em outro lugar que não na estrutura lógico formal do *eu*. Então, de que forma podemos nos livrar da mera inferência e ter acesso a esses objetos, já que estes objetos só podem ter sua realidade averiguada por meio de condições privativas do sujeito, portanto subjetivas?

Para Kant, a resposta está na forma com que esses objetos aparecem para o sujeito, o que gera um novo problema para o filósofo, pois agora, além de identificar as representações como “objetos da mente” tem, também, que identificar a origem dessas representações.

Qualquer que seja a saída de Kant, esta deve garantir necessariamente o contato do *eu* com os objetos externos, o que nos leva a crer que o problema a ser solucionado passa pela prova de como o *eu* enquanto consciência se liga aos objetos exteriores, garantindo-os como reais sem o uso de meras inferências.

Este é um ponto chave na refutação do idealismo de Kant, então cumpre-nos salientar a importância do que vem a ser esse externo e como o mesmo diferencia o objeto no sentido externo do objeto em sentido transcendental²⁰.

¹⁸ Nossa posição consiste na afirmativa de que o pensamento cético jamais pode utilizar-se da intuição sensível para tentar provar algo, pois ele está fechado na sua primeira e única evidência da consciência do *eu*.

¹⁹ CRP, A 367.

²⁰ Bonaccini vai dedicar todo seu esforço para provar que a distinção entre fenômeno e coisa em si não se sustenta dentro da filosofia transcendental, “O que ocorre com Kant é não admitir um conhecimento de realidades últimas. Negando então o conhecimento delas. Mas negá-lo implica uma certa auto-referência que parece tornar autofágica toda tentativa de justificar suas proposições, que devem expressar algum conhecimento” (1997, p. 159s).

Kant entende a externalidade como algo oposto daquilo que é interno, ou seja, algo que é diferente da pura consciência no espaço. Mas temos outra dificuldade, pois como o espaço é sempre uma representação *a priori*, aquilo que nele está contido pode muito bem ser efeito de uma representação interna que tomamos como externa.

Sobre o espaço Caranti nos auxilia da seguinte forma:

O que é imediatamente apresentado à mente nunca é o objeto, mas sempre uma cópia ou representação dele. Em contraste, para um idealista transcendental, o espaço não é uma propriedade objetiva que deve ser "captado" (de alguma forma) pela mente, mas é uma forma através da qual nos tornamos conscientes de outros objetos além de nós mesmos (2011, p. 7 - tradução nossa).

Devido a esta dificuldade, o filósofo de Königsberg passa a admitir que o objeto empírico está fora do sujeito e se apresenta como a causa de suas representações no espaço, entretanto, não devemos tomá-los como a representação das coisas em si mesmas, mas devemos admiti-los apenas como fenômenos²¹.

Ainda em Caranti, temos:

Sua presença é imediatamente percebida porque o espaço, como uma intuição com seu próprio (puro) múltiplo, é imediatamente dado em nossa cognição, [...] A intuição pura do espaço permite ao sujeito, por assim dizer, sair de si mesmo e assim estar em contato direto com tudo o que ocupa um lugar determinado em seu horizonte espacial (2011, p. 8 - tradução nossa).

Deste modo, a prova dos objetos externos deve ocorrer a partir da admissão do fenômeno, isto é, do entendimento de que o externo para o sujeito jamais se dá naquilo que é puramente independente da consciência, ele só pode ser garantido a partir das condições de organização dessa sensibilidade que ocupa lugar no espaço e é comum a todos os sujeitos racionais, ou seja, nos meros modos de representar próprio do ser humano, cuja realidade, assim como a consciência dos próprios pensamentos, se baseia em uma consciência imediata.

Assumindo esta postura, o objeto transcendental toma o lugar de uma coisa inacessível para o sujeito, pois está diametralmente em oposição às capacidades representativas do mesmo, isto é, a coisa em si se encontra para além das condições humanas de percepção e representação e consiste naquilo que é puramente independente da consciência.

Tomando os objetos desta maneira, Kant vai defender a ideia de que falar do existente-real não significa falar em objeto no sentido transcendental, mas sim no sentido

²¹ CRP, A 372.

empírico, que, este sim, diz respeito ao objeto que existe no sentido externo representado no espaço, o que possibilita ao sujeito fazer representações daquilo que é dado pela intuição.

A referência que Kant faz, diz respeito às aparições *empiricamente externas*, “que denominaremos diretamente *coisas que se encontram no espaço*, e aqueles que poderiam ser denominados externos em sentido transcendental”²². Como nós já vimos, espaço é uma intuição pura que é necessária a toda e qualquer intuição de objetos; e, o objeto em sentido transcendental é aquele que se polariza ao sujeito transcendental, não ocupando lugar nesta intuição.²³

Mas, para Carvalho, toda essa relação pode consistir em uma aporia, pois,

se os objetos externos são, para todos os fins, apenas representações externas, o que os distingue dessas representações? Ou, para afinar a nomenclatura e pôr o problema a claro, qual a diferença entre o *representamen* ou signo e o representado que torna a relação de representação possível e necessária? (2013, p. 24)²⁴.

A saída de Kant pelo argumento do espaço afirma que não podemos criar objetos empíricos *a priori*, já que a representação é ela mesma um efeito de uma realidade, bem como o espaço é uma mera possibilidade [*Möglichkeit*] de representação [*Darstellung*] de algo existente independente do sujeito.

Com isso, o filósofo nos dá a concepção de dois tipos de objetos, um referente à capacidade constitutiva da sensibilidade e o outro como coisa em si mesma, que é distinta dos objetos possíveis para toda a cognição humana.

Na filosofia de Kant, pelo que foi exposto da distinção dos objetos externos e no sentido transcendental, acreditamos que o problema não se trata de uma aporia da representação como nos sugere Carvalho, pois a solução está justamente na distinção entre estes dois objetos.

Esta distinção nos permite conceder realidade às representações externas ao mesmo tempo em que mostra o limite das capacidades humanas para ir além daquilo que pode ser confirmado por meio da intuição.

²² CRP, A 373.

²³ Para efeito de esclarecimento, nossa postura entende que a coisa em si, ou o objeto transcendental, é apenas um conceito que Kant se utiliza para falar da natureza ontológica das coisas em geral, ou seja, o *ser* das coisas, que na filosofia transcendental não é um objeto do conhecimento, mesmo motivo pelo qual não podemos chegar ao sujeito transcendental.

²⁴ Segundo Carvalho, este problema é mais complicado do que parece à primeira vista, pois ele acredita que este problema leva à *Refutação do idealismo* da edição A, a ser suprimida pela edição B. Pois, para ele, isto se trata de uma “aporia da representação”, expressão que retira de Bouton.

Caranti nos ensina que,

Se olharmos uma coisa de um ponto de vista absoluto e não do único que é dado a nós, isto é, experiência sensível, então podemos naturalmente conceder ao idealista empírico que, o que aparece como matéria extensa poderia "em si" ser a mesma coisa que o sujeito, ou, mais precisamente, apenas um estado interior do sujeito (transcendental). De tal ponto de vista absoluto, qualquer tipo de especulação metafísica é permitida. A matéria pode ser espírito em si, espírito pode ser matéria em si mesma, ou ambos matéria em si e espírito em si pode existir (2011, p. 18 - tradução nossa).

O que Kant deixa claro é que o sujeito não se auto afeta criando os objetos, ele chega à conclusão que é afetado por aparecimentos que não estão dentro deste sujeito e que, também, não são por ele criados.

Essa conclusão não é admitida por Bonaccini que afirma que:

Kant precisa romper com o fenomenalismo do Idealismo Transcendental para que suas teses façam sentido. Mas isso significa o fim do Idealismo Transcendental, vemos Kant oscilando ambigualmente entre realismo, ou empirismo, e solipsismo (2002, p. 62).

Quando Kant afirma que tanto as coisas externas como nós existimos, o mesmo quer dizer que uma coisa garante a outra como existentes. Pois, para ele, a consciência que temos por meio da percepção imediata do *eu* prova a realidade de ambos (interno e externo), pela distinção da consciência daquilo que a afeta²⁵. Assim, a “matéria” para o *idealista transcendental* não pode ser simplesmente inferida a partir da criação da mente, mas pode ser imediatamente percebida por meio da sensação²⁶.

1.2.2. A importância das intuições puras do espaço e do tempo

Iniciaremos este tópico com uma citação de Kant da *CRP*, para mostrar de forma clara as diferenças que Kant fez entre os conceitos de representação, percepção, sensação e intuição, para melhor analisar a necessidade das formas puras da sensibilidade.

Nas palavras de Kant:

Não nos faltam denominações, contudo, a que cada modo de representação [*Vortellungsart*] seja apropriado, sem que nos seja necessário invadir a propriedade de outrem. Eis aqui uma escala das mesmas: o gênero é a representação [*Vorstellung*] em geral (*repraesentation*); sobre ela está a representação

²⁵ *CRP*, A 371.

²⁶ CARANTI, p. 8, 2011.

[*Vorstellung*] com consciência (*perceptio*); uma percepção que apenas se refere ao sujeito como modificação de seu estado é uma sensação [*Epfindung*] (*sensation*); uma percepção objetiva [*objektive Perzeption*] é um conhecimento (*cognitio*); esta ou é uma intuição [*Anschauung*] ou conceito [*Begriff*] (*intuitus vel conceptus*) (CRP, A 319-20/B 376-77).

Pelo excerto acima, temos que Kant define uma intuição empírica como aquilo que se refere imediatamente a objetos e é única, isto é, uma intuição seja ela da natureza que for só é possível dentro dos limites do próprio sujeito. Assim, a sensação empírica, ou sensibilidade empírica, consiste na capacidade passiva do sujeito em ser afetado por objetos, o que garante ao mesmo a capacidade de representar os objetos que foram dados por meio dos sentidos.

Todavia, o que é necessário para que a intuição ocorra?

É na Estética transcendental que Kant nos diz que os objetos da sensibilidade não podem ser dados sem as intuições *a priori* do espaço e do tempo, e mesmo que estas formas puras da sensibilidade sejam do sujeito, este não é capaz de gerar por si só os objetos, porque são formas puras de apreensão dos objetos e não de criação.

Tomar estas formas puras da intuição como criadoras de objetos, nos garantiria o contato direto com as coisas em si mesmas, pois elas seriam geradas no interior do próprio sujeito. Percebemos, então, que é necessário que algo seja dado para haver afecção de objetos, todavia este algo devem ser independente do sujeito, pois espaço e tempo constituem apenas condições subjetivas da intuição.

Em Kant percebemos que

Se o espaço (e assim também o tempo) não fossem, portanto, uma mera forma de sua intuição que contém as únicas condições *a priori* sob as quais as coisas podem ser objetos externos para vocês, os quais não são nada em si mesmos sem estas condições subjetivas: então vocês não poderiam estabelecer absolutamente nada *a priori*, sinteticamente, sobre objetos externos. É indubitavelmente certo, portanto, e não apenas possível ou mesmo provável, que o espaço e o tempo, como condições necessárias de toda experiência (externa e interna), são apenas condições subjetivas de toda a nossa intuição, em relação as quais, assim, todos os objetos são meros fenômenos e não as coisas dadas em si mesmas... (CRP, A 49/B 67).

Cumpra-nos então mostrar que as condições do sujeito que possibilitam a intuição, que são as condições da sensibilidade, nada mais são do que a qualidade passiva que o sujeito possui de receber informações do dado externamente.

Nota de destaque é que na filosofia transcendental o entendimento consiste na forma do pensamento que se liga aos objetos empíricos, e que em momento algum Kant defende a possibilidade deste sujeito criar ele mesmo os objetos, pois, desta forma, estes seriam objetos

em si mesmos. O que significa dizer que o entendimento está limitado à possibilidade destes objetos serem dados na sensibilidade. Mas dados em que condições? E de que forma?

Para esclarecer este problema Kant deve provar a necessidade das formas puras da sensibilidade, e ele faz isso abstraindo tudo dos objetos que possibilitem uma intuição empírica até chegar aquilo que é natural (a forma) do sujeito. Assim, ele conclui que mesmo se retirarmos dos objetos tudo aquilo que nele garante sua sensibilidade, como impenetrabilidade, cor, dureza; e, também, aquilo que pensamos no objeto pelo entendimento, como substância e peso, ainda restam a extensão e a figura²⁷.

Com isso, ele tem a constatação de que o espaço e o tempo não pertencem aos objetos, são formas puras da sensibilidade que ele denomina *intuições puras*, que são independentes dos objetos, mas necessárias para qualquer intuição sensível, isto é, estas são formas puras das quais todos os objetos dependem para representar dados empíricos como fenômenos.

Isto significa dizer que espaço e tempo não possuem objetividade fora do sujeito, pois não são formas do objeto, são sim intuições puras e necessárias do sujeito para qualquer experiência de um objeto empírico. Neste sentido, falar em intuição de objetos, nos remete necessariamente à presença destes objetos inseridos no espaço e no tempo.

Todavia, foi por meio da matemática²⁸, em particular, que Kant prova a existência dos juízos sintéticos *a priori* e das formas puras necessárias a toda sensibilidade, pois ficou demonstrado que elas (as formas) vêm antes mesmo dos próprios objetos, e, este tipo de intuição só é possível “se ela não contiver nada mais que a forma da sensibilidade, que em mim, enquanto sujeito, preenche todas as impressões reais com que sou afetado por objetos”²⁹.

Segundo Kant, as formas puras do espaço e do tempo nos garantem a intuição dos objetos sem a necessidade do contato com a coisa em si mesma, pois apesar destas serem as formas necessárias dos objetos, não são dos próprios objetos, nem os próprios objetos, são “meras” condições.

Na filosofia transcendental, isso significa afirmar que dentre as faculdades do sujeito existem formas puras, isto é, condições *a priori* que possibilitam o mesmo intuir os objetos de forma geral. E, somente admitindo estas formas puras da sensibilidade, provadas pela matemática, é que nos é permitido chegar aos juízos sintéticos *a priori*.

²⁷ CRP, A 19-20.

²⁸ “A matemática nos dá um exemplo brilhante de quão longe podemos ir no conhecimento *a priori* independente da experiência” (CRP, A 5/B 8).

²⁹ PROL. § 9, p. IV: 282.

E foi justamente por meio dos juízos sintéticos da matemática que Kant percebeu a anterioridade do espaço e do tempo como formas puras da sensibilidade, e, conseqüentemente, as condições necessárias a toda e qualquer intuição empírica. Em outras palavras, por meio dos juízos matemáticos, chegamos não ao aparecimento real dos objetos, mas sim à forma *a priori* para que um objeto seja dado na intuição³⁰.

Contudo, após percebermos e admitirmos o sucesso de Kant no desvelamento dos juízos sintéticos *a priori*, conseguimos perceber que existem condições formais da sensibilidade que garantem a objetividade de um juízo, o que possibilita e permite ao sujeito cognoscente diferenciar um conceito generalizador de uma experiência empírica singular, ou seja, Kant nos mostra que existe diferença entre o “ato” sensível e o “ato” intelectual.

1.2.3. A questão do *eu* e do permanente na edição A

Tendo em vista as reviravoltas do pensamento filosófico, principalmente aquelas apresentadas por Descartes, no que diz respeito ao *eu*, a qual apresenta alto grau de subjetivismo, é que Kant buscará respostas para solucionar o problema de como o sujeito atua e interfere no mundo. E, após separar e distinguir as formas dos objetos, o mesmo vai esmiuçar as particularidades mais profundas deste *eu*.

Como a única coisa evidente na filosofia de Descartes era a *res cogitans*, então o mundo era um reflexo da subjetividade independente do seu conteúdo exterior. Isso para Kant não faz muito sentido, pois toda tentativa de prova da existência do mundo exterior dependeria exclusivamente da apercepção, então Kant coloca este sujeito como objeto de investigação para melhor compreender sua constituição e assim sair da esfera de um “puro ser pensante”.

Para tanto, Kant vai demarcar e identificar o que é sujeito como objeto de investigação e assim, tentaremos desvelar porque este sujeito objeto só pode ser pensado a partir de uma suposta aporia. Esta aporia é apresentada como uma suposição porque o sujeito jamais se apresenta em si mesmo, este só se mostra na medida e no modo como o mesmo é representado³¹.

Tratar de percepção, representação, intuição, etc., só faz sentido na filosofia de Kant se entendermos o que é este *eu* que trabalha com todos estes elementos sem se confundir com

³⁰ *PROL.* §10, p. IV, 283/291.

³¹ Isso se deve ao fato de que o *eu* não se resume às atividades citadas até aqui, o *eu* em sua plenitude jamais poderá ser objeto de conhecimento.

os próprios, mantendo-se com a identidade de todas as suas faculdades ao mesmo tempo que conserva sua relação com o mundo externo.

Então, em que consiste este *eu* que possibilita infindáveis atividades de relação com o mundo?

Para responder esta pergunta, antes de chegar a *Refutação do idealismo* na edição A (*Quarto paralogismo*), Kant faz uma explanação sobre os diferentes *eus*, o que vai levá-lo a distinguir o *eu* basicamente em (1) ser pensante e (2) *eu* empírico³². É quando, a partir desta “distinção”, ele chega à conclusão que, se compararmos as doutrinas que estudam cada um desses objetos como uma fisiologia, chegaremos à conclusão de que aquela que diz respeito aos estudos dos objetos externos ainda tem muito caminho a percorrer e muito a ser acrescentado sinteticamente, porém pela fisiologia da alma, ou psicologia racional, não a nada a ser conhecido sinteticamente, resta somente uma reflexão analítica sobre tal objeto.

Isso se deve ao fato de que a consciência da própria existência não é nada mais do que a consciência do *eu* penso (*cogito ergo sum*), e que este *eu* é consciente do seu próprio ato de pensar qualquer coisa. Isto dá ao sujeito um vago sentimento de existência, mas que não consegue definir nada além da sua formação enquanto estrutura do pensamento, pois não possui conteúdo para se avançar sinteticamente.

Então, como Kant entende o *eu* como objeto de investigação? Ele nos elucida esta questão da seguinte maneira:

Por intermédio do sentido externo (de uma propriedade do nosso espírito) temos a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço. É neste que sua configuração, grandeza e relação recíprocas são determinadas ou determináveis. O sentido interno, mediante o qual o espírito se intui a si mesmo ou intui também o seu estado interno, não nos dá, em verdade, nenhuma intuição da própria alma como um objeto; é todavia uma forma determinada, a única mediante a qual é possível a intuição do seu estado interno, de tal modo que tudo que pertence às determinações internas é representado segundo relações do tempo. O tempo não pode ser intuído exteriormente, nem o espaço como se fora algo de interior (*CRP*, A 24-25/ B 37-38).

Ainda podemos deixar mais claro nas palavras de Caranti:

Para vir a conhecer a existência de mim mesmo como uma das "coisas" que constituem o mundo, preciso de uma percepção, não mais como mera ocasião, mas como o *vehicle* que fornece as determinações de "coisas" particulares (o "empírico" eu) (2007, p. 88 - tradução nossa).

³² Kant trata desta distinção em *CRP* A 348ss, *Dos paralogismos da razão pura*, e, também, em *CRP* B 129ss, a partir da *Dedução transcendental dos conceitos puros do entendimento*, §15.

Isto se dá porque no primeiro momento Kant entende que apesar de ambos se apresentarem como representações para a consciência do *eu*, apenas os fenômenos externos contém algo de permanente capaz de servir como substrato de determinações no espaço, ou seja, só estes fenômenos possuem conteúdo; o tempo, por sua vez, é a forma das nossas intuições internas, e não apresenta nenhum conteúdo permanente³³.

Todavia, as representações internas que se tem dos objetos constituem um fluxo constante que não nos garantem nada de permanente no interior da consciência. Então, será que existe algum permanente neste *eu*? Kant vai afirmar que sim e indicar como permanente apenas a função abstrata de todo pensamento, pois se trata da única coisa simples e sem conteúdo, sem qualquer diverso, isto é, representa uma coisa singular que consiste no próprio *eu* da apercepção.

Segundo Kant, toda essa distinção só deve prevalecer, porque

A questão não é mais, portanto, sobre a comunidade da alma com outras substâncias fora de nós, conhecidas ou estranhas, mas sim sobre a conexão das representações do sentido interno com as modificações de nossa sensibilidade externa, e sobre como elas podem estar conectadas entre si segundo leis constantes, de modo a concatenar-se em uma experiência (*CRP*, A 386).

Mas, este permanente que se mantém em meio às mudanças temporais só vai fazer algum sentido para com objetos externos, os quais garantem a ele ser empiricamente determinado. Se manter dentro da consciência enquanto *eu* pensante em nada nos leva a crer na existência de um mundo fora de nós, para isso preciso da intuição de um *eu* empiricamente determinado que forneça leis constantes em meio às mudanças do mundo.

Esta é uma situação necessária porque “assegura nosso eu pensante contra os perigos do materialismo”³⁴, destaca-se que o que está em jogo é a própria relação do *cogito* com a intuição sensível, pois sem essa relação nada no “mundo dos corpos” existiria enquanto fenômeno.

Devemos entender, então, que o permanente consiste apenas na mera forma de algo desconhecido, que não existe fora do sujeito e o que nos possibilita identificar este permanente é a intuição dos objetos no sentido externo no tempo. Assim, a proposta de Kant é mostrar que as intuições sensíveis (múltiplo da sensibilidade) se encontram ligadas dentro do sujeito devido a uma constante formal do pensamento que permite ao *eu* afirmar que é ele quem está pensando.

³³ *CRP*, A 381.

³⁴ *CRP*, A 383.

Nas palavras de Kant, temos que

O eu, que é simples porque se trata de uma representação que não tem conteúdo, nem portanto qualquer diverso, e que, por isso, também parece representar, ou melhor dizendo, designar um objeto simples. [...] Mas este eu não é nem intuição nem conceito de algum objeto, mas a mera forma da consciência que acompanha as representações de ambos os tipos e, assim, pode elevá-las a conhecimentos na medida em que, para isso, seja dado algo mais na intuição que forneça conteúdo para a representação de um objeto (CRP, A 381-82).

Resta claro então que, na filosofia de Kant este sujeito é a unidade de todas as faculdades daquilo que se designou chamar de pensamento/razão, que é ao mesmo tempo o limite para se falar do mundo e para o mundo.

Pelo que foi dito, devemos entender que este *eu* formal jamais poderá ser conhecido, pois não podemos encontrar a causa da sua unidade ou da sua própria constituição, já que este objeto não apresenta condições para um conhecimento teórico (relação tempo/espaço).

Sempre que tentamos chegar a representação geral do *eu* enquanto forma, chegamos ao limite de que a sua busca só pode ser feita por meio do uso reflexivo da própria consciência deste *eu*, o que não garante nenhum tipo de conhecimento sobre o mesmo, e é por este motivo que Kant afirma que não conhece melhor o *eu* pensante naquilo que diz respeito às suas propriedades.

Segundo Kurle:

A necessidade de guardar a independência do sujeito mediante o recurso à coisa em si é a mesma necessidade de afirmar que o fluxo empírico de representações não define o sujeito como é em si mesmo, senão meramente é um modo de representar objetos que não podem ser captados como são em si, assim não sendo reduzidos a meras representações. [...] Kant, evidentemente, não tem interesse em tratar de questões arbitrárias de psicologia empírica, assim não se importa em analisar casos particulares. Toda consciência que é determinada em sua definição pelos seus conteúdos, e sendo estes conteúdos temporais, é uma consciência fenomênica (2018, p. 38-39).

Então, para que possamos ter representações de uma consciência, devemos por necessidade assumir uma unidade que é capaz de ter percepções no tempo; é desta maneira que podemos assumir o *eu* na filosofia transcendental, isto é, como uma consciência que se percebe a partir de seus conteúdos.

Pelas condições da filosofia transcendental do espaço e tempo o *eu* possui condições para qualquer experiência empírica, então identificá-lo no tempo³⁵ garante a possibilidade

³⁵ Identificar o *eu* no tempo significa revelar que existe algo que permanece mesmo diante das alterações da diversidade do múltiplo, isto é, identificar um *eu* que se mantém igual a si mesmo no transcorrer do tempo.

dele mesmo como fenômeno constante em todas as suas representações, pois o *eu* sempre está presente.

Desta forma, a pergunta que fora respondida seria: quem é este *eu* pensante que está presente em todas as minhas representações internas (no tempo)? a resposta é o *eu* empírico, representado internamente no tempo, porém incognoscível em si mesmo³⁶.

A própria percepção do tempo está limitada ao sujeito, uma vez que a este é impossível voltar ao tempo antes do seu próprio tempo. Em outras palavras, é impossível ao *eu* voltar no tempo, ele só pode investigar o aqui e agora de sua consciência, com isso voltar até a constituição e origem de um *eu* puro que se encontra em si mesmo esperando para ser revelado torna-se uma missão impossível e é esta limitação temporal que mostra à incapacidade de retorno da investigação *ad infinitum*; então o *eu* fenomênico só poderá ser uma consciência limitada no tempo, enquanto o *eu* em si continua incognoscível. Isto quer dizer que ao *eu* só é possível o aqui e agora de sua existência, sendo impossível qualquer tentativa de retorno ao que há de mais fundamental nele mesmo.

Mas qual a sua relação com a permanência? Kant afirma que para que tenhamos uma “coisa” permanente, esta tem que possuir determinadas condições empíricas para que possa ser identificado algo na relação temporal que permanece inalterado, e isso só pode ocorrer na relação com o espaço, pois sem os objetos ocupando lugar no espaço o sujeito tem um vazio temporal e jamais poderá indicar a permanência ou alternância, sem isso o tempo seria singular para cada um dos momentos, isto é, não haveria uma linha do tempo.

Contudo, a representação do *eu* empírico só é possível se pudermos representar algo no tempo e no espaço, pois da mesma forma que o espaço depende do tempo para poder resultar em uma representação interna, o tempo também precisa do espaço para ter uma representação externa, isto é, algo para representar, neste sentido espaço e tempo são pressupostos indispensáveis em qualquer busca pela permanência ou pela representação do *eu* empírico³⁷.

³⁶ Para Caranti temos que “de fato, a crítica do Quarto Paralogismo supõe que nossa existência deve ser percebida no sentido interior. [...] E a crítica é precisamente que não há acesso à minha existência sem intuição empírica, especificamente, a percepção de meus pensamentos no sentido interno” (2011, p. 5 - tradução nossa).

³⁷ Temos plena consciência que as questões que envolvem o conceito de permanente (entre outros que fazem parte deste trabalho) tem uma grande discussão em literatura secundária, mas, por questão de delimitação, destinaremos esta abordagem a outro momento da pesquisa.

1.2.4. Sobre os conceitos de percepção e representação na edição A

Kant afirma que todo objeto externo é para o sujeito uma representação fenomênica³⁸, isto não implica, de forma alguma, na sua desqualificação. Pois, para ele, a “percepção: é aquilo pelo qual tem de ser primeiramente dado o conteúdo para pensar os objetos da intuição sensível”³⁹.

Neste sentido, argumenta Rego:

(i) todo o trabalho ficcional da imaginação opera necessariamente sobre a base de percepções espaciais [portanto internamente] (A 373-4); (ii) a simples percepção espacial necessariamente representa algo de *real* no espaço, e (iii) o caráter perceptivo-representacional dessa realidade a torna *tão* indubitável e imediatamente acessível *quanto* a realidade dos nossos estados internos (2013, p.75-6).

Por estas colocações, tanto de Kant quanto de Rego, conseguimos entender que é evidente que Kant se apoia nas formas puras do espaço e do tempo para afirmar a existência das coisas fora de nós, e são estas intuições puras que tornam possíveis a constatação da realidade empírica, a qual exige uma aparição externa.

Somente a partir desta constatação é que podemos afirmar a existência do fora de nós como causa de nossas intuições externas no espaço, portanto empíricas no sentido externo, que aparecem como fenômenos e não como coisa em si, mas como algo que afeta o sujeito de forma imediata, gerando também uma intuição interna no tempo.

Em Kant temos:

Mas este material ou real, este algo que deve ser intuído no espaço, pressupõe necessariamente a percepção e não pode ser inventado ou produzido pela imaginação independentemente dela, que é quem indica a realidade de algo no espaço. A sensação, portanto, é aquilo que designa outro modo da intuição sensível. Uma vez dada a sensação (que se denomina percepção quando é aplicada a um objeto em geral sem determiná-lo), o seu diverso permite que sejam inventados muitos objetos na imaginação que, fora desta não tem qualquer lugar empírico no espaço ou no tempo (CRP, A 373-4).

Kant percebe que enquanto a percepção e a representação são partes das condições *a priori* do sujeito, as coisas só podem reivindicar para si a colocação externa, uma vez que não estão inseridas no próprio sujeito. É neste sentido que Caranti afirma que, “na verdade, o que distingue uma percepção de uma mera sensação é que somente a primeira contém uma síntese conceitual (2007, p. 89 - tradução nossa).

³⁸ CRP, A 99.

³⁹ CRP, A 374.

Deste modo, entendemos que Kant só assume a validade da existência a partir de preceitos *a posteriori*, pois são eles quem permitem que tanto a percepção quanto a representação sejam possíveis, ao mesmo tempo em que também provam a realidade. É o que podemos concluir nas palavras do próprio filósofo:

No que diz respeito à realidade dos objetos externos, eu tenho tão pouco a inferir necessariamente quanto ao que diz respeito à realidade do objeto de meu sentido interno (meus pensamentos); pois só o que há, de ambos os lados, são representações cuja percepção imediata (consciência) é, ao mesmo tempo, uma prova suficiente de sua realidade (CRP, A 371).

Assim, temos que só podemos chegar à existência dos objetos exteriores, por meio das representações que são causadas por aparecimentos [*apparences*]⁴⁰ dados na *empiria* e isso é garantido pela percepção dos aparecimentos via intuição.

Desta forma Kant acredita que os objetos externos são dados imediatamente ao sujeito por meio da intuição e como os objetos externos dependem da intermediação das condições da sensibilidade do sujeito, as nossas representações dos mesmos já são resultados de nossas percepções empíricas⁴¹.

Isto nos ajuda a entender a expressão “fora de nós”, uma vez que este termo, segundo o próprio filósofo, abre margem para muitas interpretações, já que podemos ler este “fora de nós” apenas como coisas distintas do sujeito ou em si mesmas.

A grosso modo, o que Kant nos ensina é que não podemos criar *a priori* o real das intuições (aquilo que existe *a posteriori*), pois faz-se necessário uma intuição externa no espaço para que o sujeito possa efetivamente conceber esta representação⁴². O que significa

⁴⁰ Segundo Collins, os aparecimentos constituem a natureza fora do sujeito para Kant. Mas, ele adverte, que, “se todas as aparências são modificações da mente, então os objetos empíricos também devem ser modificações da mente. Se essa for a tese de Kant, ele é, naturalmente, um idealista por qualquer padrão” (1999, p. 32 - Tradução nossa).

⁴¹ Para Gardner, “é claro que não pode haver nada interno à sensação considerada empiricamente que implique uma relação com a coisa em si, uma vez que Kant concebe a sensação como precedendo toda a representação e, em qualquer caso, como nós conhecemos empiricamente apenas na medida em que corresponde ao aparecimento da matéria” (1999, p. 283 - tradução nossa). Digno de destaque é o fato de não podermos confundir um aparecimento com a coisa em si, pois o aparecimento é algo ainda não determinado pelas categorias mas que é passível de intuição; por sua vez, a coisa em si é algo que além de desconhecida contém em si a resposta para a constituição completa dos objetos, o que faz com que Kant negue o acesso do sujeito para com este ente.

⁴² “Já tentei indicar, a maneira pela qual o relato de Kant diverge desse entendimento cartesiano. Ter representação é a nossa maneira de apreender objetos percebíveis, incluindo objetos externos no espaço [...] nós experimentamos objetos representando-os, [é] como nós fazemos, e nós não apreendemos objetos de nenhuma outra maneira” (COLLINS, 1999, p. 35 - tradução nossa).

dizer que o sujeito não pode criar o real das representações, pois estas coisas são dadas efetivamente e independentemente de toda invenção⁴³.

Para o filósofo alemão o real dos fenômenos só pode ser atestado enquanto real pela percepção e de nenhuma outra forma. É neste sentido que Kant vê a possibilidade de uma representação ser ou verdadeira ou falsa, nos dando a possibilidade de ter estas últimas como ilusões, delírios ou sonhos.

O que leva Kant a afirmar que as percepções só podem possuir realidade se ligadas a fenômenos externos, pois sem estes nem as ilusões da imaginação e nem o sonho seriam possíveis.

Pelas razões expostas acima é que Kant garante que o fenômeno é a representação de algo que possui extensão no espaço fora do sujeito, mas que comumente é tomada por uma propriedade das coisas externas em si mesmas, cujo movimento, que é tomado como efeito dessas coisas, ocorreria independentemente de nossos sentidos⁴⁴.

Já a matéria, “cuja comunidade com a alma suscita tantas dúvidas, é tão somente a mera forma de um objeto desconhecido, ou certo modo de representá-lo através daquela intuição que é denominada sentido externo”⁴⁵. Ainda em Kant temos que,

Matéria não significa, portanto, um tipo de substância tão inteiramente distinta e heterogênea em relação ao objeto do sentido interno (alma), mas sim a heterogeneidade dos fenômenos de objetos (que em si mesmos nos são desconhecidos), cujas representações denominamos externas em comparação com aquelas que atribuímos ao sentido interno, muito embora pertençam ao sujeito pensante tanto quanto todos os demais pensamentos (*CRP*, A 385).

Isso significa afirmar que para Kant, é por meio da sensibilidade que os objetos podem ser intuídos diretamente, mas que só podem ser objetos para um sujeito cognoscente se introduzidos por meio de uma representação no pensamento.

O que fora colocado é justamente o inverso do que fez Descartes, quando nos preparou para identificar nossas representações do sentido interno como reais; Kant, por sua vez, busca outro caminho, onde se deve identificar os fenômenos como as representações do sensível e não como objetos mentais ou qualquer outra criação da mente⁴⁶. Isso deveria ser

⁴³ *CRP*, A 375. Bem como nos ensina Collins que, “a representação empírica constitui o nosso acesso aos objetos. Ele quer dizer que não podemos, por exemplo, comparar nossa representação com os objetos que representam” (1999, p. 34 - tradução nossa).

⁴⁴ *CRP*, A 384-5.

⁴⁵ *CRP*, A 385.

⁴⁶ Kant aceita a posição de Descartes que existem condições subjetivas no sujeito, mas nega a explicação cartesiana de uma inteligência que garanta os objetos externos independente das faculdades desse sujeito (COLLINS, 1999, p. 36).

suficiente para desautorizar qualquer pensador em identificar Kant como um idealista aos moldes dos cartesianos.

É por este motivo que Kant nos afirma que a existência pode ser comprovada por um tipo peculiar de representação, que são aquelas ligadas aos objetos no espaço fora do nós. Então, a questão da subjetividade em Kant não pode ser comparada à questão da subjetividade cartesiana (ontológica), porque em Kant ela é um enigma de formas que se ligam a objetos reais no espaço. Isto significa dizer que, para Descartes o objeto para o sujeito não corresponde ao objeto existente no espaço, se trata tão somente de uma entidade subjetiva; já em Kant temos que o objeto para o sujeito tem a sua correspondência externa que só é possível devido a condições subjetivas que possibilitam à “transferência” do externo para o interno em um jogo de representações.

Pois, se o sujeito percebe algum objeto e dele consegue tirar algum tipo de conhecimento, a pergunta a ser feita é se este conhecimento sobre o objeto é subjetivo ou objetivo? E esta resposta é dada quando o mesmo encontra a forma na qual este objeto é inserido na relação do conhecimento.

A saída de Kant é mostrar que a consciência imediata das representações desses objetos enquanto fenômenos, retira a necessidade de ligação direta entre consciência e objetos externos por simples inferência. Assim, a percepção imediata via sensibilidade do aparecimento torna-se prova cabal da realidade externa, que toma por necessário o fenômeno e não a coisa em si mesma.

Fechamos então no entendimento de que toda representação de objetos nada mais é que a representação de aparecimentos como fenômenos, só isso já coloca Kant em oposição a Descartes, pois falar em filosofia teórica não nos permite criar objetos ideais sobre a afirmação da irrevogável existência do sentido externo⁴⁷.

1.2.5. O sentido de experiência em Kant na edição A⁴⁸

Quando um cético pergunta: como posso saber a diferença de uma experiência ilusória e uma experiência empírica? Este pretende ter como resposta, na verdade, a solução de como é possível provar as coisas fora da representação do pensamento sem as contradições

⁴⁷ COLLINS, 1999, p. 37.

⁴⁸ Neste tópico nós nos voltaremos para a questão que acreditamos ser a busca principal da *CRP*, que é a teoria do conhecimento, a qual se apresenta como útil e imprescindível quando tratamos sobre existência, realidade e refutação do idealismo.

trazidas pela metafísica. Ou seja, é possível uma experiência externa a consciência que pensa? Como decidir se uma experiência é válida ou mera alucinação?

Kant cria a filosofia crítica na busca da compreensão do conhecimento, e o mesmo vai demonstrar que, diferentemente do que acreditavam os idealistas, o mundo não é apenas uma ilusão e não existe nenhuma essência sobrenatural que o garanta; bem como, segundo os empiristas, não é o objeto que determina o conhecimento, mas sim o sujeito por meio das faculdades do conhecimento.

A filosofia crítica tem por base o idealismo crítico/transcendental, que reside na fundamentação de que todo conhecimento começa com a experiência, porém não se exaure na mesma, ou seja, só se pode conhecer das coisas na medida em que estas são submetidas a determinadas condições sensíveis e intelectuais⁴⁹.

Tendo isso em mente, Kant passa a afirmar que toda tentativa de compreender o conhecimento que tenha como fundamento os objetos externos como coisas em si mesmas, sejam elas de viés racionalista ou empirista, é inconsistente por não sobreviver a uma série de dificuldades que a filosofia crítica impõe.

Assim, o diferencial da filosofia crítica consiste justamente na demonstração de que todo o conhecimento objetivo, além de possível, possui uma anterioridade pautada em condições subjetivas, sem abandonar a intuição de objetos externos.

O que Kant afirma, é que, de outro modo, sem as condições subjetivas do entendimento e sem as “coisas” fora da consciência, nenhum conhecimento verdadeiro seria possível e que todo ele permaneceria sobre a dúvida cética, já que nem o sujeito em sua interioridade possui as respostas para o conhecimento, bem como os objetos em si mesmos também não possuem essas respostas.

Abela é bastante claro quando diz que, “certamente, sem a atividade dos objetos em nossos órgãos sensoriais, nós não teríamos à consciência perceptiva dos objetos que nós temos. Sem uma conexão casual entre a mente e a natureza, a experiência é impossível” (2002, p. 91 - tradução nossa).

Mas, mesmo com a ressalva feita acima sobre a necessidade das condições subjetivas do sujeito para pensar o mundo, para Rego, são diversas às vezes em que Kant se manifesta na *CRP* colocando a filosofia transcendental como realista. “Pois, como qualquer realista Kant

⁴⁹ Respectivamente, formas puras da sensibilidade (espaço e tempo) e categorias.

alega um primado das ‘coisas’, dos ‘objetos’, ‘do real’”, que entende como o “outro” diferente do sujeito.⁵⁰

O que ocorre é que, sob estes parâmetros, Kant apresenta a céticos e materialistas a solução para o conhecimento objetivo, defendendo que todo conhecimento tem como ponto de partida a experiência. E, desta forma, o filósofo afirma a existência da relação entre faculdades *a priori*, experiência e conhecimento objetivo.

Esta postura pode ser atestada tanto no início da edição A em A1, quanto no início da edição B em B1, quando Kant inicia a obra afirmando que todo conhecimento só é possível por intermédio da experiência, é ela quem dita como as “coisas” são, mas, de forma alguma, nos diz o porquê as coisas tem que ser assim e não de outra forma, ou seja, a experiência não tem a capacidade de criar juízos universais necessários⁵¹.

Com isso, podemos perceber que, para Kant, a experiência sempre estará limitada a intuição, e, olhando só pelo lado da experiência, ela só poderá levar o sujeito a um número limitado de conclusões sobre o mundo, possibilitando a este o máximo de generalidade restrita a sua própria observação.

Neste sentido, Kant dirá que a experiência é fundamentalmente o início de todo processo de cognição e está baseada na percepção de objetos sensíveis, o que torna ela própria uma espécie de conhecimento restrito e por este motivo não o único.

Mas, Bonaccini faz o seguinte questionamento: “Como é que a experiência pode ser o ponto de partida sem ser o princípio?”, e em seguida ele mesmo tenta responder: “A matéria forneceria a ocasião, e o espírito a moldura capaz de organizá-la e compreendê-la como experiência⁵².”

⁵⁰ Para Rego, Kant apresenta um projeto contra o idealismo aos moldes realistas em três momentos da *CRP*, “no Quarto paralogismo da *Dialética transcendental* da primeira edição da obra, chamado *Paralogismo da idealidade* (da relação exterior) (A367-380). Também na *Refutação do idealismo* introduzindo uma subseção (B274-279), presente apenas na segunda edição da *CRP*, do tópico dedicado aos *Postulados do pensamento empírico em geral*, situado no interior da *Analítica dos princípios*, e, finalmente, aparece numa nota do *Prefácio* a essa mesma segunda edição (BXXXIX-XLI) uma apresentação sumária da tarefa pretendida na seção acima mencionada da *Analítica dos princípios*” (2011, p. 67/68).

⁵¹ É deste modo que Kant começa a relacionar a confusa e, para alguns, conflituosa afinidade entre universal e particular, conceitos e objetos.

⁵² Bonaccini acredita que esta saída de Kant é a “conciliação das teses básicas de Bacon, Locke e Hume, com as de Descartes e Wolff...” O que, de modo geral, nos leva a acreditar que Bonaccini vê Kant como um simples interprete de outros pensadores e que nas suas interpretações adiciona os conceitos de fenômeno e coisa em si, pois é do nosso conhecimento que Bonaccini não aceita nenhuma prova de Kant relacionada ao problema da *Refutação do idealismo*, principalmente no que diz respeito ao conceito de coisa em si (Vide *Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão, segunda parte capítulo I*). Com isso, em nosso entendimento, Bonaccini atesta a ruína da filosofia crítica a partir do conceito de coisa em si (2003, p. 176).

Apesar da aparente defesa à filosofia de Kant, Bonaccini se posiciona de forma opositora a Kant, acusando o filósofo de usar o conceito de experiência de formas diferentes, o que leva o conceito a grandes dificuldades. Segundo Bonaccini,

A Experiência 1, que significa *impressão* sensível, *sensação* (tanto no sentido de indicar o objeto dado que nos afeta provocando representações quanto no sentido da mera modificação que provoca em nosso ânimo; por conseguinte, num sentido que é mais uma vez ambíguo.) [...] B experiência 2, que diz respeito ao *conhecimento empírico* que adquirimos quando o entendimento elabora a matéria das sensações (pode-se ver que a experiência 2 inclui a experiência 1) (2003, p. 177).

Nesta passagem, Bonaccini vê dois conceitos diferentes sobre o mesmo signo, onde um abarca o outro com o intuito de manter a possibilidade dos conhecimentos puros *a priori* por meio da distinção entre fenômeno e coisa em si.⁵³

De um jeito ou de outro, a experiência para Kant é algo que acontece “dentro” do sujeito sob condições *a priori* (formas que possibilitam toda e qualquer experiência), pois, se a experiência dependesse exclusivamente do contato com os objetos, Kant estaria indo ao encontro dos empiristas e defenderia que o contato com objetos externos se dá de forma direta na sua constituição em si.

Contudo, para se entender a experiência no sentido dado por Kant é preciso compreender a necessidade que o sujeito tem de possuir condições *a priori* de recepção das intuições, pois são essas condições do sujeito que tornam possíveis que ele dê forma ao múltiplo das sensações que chegam via intuição, e, com isso, possibilitam a própria experiência. Todavia, experiência em Kant nada mais é do que a primeira capacidade intelectual do sujeito de organizar sobre regras gerais a multiplicidade das sensações.

1.3. Posição de Guyer referente edição A

Nesta passagem vamos mostrar como Guyer entende a exposição kantiana de alguns conceitos, principalmente o de apercepção, por acreditamos se tratar de um conceito chave para a análise da *Refutação do idealismo*, destacando que, para este autor, Kant trata da

⁵³ Nos alerta Bonaccini que Kant utiliza o termo experiência “(no texto: *Verstandestätigkeit*, isto é, ação, operação, atividade ou trabalho do entendimento) em sentido muito amplo, como sinônimo de razão em seu sentido mais geral” (2003, p. 178). O que para nós não condiz sob uma visão geral da filosofia de Kant, já que se pegarmos o contexto geral da *CRP*, resta claro que a ideia a ser empregada ao termo *Verstandestätigkeit* consiste em uma atividade do entendimento, pois, como é amplamente conhecido, para Kant, a faculdade superior da razão se preocupa apenas com os universais e jamais com o diverso, justamente por isso temos a *Dialética transcendental* em sua obra.

temática de forma confusa, obscura, chegando até a acusar Kant de cometer *petição de princípio*⁵⁴ algumas vezes.

No que tange à questão principal sobre a realidade objetiva das categorias, Guyer entende que Kant comete *petição de princípio* por acreditar que o filósofo assume que, “*de fato experienciamos* objetos aos quais as categorias se aplicam, mas que ele até mesmo faz a assunção inicial mais forte de que nós *necessariamente* experienciamos objetos, e deriva a necessidade *a priori* de certas regras do entendimento dessa necessidade.”⁵⁵

Todavia, este autor, após acusar Kant, faz uma ressalva afirmando que essa confusão pode ser irrelevante, na medida em que Kant introduz o conceito de unidade transcendental da apercepção, pois esta ideia traz consigo a necessidade de alguma condição que preceda as categorias e que pode servir de fundamento, até mesmo, para o que Kant afirma sobre elas.

Segundo Guyer, Kant reitera a ideia da apercepção em A 107, A 113 e A 116 e afirma que,

A premissa fundamental do argumento é a de que todas as representações, independente de qual significação empírica particular seja possível descobrir depois que elas têm, são necessariamente reconhecidas como pertencentes a uma pessoa: dessa maneira, eu tenho conhecimento *a priori* de que todas as minhas representações, seja o que for que representem, pertencem ao meu eu singular, numericamente idêntico a si mesmo (2009, p. 179).

O que salva o argumento kantiano, segundo Guyer, é quando o filósofo identifica no *eu* o numericamente idêntico a si mesmo, pois este consiste na unidade transcendental que não é apenas uma unidade analítica, mas é, também, uma unidade de síntese. O que significa afirmar que, a princípio, a unidade transcendental percebe as diferentes representações que pertencem a um mesmo *eu* numericamente idêntico, o qual organiza essas representações por meio das categorias, que ele toma como “ferramentas” contidas no *eu*.

Posteriormente, Guyer vai afirmar que para Kant a unidade transcendental da apercepção possui ou é a conexão sintética entre todas as nossas representações, que até mesmo independem do conteúdo empírico. Isto nos mostra que qualquer que seja a atividade de conexão existente neste sujeito, enquanto ser pensante, obrigatoriamente tem origem na

⁵⁴ “Petição de princípio (lat. *Petitio principii*). É a conhecidíssima *falácia* (v.), já analisada por Aristóteles (*Top.*, VIII, 13,162 b; *El. sof.*, 5, 167 b; *An.pr.*, II, 16, 64 b), que consiste em pressupor, na demonstração, um equivalente ou sinônimo do que se quer demonstrar (cf. PEDROHISPANO, *Summ. log.*, 753)” (ABGNANO, 1998, p. 777).

⁵⁵ GUYER, 2009, p. 178.

síntese *a priori* de todas as representações, que se deve somente pela existência de regras *a priori* desse *eu* transcendental⁵⁶.

Em outras palavras, tudo que pode ser representado por este sujeito, independente do que estas coisas possam possuir de significado, devem necessariamente estar sujeitas as regras da síntese deste sujeito representadas pelas categorias, que são as regras da unidade transcendental do pensamento.

Estas regras constituem-se em uma estrutura lógico-formal que não possuem nada de conteúdo, mas tão somente as condições de toda e qualquer relação do pensamento, seja sobre si mesmo ou sobre os objetos no espaço fora da consciência.

Guyer nos diz que, segundo Kant, toda combinação feita com objetos do mundo empírico são de atividade do entendimento, o qual retira suas regras mais fundamentais da estrutura formal da apercepção, isto é, são as regras da apercepção originária que ditam o modo de funcionamento do entendimento que funciona por meio das categorias.⁵⁷

Assim, no que se refere à apercepção transcendental, Guyer afirma que,

Kant indica que as condições necessárias para a síntese de todas as representações *de per se* na unidade transcendental de apercepção também são condições necessárias para a representação de quaisquer objetos por meio daquelas representações (2009, p. 182).

Com isto temos que as próprias regras para organizar o mundo, que são as categorias, dependem primeiro da constatação das regras mais fundamentais da apercepção, que é a atividade que põe em “movimento” todo o processo de relação que é o pensamento, identificando esta como a ação mais fundamental de todo ser pensante.

Deste modo, Guyer nos ajuda a entender que todas as nossas regras pertencem a um único e idêntico si-mesmo (sujeito transcendental); este “ente” apresenta-se como a conexão sintética necessária de todas as nossas representações; as representações, por sua vez, só podem ocorrer devido a síntese *a priori* que ocorre dentro deste sujeito. Todavia, as regras que dirigem todas as representações dos objetos são ditadas pelas categorias e, elas mesmas, pertencem e estão contidas em um *eu* numericamente idêntico a si-mesmo.

Em nossa primeira impressão da leitura de Guyer sobre a exposição kantiana, acreditamos que este autor tivera a intenção de defender Kant e conseqüentemente a *Refutação do idealismo*, na primeira edição da *CRP*, pois nos pareceu que este estava sendo fiel às palavras do filósofo. Entretanto, nos detendo melhor a leitura de seus comentários,

⁵⁶ Isso pode ser atestado em *CRP*, A 108, como indicado por Guyer.

⁵⁷ Podemos atestar isso em *CRP*, A 111-12.

percebemos que Guyer alega que, a exposição do idealismo transcendental de Kant tem conteúdo problemático, na medida em que a apresentação deste conteúdo é simples demais para a seriedade que o tema requer, pois para ele:

Aí pode parecer plausível para Kant assumir que não importa o que eu possa descobrir sobre a significação empírica de qualquer uma das minhas representações, e, com efeito, antes de quaisquer descobertas sobre sua significação empírica, devo ao menos saber que *tenho* essas representações e, assim, essas representações já devem satisfazer algumas condições mínimas para o autoconhecimento. Mas de fato, Kant não oferece defesa alguma dessa alegação e ela não consegue enfrentar o escrutínio (2009, p. 182-83).

Neste caso, o problema para Guyer é a crença de que temos um múltiplo de representações, pois para ele trata-se de uma crença porque devemos garantir efetivamente que essas representações provêm de objetos reais e não são ilusões.

Para isso, devemos atestar cada uma de nossas representações pela ligação das mesmas com o dado no sentido externo, só desta maneira podemos tê-las como representações verdadeiras de objetos reais existentes no espaço fora da consciência.

Para o comentador, caso não possamos atestar e/ou fazer essas conexões entre representações e o dado na empiria, teremos apenas ilusões que tomamos como verdadeiras, e, sendo assim, nada nos garantiria a identidade numérica do *eu* em si mesmo frente ao múltiplo e conseqüentemente a existência de um *eu* capaz de síntese por meio das categorias, pois os próprios objetos como reais estariam aguardando por uma determinação de si mesmos.

Todavia, para Guyer, se tudo partir de uma crença de que existe uma ligação, isso por si só, não deixa claro que deva existir necessariamente um conjunto de regras categóricas que sejam capazes de síntese. Para mostrar essa necessidade Kant teria que provar essa função como necessária e não a partir da ligação putativa delas com os objetos.

Para Guyer, a tese de Kant

... parece provar somente a tese condicional de que as categorias são necessárias se tivermos experiência de objetos e também de representações meramente subjetivas, mas ainda não mostra que estamos de fato justificados por aplicar as categorias a esses objetos, ou, nos termos da Seção I, para mostrar que as categorias efetivamente tem realidade objetiva (2009, p. 183).

Então, no que se refere ao conceito de apercepção, Guyer conclui que este é um conceito “profundamente problemático”, pois Kant ignora a diferença que existe entre si mesmo e suas representações, e, ainda, dos objetos que este *eu* em si pode representar.

Assim, para o comentador, se aceitarmos as conclusões de Kant, que afirmam que as qualidades para a apercepção do *eu* são suficientes para afiançar que elas mesmas são as condições para a percepção de objetos, teríamos então uma prova obscura, pois ao filósofo caberia demonstrar como o *eu* seria capaz de representar a simples condição do si mesmo, já que este está também na função de representar objetos. Isto é, Segundo Guyer, por meio da prova de Kant o sujeito pode representar a si mesmo como diferente de outros tipos de objetos, e tornar a própria apercepção uma ilusão⁵⁸.

Para nós, a afirmação de que Kant parte de forma negligente de uma mera crença é desconsiderar os principais motivos da *Estética transcendental*, onde o próprio Kant afirma que, “Assim, na estética transcendental *isolaremos* a sensibilidade retirando primeiramente tudo aquilo que o entendimento nela pensa por meio de seus conceitos, de modo que nada sobre a não ser a intuição empírica”⁵⁹.

Isso mostra que Kant não parte de uma mera crença, pois mostra que o filósofo percebe nitidamente as diferenças entre a apercepção de si mesmo, suas representações e os objetos do sentido externo, os quais de forma categórica são organizados na mente. Ainda podemos mostrar a preocupação de Kant em provar que essas representações não são meras ilusões, quando ele diz que,

O efeito de um objeto sobre a capacidade de representação, na medida em que somos por ele afetados, é a sensação. A intuição que se relaciona ao objeto por meio da *sensação* é denominada *empírica*. O objeto indeterminado de uma intuição empírica se denomina fenômeno [*Erscheinung*]⁶⁰ (CRP, A 20).

Após estes pequenos trechos destacados da *Estética transcendental*, acreditamos já ser suficiente para refutar a acusação de Guyer, pois, como visto acima, Kant não trabalha com a mera crença da ligação de objetos externos com as categorias, mas mostra sua preocupação em provar a real existência desses objetos no espaço fora da consciência do sujeito e sua ligação com as representações da mente, afastando assim a ideia de que esses objetos seriam meras ilusões.

⁵⁸ Paul Guyer nos adverte que esta discussão é retomada na segunda edição, “...como uma tentativa de combinar a ideia anterior da apercepção com a nova compreensão do juízo desenvolvida de 1783 e 1786, Mas essa combinação permanece embaçada” (GUYER, 2009, p. 189).

⁵⁹ CRP, A 22.

⁶⁰ Como sugestão ler *Erscheinung* não do modo que a tradução sugere, mas como aparecimento, pois trata-se de do efeito de um objeto indeterminado que leva a representação do fenômeno.

Contudo, se assim não fosse, o mesmo não destacaria como uma de suas preocupações na edição B que, a partir da mera experiência interna, não se pode inferir os objetos externos.

CAPÍTULO II: A REFUTAÇÃO DO IDEALISMO NA EDIÇÃO B DA CRP

Na edição B da *CRP*, Kant modifica seus argumentos os direcionando mais para a questão da experiência e das categorias, principalmente para a categoria modal, onde “parece mais preocupado com o realismo transcendental do que com o idealismo empírico – embora, é claro, eles sejam os dois lados da mesma moeda”⁶¹. O que significa dizer que seu foco principal deixa de ser a questão da inferência e passa a ser a questão da experiência, onde ele acredita estar a prova irrefutável para o problema do idealismo.

Todavia, ele mantém o fundamento de que nosso conhecimento só pode se voltar para respostas de questões referentes a fenômenos e jamais sobre as coisas em si mesmas, pois são estes fenômenos que nos permitem determinadas condições da experiência.

Além da mudança de estratégia em seus argumentos, Kant também vai fazer uma alteração na localização da *Refutação do idealismo*, pois ele a retira da *Dialética transcendental* (do *Quarto paralogismo*), e a coloca na *Analítica transcendental*, seguindo *Os postulados do pensamento empírico em geral*, agora com o título direto de *Refutação do idealismo*, porém com uma exposição mais breve e sucinta.

Apesar do tratamento da localização da *Refutação do idealismo* não ser o ponto principal deste trabalho é importante ressaltar que Kant coloca uma grande nota no prefácio da edição B⁶², onde, à primeira vista, o filósofo pretende somente dirimir algumas obscuridades concernentes à leitura do texto principal e antecipar algumas conclusões as quais devem chegar seus leitores. Assim, por ele se utilizar dos mesmos conceitos contidos no desenvolvimento do texto principal da *Refutação do idealismo*, acreditamos que podemos tratar da nota em destaque ao mesmo tempo em que tratamos dos conceitos pertinentes ao tema, sem dar um destaque especial a mesma.

2.1. Exposição da *Refutação do Idealismo* na edição B da *CRP*

Vamos expor agora a forma com que Kant faz oposição ao idealismo cético na edição B da *CRP*, onde o mesmo acredita ter provado a real existência dos objetos externos pela necessidade dos *a priori* para toda experiência possível.

⁶¹ FORLYN, 2008, p. 99.

⁶² *CRP* B XXXVIII, XL.

Segundo a demonstração de Kant, o sujeito não precisa sair de si para ter contato direto com os objetos externos, ele reconhece que o *eu pensante* possui condições e capacidades que atestam a existência de objetos sem sair da própria consciência.

Kant vai provar que as formas puras da sensibilidade e das categorias possibilitam o conhecimento se utilizando da intuição de aparecimentos externos, garantindo assim o acesso cognitivo de objetos no espaço fora da consciência.

Para tanto, o filósofo anuncia alguns pontos do idealismo a serem refutados⁶³, como: a tese de que a única experiência imediata é a interna; segundo, que a partir da mera experiência interna podemos inferir os objetos externos.

Kant acredita que atacando estes dois pontos, pode provar que a experiência de objetos externos é imediata, e que somente após sua constatação é que é possível uma experiência interna⁶⁴.

Pelo idealismo cartesiano temos que não podemos atestar a realidade externa pela via dos sentidos, pois só o que nos resta de evidente e indubitável é a *res cogitans*, tudo mais passa a ser do domínio da dúvida. É justamente essa dúvida que Descartes usa como método, mas não ela em sua acepção comum, ele a utiliza como dúvida hiperbólica, pois passa a duvidar de tudo que não seja a própria consciência de si mesmo, ou seja, a única evidência da qual não podemos duvidar é a própria existência do *eu* enquanto ser pensante.

Expondo de outro modo, o que Descartes afirma é que a existência da consciência de nossas determinações internas é mais evidente e certa que a existência das coisas espaciais fora de nós⁶⁵. Entre as várias possibilidades de garantir os objetos externos ao *eu*, o mesmo se utiliza da existência de uma intuição divina como Deus que, em sua perfeição, é capaz de garantir algo fora do *cogito*⁶⁶.

⁶³ Na exposição da refutação B, achamos prudente retomar que Kant tem como foco principal o idealismo problemático de Descartes, assim como na edição A. Pois Kant reconhece que o trabalho de Descartes se trata de um genuíno trabalho filosófico, já que não admite nenhum avanço nas suas afirmações sem o devido processo de prova.

⁶⁴ CRP, B 276.

⁶⁵ Fato é que Descartes não pensava esta consciência determinada no tempo aos moldes de Kant. Porém, segundo Almeida, a temporalidade da consciência empiricamente determinada de si mesmo é, por conseguinte, uma consequência necessária daquilo que torna indubitável a certeza que tenho de existir e não pode ser recusada por quem aceite que tenho uma “consciência empiricamente determinada de minha própria consciência”. Não é possível, pois, admitir como indubitável a consciência (empiricamente determinada) de minha existência e recusar que ela seja determinada no tempo, porque se ela não tiver nenhuma determinação temporal que mostre a sua permanência frente à alternância do mundo externo, ela (a consciência) será sempre um ente ontológico que jamais poderá se ligar as coisas fora do sujeito (ALMEIDA, 2013, p. 28).

⁶⁶ “Se ela [consciência] tira sua existência de alguma outra causa diferente de si, tornar-se-á a perguntar, pela mesma razão, a respeito desta segunda causa, se ela é por si, ou por outrem, até que gradativamente se chegue a uma última causa que se verificará ser Deus” (DESCARTES, 3ª Meditação, §35). Então, assim como Deus é a causa da própria consciência que é para ele indubitável, ele (Deus) será, também, o fundamento de tudo mais que existe fora dessa consciência pensante.

Após a exposição de seu entendimento sobre filosofia de Descartes, Kant vai argumentar que não aceita um ser ontológico (Deus) como prova da existência de objetos externos. Insatisfeito com o desfecho tomado por Descartes, o filósofo alemão sai à procura de provas lógicas que atestem a existência destes objetos, não como simples possibilidade (dada pela inferência), mas na sua efetividade via experiência e intuição empírica, com o intuito de afastar qualquer dúvida sobre estes objetos.

Assim como na edição A, na edição B Kant compartilha com Descartes a certeza da existência de um *eu* pensante. Mas, a partir disso, o mesmo vai provar que a experiência interna deste *eu* pode levá-lo a confirmar a existência de objetos fora do mesmo, afastando assim a ideia de um Deus perfeito como a arquiteto de toda existência.

Kant ainda compartilha com Descartes a ideia de que o *eu* (enquanto puro pensamento) não garante imediatamente a existência de objetos externos pelo pensamento. Todavia, segundo o filósofo alemão, isto só é possível se tivermos uma intuição sensível de algo realmente existente. Pois a relação entre estes entes (sujeito pensante e objeto) não são opostas, um depende do outro.

O que Kant quer nos dizer é que o sujeito transcendental depende das coisas existentes no sentido externo, pois o *eu* sem a intuição de objetos existentes no exterior não poderia ter consciência de nenhuma de suas representações, já que elas mesmas não existiriam.

Segundo o teorema de Kant, temos que: “A mera consciência de minha própria existência, empiricamente determinada, prova a existência dos objetos no espaço fora de mim”⁶⁷.

Isto quer dizer que para que o sujeito tenha consciência de sua própria existência empírica faz-se indispensável que existam objetos no sentido externo, pois a consciência em si mesmo (o *eu* transcendental) não possui qualquer tipo de determinação, sendo ela pura forma.

Então, Kant segue na exposição de seus argumentos mostrando que só é possível ter percepção (por determinação do tempo, enquanto intuição interna) a partir de mudanças. Porém, como fora exposto, a consciência no seu sentido formal é fixa, não apresenta mudanças, logo, essas mudanças só podem ser percebidas por intuições externas.

Assim, ele mostra que existe uma relação de movimento de coisas no espaço fora do sujeito que se apresentam à permanência do tempo interno. Nas palavras de Kant:

⁶⁷ CRP, B 275.

Não apenas porque só podemos perceber as determinações do tempo por meio da mudança nas relações externas (o movimento), em relação ao permanente no espaço (...), mas também, porque não temos nada de permanente, que pudéssemos colocar como intuição sob o conceito de uma substância, a não ser a *matéria*; e mesmo esta permanência não é extraída da experiência externa, mas pressuposta *a priori*, como condição necessária de toda a determinação do tempo, portanto, também, como determinação do sentido interno em relação a nossa própria existência por meio da existência das coisas externas (CRP, B 277-8).

A consciência determinada dos objetos, por si só, não é uma prova contumaz de sua existência, uma vez que toda ela pode ser fruto da imaginação. Mas, para Kant, mesmo essas imaginações (criações de imagens no sentido interno) só são possíveis por meio de intuições externas anteriores, ocorridas em sua realidade factual⁶⁸.

O que o filósofo alemão prova é que a experiência interna em geral só é possível por meio da experiência externa em geral. Desta maneira, ele é taxativo em defender que a existência só pode ser atestada quando assinala uma necessidade material e/ou substancial das coisas.

Como argumento de prova de Kant, temos que,

Eu sou consciente de minha existência como determinada no tempo. Toda determinação do tempo pressupõe algo *permanente* na percepção. Este permanente, contudo, não pode ser algo em mim, pois a própria existência só pode ser determinada no tempo através dele. A percepção desse permanente, portanto, só é possível por meio de uma *coisa* fora de mim, e não por meio da mera *representação* de uma coisa fora de mim. Logo, a determinação de minha existência no tempo só é possível por meio da existência de coisas reais que percebo fora de mim (CRP, B 275/6).

Todavia, como não podemos ter os objetos imediatamente no interior do *eu* pensante, sua existência só pode ser auferida a partir da interconexão de causa e efeito, e, é assim que Kant demonstra que o efeito interno só pode ser provocado por uma causa externa, utilizando-se da relação de causalidade.⁶⁹

Todo este processo de demonstração só é possível devido às condições *a priori* do sujeito, pois sem elas o mundo externo seria impossível. As formas puras da sensibilidade são as condições privativas do sujeito que permitem a constatação dessa existência externa que é subsumida sob leis que determinam aquilo que lhe aparece como efeito de uma causa.

⁶⁸ CRP, B 278.

⁶⁹ Neste ponto Kant possui certa semelhança com Descartes, pois ambos dão importância à relação de causalidade, mas a diferença surge no momento em que Kant prevê regras necessárias *a priori* (tanto das intuições puras do espaço e do tempo, quanto das categorias) para que este princípio seja válido, enquanto Descartes parte de uma suposição que é garantida por um poder divino.

Isto significa dizer que Kant nos previne para a necessidade de identificar a unidade da *res cogitans* que é capaz de intuir, organizar e determinar os aparecimentos, unidade esta que funcionará como o princípio de regras para toda experiência – são elas: o princípio de causalidade, como já exposto; e, as regras da categoria da qualidade (realidade), juntamente com a categoria da modalidade (necessidade), “que acrescenta à determinação causal também o conceito da necessidade, a qual, no entanto, está sob uma regra do entendimento”⁷⁰.

Kant entende que a única forma possível de se chegar aos objetos externos, e também ao conhecimento objetivo, passa pelo processo de intuição e representação desses objetos por meio de regras necessárias e universais. O que leva Kant a pensar que nas questões do conhecimento sempre temos uma relação do sujeito que se impõe sobre o objeto a partir de regras universais, garantindo a realidade desses objetos, e, também, a objetividade do conhecimento⁷¹.

Deste modo, a filosofia de Kant nos leva a afirmar que qualquer relação (pensamento) que tenha como fim último falar das coisas existentes como determinadas é, também, uma relação de conhecimento e depende de condições internas do sujeito que não estão nas próprias coisas.

Ao sujeito que pretende ir ao encontro e conhecer as coisas em si mesmas, fora da relação na qual o sujeito percebe e organiza o mundo, pretende um salto direto para fora de seus limites. Em outras palavras, a experiência externa só é possível pelo entendimento, que lança regras gerais *a priori* capazes de garantir a este sujeito às condições subjetivas e formais de toda a sensibilidade.

Kant nos ensina que agora temos a possibilidade de provar ou atestar a realidade das coisas externas via intuição e entendimento, afirmando que todo real é possível, mas nem todo possível é real, e o limite do possível encontra-se na possibilidade da experiência destas coisas enquanto objetos do conhecimento, pois todo o real deve estar de acordo com as condições formais da experiência no entendimento.

A experiência deve manter uma conexão com alguma percepção segundo leis empíricas fixas, pois são essas leis que garantem que a série dada não pode ocorrer de outra forma, tornando possível a construção de um conhecimento objetivo.

Isso quer dizer que não podemos criar uma série diferente da apresentada para determinados fenômenos se tivermos falando de conhecimento, pois as leis que regulam estes acontecimentos estão ligadas a uma necessidade de seu conteúdo, além do que, sem conteúdo

⁷⁰ CRP, B 281.

⁷¹ REGO, 2013, p.73.

não se pode pensar coisa alguma, menos ainda suas relações, é por este motivo que Kant descarta na segunda edição a discursão de possibilidade na prova do mundo exterior.

Pois tratar de possibilidade absoluta significa trabalhar com uma atividade peculiar da razão, e o processo de ligação entre o *eu* forma e os objetos do mundo externo são de competência do entendimento. Em outras palavras, toda tentativa de se chegar à natureza absoluta da constituição de algo é um trabalho genuinamente da razão que pensa sempre o universal em detrimento do particular, isto significa dizer que pensar o real particular não é de competência da razão, mas sim do entendimento.

É por este motivo que Kant destaca a importância de mostrar que a solução para a existência e não existência dos objetos não pode partir exclusivamente da análise da categoria modal de possibilidade, pois esta não nos leva a uma conclusão acerca da realidade desses objetos, já que falar de possibilidade não é o mesmo que falar em experiência empírica.

Assim, temos que a mera discussão de possibilidade não é capaz, por si só, de solucionar o problema da realidade de objetos fora do *eu*, pois extrapola seus limites, e, deste modo, não pode intervir para influenciar na solução sobre a realidade ou não de objetos externos. Como já visto, possibilidade não significa realidade e a competência de refletir sobre a possibilidade absoluta não cabe ao entendimento. Neste sentido, Kant nos ensina que:

Aquilo que só é possível sob condições que são elas próprias possíveis não é possível *em todos os sentidos*. Mas com isso entramos na questão de saber se a possibilidade das coisas se estendem para além de onde a experiência alcança. (...) Na verdade, porém, a possibilidade absoluta (validade em todos os sentidos) não é um mero conceito e não pode ter qualquer uso empírico, mas pertence apenas à razão, que vai além de todo uso empírico de todo entendimento (*CRP*, B 285).

Por meio deste argumento, Kant afirma que toda proposição só pode ser tomada como certa sob a perícia de prova e não de possibilidade.⁷² Admitir as proposições sintéticas, todas elas, sem passar pelo estatuto de prova, acabariam com todo o processo de desvelamento do entendimento e conseqüentemente do conhecimento.

Sem a devida crítica, todas as ilusões, até mesmo as mais incomuns estariam sujeitas ao julgamento comum e poderiam ter validade garantida, todas elas estariam sujeitas à retórica de prova e assim todas as ilusões estariam legitimadas em nosso entendimento sob a mais completa insegurança do que é afirmado.

No que confere à *Refutação do idealismo* na edição B da *CRP*, Kant deixa claro que pela categoria da modalidade não se pode provar nada a partir da simples discussão de

⁷² De outra forma, teríamos que chegar a prova sobre um objeto da *Dialética transcendental*.

possibilidade (*Möglichkeit*), existência (*Dasein*) e necessidade (*Notwendigkeit*)⁷³. Não podemos acrescentar nada a estes conceitos porque eles não são “sintéticos-objetivos”, pois não aumentam em nada os conceitos a que se referem, eles só valem subjetivamente, não possuindo em si objetividade, dependendo da relação que tem com o objeto real (*Realen*).

Kant nos coloca isto da seguinte forma:

... de tal modo que, se ele está apenas no entendimento, em conexão com as condições formais da experiência, seu objeto se denomina possível; se está concatenado com a percepção e, através do entendimento, é por ela determinado, o objeto é real; se é determinado pela concatenação das percepções segundo conceitos, o objeto é denominado necessário (*CRP*, B 286-7).

A categoria da modalidade não diz respeito a nada mais do objeto que já não esteja contido nele, e se visto por um viés formal da experiência atestam apenas se são possíveis ou não. No entanto, se se referirem à percepção, intuição empírica, por meio do entendimento, afirma-se que o objeto é real⁷⁴.

Todavia, notamos que o sujeito depende de formas e condições para se referir a objetos, e somente após determinar a forma com que o sujeito se refere aos objetos é que ele (o sujeito) pode tratar da realidade, já que os objetos em si mesmos apenas indicam de forma geral como estes objetos podem se ligar às faculdades cognitivas.

Então, a relação entre possibilidade e existência jamais poderá ser solucionada a partir do jogo de representações no entendimento sem a intuição empírica, pois é ela que garantirá sua realidade e contingência. Dito de outra forma, Kant afirma que a existência interna confirmada é efeito da realidade externa, mas que nós não atestamos pelo simples fato de poder pensar a sua possibilidade (ou seja, não se trata de uma mera crença), pois só podemos atestar esta realidade a partir da própria intuição.

Percebemos que Kant, na edição B, dá bastante atenção (no sentido de negar) à categoria da modalidade, que pode ser analisada pelo conceito puro da possibilidade ou da contingência. Pelo primeiro, só é permitido pensar a possibilidade de existência ou não de um

⁷³ O que queremos dizer quando colocamos que não podemos provar nada pelas relações modais acima quer dizer que, pela categoria de modalidade se pensa a possibilidade daquilo que está sendo afirmado, o que não prova imediatamente nada. Pois, por exemplo, na premissa “é possível que algum homem seja justo”, não prova que exista um homem justo, apenas atesta a sua possibilidade, que aceita também a premissa contrária que diz, “é possível que nenhum homem seja justo”, então, vemos que nenhuma das premissas provou nada a respeito da existência ou não de um homem justo, apenas especulou sobre a possibilidade dessa existência. Assim, como na afirmação “é necessário que todo homem seja mortal”, não garante a real existência desse homem, apenas afirma que “SE” o homem existe realmente ele necessariamente deve ser mortal. Contudo, em nosso entendimento, continuamos afirmando que pela categoria da modalidade o problema da existência não pode ser resolvido.

⁷⁴ O predicado real é introduzido por um juízo de qualidade onde Kant expõe da seguinte forma na tábua das categorias: “Der Qualität: Realität, Negation und Limitation”, já nos juízos de modalidade temos “Der Modalität: Möglichkeit – Unmöglichkeit, Dasein – Nichtsein, Notwendigkeit – Zufälligkeit.” (*KRV*, B 106)

objeto, o que nos impede de atestar taxativamente sua existência; pelo segundo, nós temos que todo contingente é existente e tem uma causa, o que não nos permite pensar o não existente, pois no conceito de contingência pensamos a partir das modificações (movimento, alternância) dos objetos realmente existentes.

Contudo, a importância que Kant dá a negação da análise da existência dos objetos externos por meio da categoria da modalidade, se deve ao fato que pela mera inferência produzida por um juízo de modalidade não nos é permitido chegar à realidade dos objetos externos, deste modo a discussão sobre a realidade factual destes objetos permaneceria insolúvel, apenas no campo da possibilidade.

2.2. Discussão dos conceitos

2.2.1. O *eu* puro e o *eu* empírico na edição B

Ao tratar da questão do *eu*, na segunda edição da *CRP*, nos resta dar ênfase à saída que Kant se utiliza para superar o problema do idealismo, que são as condições do tempo e da representação. É por meio destes conceitos que Kant tem a pretensão de demonstrar a “constituição” e funcionamento deste *eu* forma e distingui-lo do *eu* empírico, visto que pretende também provar a existência de objetos no sentido externo como “coisas” que dão origem as nossas representações, diferenciando assim aquilo que está “dentro” daquilo que está “fora” sujeito.

Por este viés, identificar o *eu* empiricamente determinado significa dizer que a consciência empírica do sujeito está condicionada à própria realidade dos objetos, assim o *eu* empírico é aquilo que faz um contraponto ao que é puramente intelectual, isto é, o *eu* necessita de uma intuição sensível, ou experiência empírica para falar sobre um objeto externo ou de si mesmo no sentido empírico.

Desta maneira, quando Kant trata da experiência empírica do *eu*, o mesmo está fazendo uma referência clara a um *eu* que possui realidade e tem sua experiência interna ligada a sua relação com “coisas” externas, este *eu* já não está sendo visto como pura forma, mas sim como algo que participa e compõe a natureza, o que significa dizer que este *eu* tem a capacidade de intuições sensíveis, pois a sensibilidade é também parte constituinte deste *eu*⁷⁵.

⁷⁵ Não podemos nos esquecer que as intuições puras, as formas das categorias e, também, que as condições da sensibilidade fazem parte da constituição do sujeito.

É neste sentido que Kant nos afirma em nota que,

Mas eu sou consciente de *minha existência no tempo* (portanto também da sua determinabilidade neste) por meio da *experiência* interna, e isto é mais do que ser meramente consciente de minha representação, mas é a mesma coisa que a *consciência empírica de minha existência*, que só é determinável por meio da relação com algo que seja ligado, *fora de mim*, à minha existência (CRP, B XLIn).

O que significa afirmar que a simples consciência empiricamente determinada do *eu*, de sua própria existência, é a percepção da própria consciência como ser pensante, mas que se conclui pela realidade dos objetos no espaço, fora de si.

Apesar de Kant entender que atestar a própria consciência seja o ponto de partida de todo processo de prova do externo, ele sabia que deveria encontrar uma alternativa para sair desta condição, pois a percepção intelectual de si mesmo é apenas um ato de pensar vazio e se o mesmo se mantivesse nesta postura não poderia concluir pela real existência de objetos externos. Dito de outra forma, Kant sabia que nada no *cogito ergo sum* garante de forma necessária a realidade de objetos externos, então resta a ele a obrigação de provar que os objetos externos não são meras criações do *eu*.

Então, como Kant chega ao que está fora dessa forma pura do pensamento?

Para responder esta pergunta, temos que entender que quando Kant se refere à existência da consciência como determinada no tempo, ele está se referindo a algo de permanente que é capaz de perceber objetos externos, que estão expostos no transcurso do tempo e que então preenchem este *eu* lógico, que só é uma consciência determinada no tempo devido à intuição de objetos externos.

Expondo de outra maneira, a consciência do *eu* no tempo só é possível pela intuição externa de objetos, pois o *eu* formal consiste apenas em uma forma lógica atemporal, que só pode determinar-se a partir dos objetos externos, é somente desta maneira que se pode determinar o *eu* em dado instante, ligando-o a algum aparecimento.

Isto mostra a ligação que Kant faz da *Refutação do idealismo* às conclusões da *Estética transcendental*, isto é, que para se chegar à prova da existência de objetos externos e, conseqüentemente, do próprio *eu*, se faz necessário a percepção e determinação daquilo que se quer provar em uma sequência no tempo.

Todavia, temos que, para o filósofo, a questão geral para qualquer representação do *eu* necessita de uma percepção aos moldes do que ocorre com os objetos, ou seja, que ele seja representado como uma e única consciência no transcorrer do tempo. Se assim não fosse, o número de consciências seriam incalculáveis para um mesmo *eu*. É por este motivo que a

investigação de Kant busca pelas condições gerais que devem estar presentes em todo e qualquer pensamento, isto é, ele procura pela forma que possibilita qualquer pensamento e consciência em qualquer *eu* pensante.

O que Kant nos apresenta com isso, é que o tempo é a forma geral de toda percepção interna, mas, para que essa percepção interna venha a existir, o *eu* precisa da determinação das alterações que ocorrem fora do sujeito, pois dentro do *eu* nada se altera sem a ativação externa.

Agora vamos esclarecer o que Kant entende como *eu* lógico (forma) e *eu* empírico (sujeito), e, ainda, destacar que o *eu* enquanto sujeito do pensar, que é puramente lógico, significa tão somente a apercepção livre, a saber, consiste no *eu* puro que está por detrás de toda representação e formação de conceitos. Logo, “a apercepção pura é, portanto a autoconsciência de ações espontâneas do entendimento, que são executadas segundo certas regras do pensar que se devem denominar lógicas”⁷⁶.

Segundo o exposto acima, podemos dividir a consciência dos objetos em: a) consciência intuitiva do múltiplo, dada para o conhecimento; e, b) consciência discursiva, que enquanto consciência lógica dá de antemão ao pensamento as regras que o mesmo deve utilizar para efetivar sua atividade.

Nota de destaque é que a consciência permanece sempre a mesma e única para cada *eu*, não possuindo nenhum múltiplo, compartilhando apenas o aspecto formal do pensamento [*das Förmliche*]⁷⁷.

Neste sentido o *eu* não é nem intuição nem conceito, ele consiste tão somente na estrutura lógica e formal de si mesmo, porque é ele quem torna possível os juízos e os conceitos, e não sendo ele nem intuição nem conceito, o sujeito que julga não é representado enquanto objeto. Logo, este *eu* é vazio de conteúdo e por isso indeterminável, já que se trata da forma de um *juízo em geral*⁷⁸.

Percebemos que mesmo desvelando a forma universal do juízo, Kant toma o cuidado de apresentar este *eu* também como objeto, pois como visto o ser pensante adquire diversas formas permanecendo sempre o mesmo e único.

⁷⁶ (BAUM, 2003, p. 11) Postura de Baum que compactuamos em nossa linha raciocínio, pois este *eu* puro, que é ativado a partir do contato com o mundo, deve de forma lógica pensar as “coisas” e o próprio *eu* de forma livre.

⁷⁷ Por este argumento Kant confirma que o *eu* enquanto pensamento é um só, tanto qualitativa, quanto numericamente. O que ocorre é que este *eu* pensante se especializa em áreas como a teórica e a prática, não podendo ser especializada na estética porque esta área é livre e não específica, sendo anterior e mais primitiva em relação as outras formas do pensamento.

⁷⁸ Este “*eu* lógico” da apercepção pura é apenas o princípio de todo juízo, isto é, a condição formal de todo o conhecimento, porém incognoscível, tratando-se do sujeito em si.

Kant nos apresenta então um *eu* que (1) tem consciência de si mesmo e é compreendido como objeto da autointuição; e, por outro lado, (2) um *eu* empírico que faz parte, participa e transforma o mundo externo.

Então, o que está sendo dito é que o *eu* que é pura forma lógica consiste na base de todo pensamento, é o “sujeito” que tem a autoconsciência da identidade de que somos uma coisa que pensa (*res cogitans*) e que pela consciência de todas as nossas representações temos uma constante que não se deixa esvaír nas alterações do constante devir.

Nas palavras de Baum temos que,

Todas as minhas representações tem de poder ser acompanhadas pela mesma consciência “eu penso” para ser o que são: representações que só são possíveis como minhas representações pelo fato que estou consciente delas como minhas (2003, p. 14).

Na filosofia de Kant e com o auxílio de Baum, percebemos que só podemos afirmar que temos consciência do *eu* a partir do momento em que temos consciência das nossas representações, que somos os agentes pensantes que refletem sobre “coisas”.

Neste caso, sem a constatação do *eu* penso, as representações nada seriam para nós e também não seriam suscetíveis de se tornarem conscientes, isto é, sem a unidade do *eu* penso, dentro de um padrão formal, não seria possível fazer representações e tão pouco “transformar” as reflexões que temos de nossas representações em conhecimento, tornando essas representações pueris na falta de regras formais que ordenassem o nosso pensamento.

Mas, sabemos também pela filosofia de Kant que, se tomarmos o *eu* apenas na sua estrutura lógico-formal o mundo não existiria⁷⁹, pois o *eu* enquanto pura forma é incapaz de se ligar ao mundo externo, e, tão pouco, capaz de criar seus próprios objetos aleatoriamente sem nenhuma intuição empírica; isso culminaria na afirmação de que apenas o *eu* enquanto ente existe, o que igualaria a filosofia de Kant à filosofia de Descartes.

Desta forma, o *eu* lógico é reconhecido como a unidade de todas as funções dos juízos, onde a unidade analítica do *eu* só pode ser pensada a partir da dedução de que *tenho* uma unidade de todas as representações *em mim*, que só é possível sobre uma unidade do *eu*, caso contrário, teríamos tantos *eus* quanto fossem os números de representações que fazemos.

⁷⁹ Essa afirmação por muito tempo nos deixou confusos, pois como poderia o mundo não existir pelo simples fato do ser humano não existir? Após algumas reflexões e estudos da filosofia kantiana, percebemos que o que ele quer dizer é que o mundo não existiria apenas para o sujeito, mas permaneceria da “mesma forma que é”, passando pelos mesmos processos naturais que hoje temos consciência, sendo a única diferença que o mesmo não teria uma consciência para entender e organizar os acontecimentos.

Visto que Kant trata de regras universais para qualquer representação, então percebemos que a preocupação dele não se é somente pela possibilidade de uma representação de existência *para mim*, isto é, as regras das representações antes de serem regras *para mim*, devem possibilitar a representação para todo e qualquer ser pensante, que, por meio de conceitos, poderão inclusive determinar fenômenos como objetos do conhecimento⁸⁰.

A diferença primordial é que na filosofia de Kant todos os homens têm a capacidade de organizar o mundo segundo regras universais dadas pela racionalidade. Se isso não fosse possível e cada um pudesse criar seu próprio mundo, viveríamos em uma esquizofrenia coletiva onde cada um teria o direito de exigir universalidade aos seus delírios mais profundos.

Nada disso é novidade na filosofia de Kant, pois em diversas passagens ele mostra a forma e a necessidade da distinção entre apercepção transcendental e sentido interno ou (apercepção empírica), mas que aparece explicitamente da seguinte forma:

A consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna, é meramente empírica, sempre mutável, não pode dar-se nenhum eu fixo ou permanente neste rio de fenômenos internos e é chamada habitualmente *sentido interno ou apercepção empírica*. Aquilo que deve ser *necessariamente* representado como numericamente idêntico, não pode ser representado, como tal, por meio de dados empíricos” (CRP, A 107).

Contudo, devemos entender que a apercepção no sentido empírico significa a “apercepção” de nós mesmos no sentido interno segundo a determinação temporal, e isto nos permite assegurar que a apercepção transcendental é a atividade do *eu* que nos possibilita pensar o próprio pensamento, que, segundo o filósofo, é a atividade pela qual o sujeito tem consciência de sua existência. Neste sentido, além do *eu sou* – cartesiano que Kant toma como válido – necessitamos de uma intuição de nós mesmos como forma de determinar a existência interna do *eu*.

2.2.2. Autoconsciência e consciência dos objetos exteriores

Kant inicia a *Analítica dos princípios* da segunda edição da *CRP* explicando os *Postulados do pensamento empírico em geral*, porém a interrompe e insere a *Refutação do idealismo*. Em nosso entendimento, essa interrupção se dá porque é desta forma que Kant pretende demonstrar que é pelo uso das categorias que se chega à prova sobre a realidade dos

⁸⁰ Esta passagem apenas confirma o que já vem sendo dito desde a introdução da edição B no item VI, onde Kant expõe o *Problema geral da razão pura*, em B 19-29.

objetos da experiência externa, passando então à *Refutação do idealismo*, que é onde ele mostra que a experiência interna só é possível se precedida de uma intuição externa⁸¹.

Vimos que a autoconsciência é em si o núcleo de todo do pensamento, o que nos permite fazer a ligação da identidade da autoconsciência ao *eu* empiricamente determinado; deste modo, tomamos como plausível que as categorias têm origem neste *eu* idêntico a sua apercepção, e consiste também na base de toda objetividade.

Mas, a dificuldade encontrada por Kant consiste na tarefa de distinguir, por meio da estrutura analítica da autoconsciência, um objeto capaz de cognição, pois nela temos apenas a autopercepção e não conhecimento.

Com isso, temos que o *eu* que é “detentor” do entendimento, e, conseqüentemente, das categorias, embora seja a base intelectual de todo conhecimento, ele sozinho não elabora nenhum tipo de conhecimento. Nossa capacidade de conhecer os objetos fora da consciência pura trata-se da autoconsciência empírica, só não podemos esquecer que ambas estão estrita e irremediavelmente ligadas.

Em Martins, este *eu* penso é visto como,

A espontaneidade (pela qual o sujeito é consciente de si diretamente) é o conceito fundamental para entendermos a relação entre a autoconsciência e a consciência da espontaneidade nas funções lógicas do pensar: só a consciência da espontaneidade ou apercepção originária é que estabelece uma referência à identidade do sujeito (1998/1999, p. 70).

Esta primeira representação que faço de mim mesmo é um pensamento e não uma intuição no sentido restrito do termo, porque o ato de pensar por si só é tão somente um ato formal, que além de não nos permitir chegar ao sujeito detentor desta consciência, não nos leva ao encontro de nenhuma intuição.

Como pura forma, e sem conteúdo, a este *eu* só é dado a capacidade de garantir a sua própria existência⁸², porém ainda não se refere a uma existência real, mas tão somente a uma possibilidade de existência sem dizer aonde, quando e de que maneira ele se relaciona com o

⁸¹ O que queremos mostrar aqui é que a união das duas edições da *CRP* nos propõe que não existe uma preeminência, predomínio ou elevação do tempo sobre o espaço ou mesmo do espaço sobre o tempo, mas apenas que existe uma relação sem a qual não é possível intuição alguma, ou seja, que sem o sentido externo do espaço temos apenas um sentido interno vazio, por outro lado, sem o sentido interno temos apenas o “caos” (natural) das coisas sem nada que a organize em uma sucessão de eventos.

⁸² Aqui podemos identificar mais uma vez o porquê da crítica kantiana à filosofia de Descartes, pois percebemos que o filósofo francês não consegue se desvencilhar dessa pura forma que atesta somente a sua própria existência.

mundo, ou seja, é indeterminada, se trata somente de um juízo analítico sobre a própria existência⁸³.

Ainda em Martins temos que:

Portanto, como uma consciência do “eu da reflexão”, o “eu penso” da apercepção transcendental não é o conhecimento de um ser que pensa, mas é uma consciência da forma na qual os pensamentos são pensados. Pode-se dizer então que o “eu” da apercepção transcendental tem uma característica negativa no que diz respeito aos conteúdos do pensar (1998/1999, p. 73-74)⁸⁴.

Temos que esta consciência enquanto pura forma é uma representação vazia de conteúdo, que apenas permite ao sujeito ser consciente de algo espontâneo. Então, como podemos entender essa intuição que nos permite chegar aos objetos fora dessa relação de identidade do *eu*?

Keller tenta nos esclarecer o problema da seguinte forma:

O processo de introspecção pode, em certo sentido, ser mediado por sua relação com objetos externos, ao mesmo tempo em que fornece um conhecimento não-inferencial do estado interno de cada um. Essa possibilidade parece ter sido negligenciada por Guyer, que coloca a Reflexão como evidência contra a imediação de "experiência interna é em si somente mediada e possível através da experiência externa" (1998, p. 204 - tradução nossa).

Ele nos mostra que o processo de autopercepção pode ser mediado por uma intuição, afastando assim, a simples inferência do processo que liga a experiência interna do sujeito com ele mesmo a uma intuição, o que dará a esse sujeito a consciência tanto de si mesmo quanto dos objetos fora dele, mas para isso é necessário que intuições sejam possíveis.

Desta forma, podemos mostrar que a intuição pode ser colocado de duas formas, pois: na *Estética transcendental* ela pode ser entendida como um sentido que não tem qualquer referência ao entendimento, se tratando somente da capacidade sensitiva dos objetos; e, pode, também, ser entendida pelo viés da *Analítica transcendental*, quando ela já aparece como algo que faz a ligação entre o mundo sensível e o entendimento⁸⁵.

Fato é que, independente do ponto de partida de como percebemos este conceito empregado na filosofia de Kant, ele sempre fará referência a objetos existentes em uma

⁸³ Segundo Martins, essa existência pensada a partir do “*eu sou*” está desvinculada das categorias, pois não se refere à experiência de si mesmo, é apenas um juízo analítico, isto é, o “*eu penso*” da autoconsciência pura está para a existência como juízo analítico (1998/1999, p. 80).

⁸⁴ Em nossa visão, esse *eu* da apercepção possui essa característica negativa porque se equivale em “oposição” ao conceito de coisa em si, ambos funcionando como uma substância incognoscível.

⁸⁵ Segundo Evans, a quem garanta já a primeira postura da intuição como ficção, *abstractum*, mesmo que a intuição se mostre somente como um sentido que capta objetos do exterior (1984, p. 46-47).

relação espaço-temporal, podendo ser caracterizado como a condição anterior para qualquer determinação da consciência empírica como existente no tempo.

Assim, para que a representação de um objeto ou mesmo do *eu* empírico possa ocorrer no pensamento, uma intuição se faz imprescindível, pois só podemos ter representações de objetos empíricos se nós tivermos a intuição destes objetos, o que nos levará a ter consciência da existência de nós mesmo e dos objetos por meio de uma intuição de algo que esteja “do lado de fora”.

Em nota da segunda edição, Kant é bem claro a esse respeito quando afirma:

Mas eu sou consciente de *minha existência no tempo* [...] por meio da experiência interna, e isto é mais do que ser meramente consciente de minha representação, mas é a mesma coisa que a *consciência empírica de minha existência*, que só é determinável por meio da relação com algo que seja ligado, *fora de mim*, à minha existência [...] pois o sentido externo já está em uma relação da intuição a algo real fora de mim... (CRP, B XLn).

Allison nos auxilia quando afirma que, “estas são baseadas na concepção do tempo como a forma do sentido interno, e seu objetivo é mostrar que o autoconhecimento está sujeito às mesmas condições transcendentais que o conhecimento está sujeito ao sentido externo” (2004, p. 276 - tradução nossa). Tendo isso em mente, ele vai investigar a partir dos seguintes pontos: do tempo, enquanto a forma do sentido interno; da determinação dos objetos da natureza no sentido interno; na experiência interna; e, também, por meio do exame dos argumentos de Kant que toma o objeto enquanto fenômeno.

Logo, pelo caminho proposto por Allison de investigação, podemos perceber que as formas puras de intuição, juntamente com o sentido interno deste *eu*, correspondem às condições necessárias a todas as nossas representações, onde ambos se constituem a partir dos princípios que garantem o contato do múltiplo com o sujeito.

Isso nos remete ao tratamento da formação de conceitos e como estes conceitos puros podem se referir a uma experiência, por via da intuição de objetos que são levados para o interior do sujeito que pensa. Pelo que foi dito, toda operação de coordenação da sensibilidade requer uma afecção externa, e, também, a determinação transcendental (ou afecção interna) pelas categorias do entendimento.

Temos então o lado intelectual capaz de síntese na própria mente humana e o múltiplo dado pela intuição, que leva o objeto a ser subsumido no esquema que o intelecto impõe.

Essa postura de Kant nos mostra que a consciência dos objetos fora do *eu* pensante só é possível porque as categorias do entendimento tem um poder *a priori* na mente para exercer a função de organizar o múltiplo da sensibilidade, este é um poder original do espírito. Trata-se assim de uma atividade a ser evocada, que atua por meio da coordenação entre interno e externo.

Toda essa atividade só é possível devido à capacidade humana ter como sua única função receber informações que nos afetam por meio de aparecimentos. Se assim não fosse, jamais teríamos o material com qual o entendimento poderia aplicar as categorias do entendimento.

Segundo Marques, essa distinção entre sensível e regra inteligível é evidente e,

Novamente, tal distinção indica o corte entre o “sensível” e o “inteligível”, de forma que o conceito intelectual é então o-que-*abstrai*-do-sensível, não-o-que-é-*abstraído*-do-sensível. Numa palavra, ele não resulta de uma generalização do singular, mas, outrossim, é já obtido como implicando uma universalidade *originária*, embora careça, para ser adquirido, da ocasião em que a experiência o requisite (1990, p. 46).

Podemos atestar a preocupação de Kant em tentar superar, não somente o idealismo, mas também o empirismo, quando ele dá o direcionamento a sua filosofia teórica propondo que tanto o idealismo quanto o empirismo possuem falhas irremissíveis e que a superação de ambos só é possível a partir de uma solução que garanta cada uma delas, ao mesmo tempo em que as nega⁸⁶.

O que podemos demonstrar nas palavras de Kant, pois

A intuição e os conceitos, portanto, constituem os elementos de todo nosso conhecimento, de tal modo que nem os conceitos sem uma intuição correspondente de algum modo a eles, nem uma intuição sem conceitos, podem fornecer um conhecimento. [Então] pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas (*CRP*, B 74-5).

Todavia, devemos ter em mente que as categorias são regras puramente intelectuais cuja origem em nada se deve à sensibilidade. No entanto, já vimos como esta sensibilidade é dada ao entendimento para que o mesmo possa utilizar-se de suas formas puras *a priori* do pensamento em geral.

⁸⁶ Segundo Williges, em sua leitura de Stroud, “a impossibilidade do conhecimento de objetos independentes de nós, acaba por assumir alguma sorte de compromisso com o ceticismo, à maneira do idealismo empírico, só que agora no nível transcendental” (2007, p. 120). Vale ressaltar que não compactuamos com essa postura, como pode ser visto ao longo deste trabalho, porém achamos prudente colocá-la para mostrar que existem posições divergentes sobre a prova de Kant contra o idealismo.

Kant conclui então afirmando que a teoria do *idealismo transcendental*, mesmo sendo de cunho idealista, nela está contida que a representação do objeto é a condição de possibilidade da autoconsciência pura, isto é, da consciência da existência do *eu penso*. E de forma análoga, a consciência da existência dos objetos empiricamente exteriores é a condição de possibilidade da autoconsciência empírica, ou seja, da determinação da existência no tempo. Em outras palavras, podemos dizer que a Natureza é fundamental para a determinação da existência do Homem.

2.2.3. Distinções entre realidade e existência

Neste momento vamos tratar de conceitos que entendemos ser de extrema importância dentro da matéria da *Refutação do idealismo*, pois eles são fundamentais para esclarecer a postura do filósofo quanto à prova da realidade de objetos externos, e, com isso, vão nos auxiliar a concluir a nossa pretensão, que é tomar posição sobre a suficiência ou insuficiência dos argumentos de Kant contra ao idealismo cético.

Kant inicia a diferenciação entre estes dois conceitos a partir das conclusões que retira da geometria pura e afirma que por meio desta (geometria) prova as condições de representação dos objetos dos sentidos, ou seja, esta disciplina mostra ao filósofo as condições espaciais nas quais o sujeito pode representar um objeto no espaço.

Este espaço apurado pela geometria não é nada mais que a condição geral necessária para tudo que nele possa ser encontrado, isto é, o espaço é tão somente a forma para toda percepção de objetos no sentido externo⁸⁷.

A importância desta constatação, consiste na afirmação de que é somente sob o espaço que todos os objetos são possíveis como distintos do *eu*, ele é a possibilidade dos aparecimentos externos, que só podem surgir dentro dos limites do espaço que a geometria revelou.

Trata-se de uma regra necessária para qualquer intuição de objetos, e, se assim não fosse, tudo que fora criado pelos geômetras não passariam de alucinações e não teriam nenhuma validade objetiva, possuindo apenas validade subjetiva.

Sem os preceitos da geometria o *eu* nunca encontraria uma necessidade pela qual as coisas devam ser encontradas na sensibilidade, cada forma seria uma forma nova e

⁸⁷ CRP, B 120.

independente uma da outra, e a unidade que o conceito dá aos objetos – o que nos permite o conhecimento na determinação dos mesmos – não seria possível.

Segundo Kant, temos que reconhecer que a intuição pura do espaço é o que possibilita o próprio espaço fora do sujeito, isto é, para que o *eu* entenda a disposição dos objetos no espaço fora dele, ele precisa possuir a intuição do mesmo anteriormente⁸⁸ como condição interna, e, isto só é possível porque o espaço não é uma qualidade da coisa em si mesma, mas somente uma forma de representação sensível do sujeito.

Todavia, pensar o existente é pensar na possibilidade de sua existência apenas no sentido interno⁸⁹, o que elimina a análise espacial a princípio, pois a intuição pura do espaço corresponde ao sentido externo, e, pela análise de existência (ou de possibilidade de existência, já que a categoria de existência nos permite apenas tratar das inferências possíveis de algo ser existente ou não)⁹⁰, não podemos chegar a solução do problema. Então, como relacionar a categoria de existência⁹¹ com o conceito de realidade? Quando algo que o *eu* toma como existente pode ser reconhecido como real no espaço?

⁸⁸ (Intuição pura, vide 1.2.2.)

⁸⁹ O que nos leva a fazer esta afirmação é o caráter inferencial da modalidade de existência, que é utilizada como modalidade que possibilita ao sujeito pensar o seu oposto como válido, ou seja, se trata da especulação interna quanto a existência dos objetos no sentido externo. Como exemplo, podemos colocar que é possível um juízo que afirme que “existe um céu vermelho”, bem como, também, nos é permitido pensar que “não existe um céu vermelho”, e ambas serem afirmativas válidas, pois tratam apenas de especulação lógica.

⁹⁰ Poderíamos destacar inúmeras passagens que, a nosso ver, autorizam nosso ponto de vista, mas selecionamos as seguintes: B 100, quando Kant diz que, “ a modalidade é uma função inteiramente peculiar dos juízos, e sua característica distintiva é a que ela não acrescenta nada ao conteúdo do juízo (pois não há nada, além de quantidade, qualidade, e relação, que constitua o conteúdo de um juízo), mas apenas diz respeito ao valor da cópula relativamente ao pensamento em geral; B106s em que Kant fala diretamente que “... é preciso notar ainda que a terceira categoria surge sempre da ligação da segunda com a primeira de sua classe”, ou seja, chegamos na necessidade (*Notwendigkeit*) pela relação, não subordinação, dos conceitos *Dasein* a *Möglichkeit*, ainda nas palavras de Kant temos que “... a necessidade, por fim, não é senão a existência que é dada por meio da própria possibilidade” B 111; em B 124 temos que “Os fenômenos [*Erscheinung*] certamente apresentam casos dos quais é possível [extrair] uma regra segundo a qual algo acontece de maneira habitual, mas nunca segundo a qual o corrido seja necessário”, mais uma vez a necessidade aparecendo como separada da intuição, isto se deve ao fato de que as regras da necessidade são levadas ao “fenômeno” e não o inverso, pois não são os “fenômenos” que geram essa necessidade; podemos citar ainda, B114 e 131 onde Kant afirma que a conexão que a categoria já pressupõe procura uma unidade qualitativa (concordância consigo mesma e com a experiência, portanto na categoria de realidade, o que não existe na categoria de modalidade); e, por fim, uma colocação que para nós é derradeira neste sentido, a união de B 147 quando Kant diz que “a intuição sensível é ou intuição pura (espaço e tempo), ou intuição empírica daquilo que é, por meio da sensação, representado imediatamente como real (*wirklich*) [efetivo, real] no espaço e no tempo”, com B 184 em que Kant define a realidade (*Realität/Wirklich* – pois trata-se de uma realidade efetiva) como ... “a existência em um determinado tempo” e a distingue da necessidade afirmando que esta é “a existência de um objeto em qualquer tempo”, portanto não ligada a um “fenômeno” determinado no tempo, e ainda continua afirmando que “o esquema de cada categoria [...] no caso da qualidade, a síntese da sensação (percepção) com a representação do tempo, ou preenchimento do tempo; [enquanto] a modalidade, o próprio tempo como correlato da determinação de um objeto, no sentido de saber se e como ele pertence ao tempo” (ou seja, se e como o objeto posse ser tido como real, vai tratar das condições do real, mas não daquilo que é real) (grifos nossos).

⁹¹ Enquanto atividade pura da razão.

Estas não são questões fáceis de se responder, mas Kant nos auxilia afirmando que, por meio das condições puras de toda sensibilidade, podemos introduzir o espaço na investigação por meio da categoria da realidade.

Enquanto a possibilidade (pura possibilidade) é pensada internamente distante de todo conteúdo, a categoria da realidade sai da condição de mera análise e tem a capacidade de sintetizar a partir das informações trazidas pela intuição.

Entretanto, Warren nos alerta que por mais que Kant afirme a existência de uma conexão entre a categoria da realidade e os objetos do sentido externo, ainda faltam alguns pontos de ligação entre a mente e o mundo físico, sendo que ele se refere a isto como um contraste entre o “intelectual” e a referência “sensível” da categoria da realidade⁹².

Por outro lado, Altmann nos apresenta uma proposta que é a de mostrar como o argumento ontológico da *Dialética transcendental* se assemelha à compreensão da exposição feita na *Analítica transcendental*, e, com isso, nos oferece uma hipótese sobre a relação entre o caráter assertórico de um juízo e a categoria de existência. Isto nos permite esclarecer que Kant trata de formas bem distintas um predicado realmente existente de um predicado apenas possível (lógico)⁹³.

Tentando acompanhar Kant, e dando atenção aos alertas de Warren e as elucidações trazidas por Altmann, temos que a forma mais natural de um juízo assertórico é representar “A é B” ou “A como B”, sendo que isto significa simplesmente relacionar o conceito-sujeito ao conceito-predicado.

Assim, a categoria de realidade, ao propor a relação entre “conceito-sujeito” e “conceito-predicado” não admite o contraditório, pois afirmar que “A é real” exclui automaticamente a afirmativa “A não é real”, uma ativa a negação automática da outra, pois uma coisa não pode ser real e não real ao mesmo tempo.

Warren nos auxilia da seguinte maneira: “o papel lógico associado à categoria de realidade é o de atribuir um predicado, o qual não contém nenhuma negação em si” (2011, p.7 - tradução nossa).

Então, na atividade natural da categoria da realidade, o *eu* se utiliza do uso lógico da mesma para organizar o pensamento de objetos realmente existentes, auxiliando na relação de conceitos no próprio ato de pensar, e, sem a categoria da realidade, o sujeito não teria como determinar a diferença entre o real e o abstrato, permanecendo assim em uma eterna

⁹² WARREN, 2011, p. 1-2.

⁹³ Postura de análise muito interessante de Altmann que levamos em conta, porém a autora leva esta análise para a discussão de provar à existência de Deus na filosofia de Kant, o que nos permitiu certo afastamento neste ponto (2004, p. 47).

especulação sobre a possibilidade de existência de todos os objetos⁹⁴, tornando impossível qualquer tipo de conhecimento objetivo.

É justamente isso que Kant pretende provar na *Dedução metafísica*, assim como na primeira parte da *Dedução transcendental*, que não é permitido ao sujeito fazer relações sem as categorias, porque são elas quem determinam a forma com que os objetos devem ser pensados por meio dos conceitos, pois para se falar coerentemente de qualquer objeto, e pretender que isso seja inteligível para outro sujeito pensante são necessárias regras gerais, que só são possíveis por meio das categorias.

O que Kant quer dizer, é que por meio de um juízo determinante o sujeito coloca não apenas um conceito em relação ao outro, mas, por meio desses juízos, o sujeito se refere também a determinações do múltiplo das intuições, isto é, o mesmo não apenas vincula conceitos a conceitos, mas vincula uma “coisa” que denominamos objeto externo a conceitos.

Isto na filosofia kantiana garante a efetivação do conhecimento nas condições internas do sujeito, e está claro também que este conhecimento diz respeito a objetos que são reais, exteriores a ele. Assim, a única contradição aparente que poderia existir é quando se pensa em objetos descartando a categoria da realidade (análise de efetividade), colocando-os na apreciação da categoria de existência (análise de possibilidade), conferindo assim uma oposição puramente lógica⁹⁵.

Neste sentido, tomar a categoria de realidade pela categoria de existência, e, ainda, adotar a existência como um predicado qualquer, ela (a existência) pode ser ligada a qualquer “coisa”, tenha ela correspondência sensível ou não, isto é, se o objeto ainda não foi determinado pela categoria da realidade o sujeito não tem como auferir se a sua existência é real ou fictícia⁹⁶.

⁹⁴ O que implica dizer que, sem à categoria da realidade, o máximo que o sujeito poderia pensar seria sobre a própria linguagem em seus significados sem a relação com o seu significante, dando razão aos “filósofos analíticos”, isto se a linguagem existisse sem o contato com o mundo empírico.

⁹⁵ Segundo Warren “...só porque a sensibilidade tem um componente a priori, podemos dar às categorias e, portanto, ao conceito de um objeto, um conteúdo a priori [...] e desta forma, podemos ver a inadequação de seu argumento de que não pode haver oposição entre realidades, pois prosseguiu precisamente nessa suposição” (2001, p.10 - tradução nossa). Estes *a priori*, tanto da sensibilidade quanto das categorias apenas tornam possíveis a ligação entre consciência e mundo, que liga de forma correta ou equivocada as regras lógicas aos aparecimentos correspondentes.

⁹⁶ Em Guyer temos que: “Obviamente, há problemas com a lista de categorias. Qual a diferença, por exemplo, entre ‘realidade’ como uma categoria da ‘qualidade’ e ‘existência’ como uma categoria da ‘modalidade’? No uso ordinário, esses termos são certamente coextensivos, se não sinônimos” (2009, p. 170). Percebemos que Guyer tem razão em parte, pois as categorias de existência e realidade, para o pensamento médio, não faz a menor diferença, mas nos parece que ele esquece que Kant não escreve para o senso comum. Em Kant podemos ver isto em A XVIII, e em nosso modo de ver devemos fazer a leitura que Kant propôs e ter essas categorias como coisas distintas, vide nota 74.

O que queremos com isso, é mostrar que a categoria de realidade não pode, em momento algum, confundir-se com a categoria de existência, como sugere Guyer, pois pela categoria de existência [*Dasein*] o sujeito discute a possibilidade de algo existir ou não apenas no sentido formal (onde tanto as premissas afirmativas, quanto as negativas são válidas); já pela categoria de realidade [*Realität*], defendemos que não se discute pela possibilidade da realidade do objeto, mas se atesta essa realidade, pois quando uma premissa afirma que “a flor é real”, ela não está discutindo sobre a possibilidade de realidade desta flor, mas está atestando um fato, ou seja, dizer que algo (uma flor) é real anula imediatamente a premissa contrária que afirma “esta flor não é real” devido à ligação necessária da premissa com a intuição correspondente. Logo, não se trata de uma análise puramente lógica, mas sim de uma relação entre a regra da categoria com a intuição de um objeto, que no nosso exemplo é uma flor.

De outro modo, se o sujeito pensante consegue determinar o objeto, colocando-o sobre as formas puras da sensibilidade e posteriormente sobre a categoria da realidade, não resta a ele outra alternativa senão decidir se sua existência é real ou não.

Entendendo como se procede a relação das categorias com a intuição empírica, o sujeito tem menores chances de errar na determinação do objeto, mas se este sujeito não entende e extrapola o uso das categorias do entendimento, o mesmo pode criar um “novo conceito de realidade”, que servirá apenas para este sujeito em particular.

Isto pode ocorrer pela não compreensão da relação entre entendimento e objeto ou pela má utilização das ferramentas do próprio entendimento, que mal utilizadas pode cair em uma tautologia referente aos conceitos de existência e realidade⁹⁷.

O que vai garantir, de fato, a realidade de objetos externos não é a possibilidade de poder pensar sobre ele ou em sua existência, mas o fato de poder comprovar na empiria a sua relação com o conceito ao qual o sujeito o determina como real. “O objeto, porém, é aquilo

⁹⁷ Pensar em um exemplo que possa figurar esta passagem não é tarefa das mais fáceis, mas nos arriscaremos da seguinte forma: digamos que para provar a existência de Deus um sujeito se utilize da categoria da modalidade e afirme “Deus existe”, o mesmo usará os mais diversos argumentos que jamais poderão sair da forma lógica que lhe é necessária, e, por conseguinte, deverá aceitar que o oposto (“Deus não existe”) é tão válido quanto a sua afirmação, e isso se deve porque nenhuma das afirmativas é passível de prova, pois não levam em consideração um objeto da intuição sensível, mas tão somente de uma especulação lógica, e, desta forma, ambos estarão sustentando seus argumentos para além do uso “principal” do entendimento que é organizar o mundo sensível, ou seja, ambos estarão usando o entendimento para além de seus limites. Isso se dá porque o primeiro acredita que o conceito do qual está tratando (Deus) contém por necessidade a existência como algo real, confundindo assim a categoria da modalidade de existência pela categoria da qualidade de realidade. Por outro lado, se um sujeito afirma que “Deus é real” e toma esse real como mera possibilidade de existência, ele acredita não precisar provar a realidade daquilo que está tratando, pois crê que a mera possibilidade de existência garante realidade ao seu objeto de análise.

em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada”⁹⁸. Todavia, só pode haver representação de objetos se existirem os mesmos, e eles só podem nos afetar se tiverem sua existência real no binômio espaço/tempo.

Por este motivo, Kant faz a distinção entre a existência do objeto no pensamento, do objeto independente deste, sendo que isto fica claro quando Kant define o entendimento humano como uma faculdade de pensar objetos e não de criar objetos. Mas, isso só é possível para um *eu* singular, que é capaz de, além de relacionar conceitos, captar a multiplicidade sob a unidade.

Todavia, o aspecto material que se liga a este “ente” singular é dado pela sensação e só pode ser determinado como real por meio de suas qualidades como impenetrabilidade, extensão etc., pois a representação desta substância em si mesmo é impossível, isto é, “o caráter do real só pode ser dado a nós através das qualidades reveladas na sensação. Entretanto, não deve ser assumido que todas as qualidades dadas na sensação podem nos fornecer o conhecimento do objeto [em si]” (WARREN, 2011, p. 12 - tradução nossa).

Contudo, devemos compreender a determinação pela categoria da realidade, dentro da filosofia transcendental, somente na medida em que tomamos os objetos como aparecimentos, que devem ser representados no tempo interno. Isso significa nada mais do que aquilo que Kant entende como a regra geral para toda intuição e representação daquilo que ele denominou objeto do conhecimento.

2.2.4. A questão da experiência na edição B

Neste momento, vamos tratar do conceito de experiência a partir dos conceitos de aparecimento [*Erscheinung*] e de fenômeno [*Phaenomenon*]⁹⁹, com o intuito de estabelecer uma relação entre estes termos, na tentativa de compreender o que Kant entende por cada um deles e mostrar como esses conceitos são essenciais para o esclarecimento da *Refutação do idealismo*.

⁹⁸ CRP, B 137.

⁹⁹ Vale ressaltar que, quem nos despertou para o problema de “interpretação/tradução” dos termos fenômeno (*Phaenomenon*) e aparecimento (*Erscheinung*) foi o professor Olavo Pimenta (2006), além da breve nota 05 de página 31 da tradução de Fernando de Mattos da CRP (2015), tradução esta que afirma que Kant confere uma sinonímia entre esses dois termos em A 249. Outra tradução que nos deixou em alerta para o uso destes termos foi a tradução de Paul Guyer de 2009, onde o mesmo trata “*Erscheinung*” como ‘*appearances*’ referindo-se a aparecimentos e “*Phänomen*” como ‘*Phenomenon*’, equivalente a fenômeno.

É de fundamental importância a distinção entre estes conceitos, pois é, também, por meio deles que Kant busca provar a real existência dos objetos no sentido externo, sendo essas “coisas” que possibilitam as experiências, tanto interna quanto externa.

Kant se utiliza destes conceitos desde o início de sua empreitada, já na primeira edição da *CRP*, então se faz necessário esclarecer e estabelecer a diferença entre os mesmos porque, se compreendermos bem esta distinção não precisaremos de expressões e explicações adicionais para juntar o quebra-cabeça dos juízos.¹⁰⁰

A necessidade de distinção entre esses dois conceitos nos foi sugerida por Pimenta quando coloca que,

A meu ver, a indistinção entre aparecimento e fenômeno ofusca esta importante diferença conceitual intimamente ligada à prova de possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*, tornando fundamental ter sempre em mente as condições que permitem discerni-los (2006, p. 125).

Para nós essa distinção tem grande importância porque estes conceitos estão no cerne para a compreensão do conceito de experiência e acreditamos que é justamente por meio deste conceito que Kant busca solucionar o embate entre as correntes empirista e racionalista, pois ele concede ao conceito de experiência uma grande responsabilidade que leva ao caminho do conhecimento. Todavia, é a contragosto tanto de empiristas quanto de racionalistas que Kant afirma que, apesar do conhecimento ter por fundamento a experiência, este nunca se dá exclusivamente por meio desta, pois são necessárias formas *a priori* que vão determinar a sensibilidade¹⁰¹.

Essa distinção permite que nenhuma experiência seja igual a outra, pois ter experiência de algo depende de vários fatores, internos e externos, o que impossibilita sua objetividade, podemos perceber isso nas palavras de Allison quando diz:

Por "na experiência", Kant aqui, obviamente, significa na percepção ou apreensão. Assim, o seu ponto de vista é que a maneira pela qual o múltiplo da intuição empírica está "justaposta" na percepção é "contingente", no sentido de que ela se baseia em fatores relativos à situação de um perceptor que, portanto, não pode por si só licenciar uma reivindicação objetiva (2004, p. 235 - tradução nossa).

¹⁰⁰ Compreender um simples aparecimento de algo com um objeto fenomênico significa anular o primeiro contato que o sujeito tem do objeto antes de determiná-lo, contato este que em nossa visão vem antes de qualquer tipo de determinação, pois apenas intui algo existente no espaço. Todavia, como o pensamento é um ato reflexivo espontâneo, as categorias buscarão de imediato identificar este aparecimento a algo que pelo entendimento é determinado, o que para nós é o que traz toda a confusão de interpretação, pois mesmo que este ato de determinar algo no pensamento seja mediato ele só ocorre após um aparecimento.

¹⁰¹ *CRP*, A 1/B 1.

Assim, na filosofia de Kant, o objeto do conhecimento ganha novo *status*, se tornando incognoscível na sua constituição em si, restando apenas os seus aparecimentos para serem percebidos na intuição, mas, mesmo assim, estes ainda não podem requerer para si nenhuma objetividade sem uma determinação conceitual das categorias.

A nosso ver, não existem problemas maiores no termo “aparecimento” quando este está associado apenas ao significado de uma manifestação sensível real, que não é ilusória e nem fantasmagórica, pois podemos perceber em diversos comentadores a mesma postura quando empregam o termo “aparecimento” em situações diferentes de “fenômeno”, o que não ocorre com as traduções em português¹⁰².

Nossa sugestão, é mostrar que o sujeito que se depara com um aparecimento tem uma intuição sem determinação, a qual vai precisar das regras gerais das categorias para determinar esta “coisa” que lhe aparece como real. É desta maneira que acreditamos que devemos usar o termo aparecimento para traduzir *Erscheinung* e fenômeno para traduzir *Phaenomenon*, pois mesmo que ambos tratem de objetos reais na relação espaço/tempo, um vai indicar os objetos não determinados da intuição sensível, enquanto o outro indica uma representação já determinado pelas categorias. Isso nos possibilita resguardar a intuição independente da determinação teórica, ao mesmo tempo em que garante o fenômeno enquanto uma representação determinado sob um conceito¹⁰³.

Então, somente quando estes aparecimentos são determinados pelo entendimento no conceito é que temos os fenômenos, é essa relação que nos garante uma experiência do objeto agora determinado. Portanto, ter a simples afecção sensível de “objetos” não nos permite experiência alguma, só podemos ter experiência quando estes “objetos” por meio das categorias são determinados.

Com isso, Kant nos afirma que, apesar da experiência depender da intuição de objetos externos, ela é uma atividade que se efetiva no intelecto, e, neste sentido, Allison nos ensina que:

...refere-se mais à ordenação conceitual do entendimento através do qual ela determina o pensamento de um objeto (neste caso, sucessão objetiva). Antes da

¹⁰² Podemos notar isso em Evans, (1984); Guyer (na tradução da *CRP* de 2000); Allison (2004); Caranti (2011); Mattos (2012), entre outros.

¹⁰³ Deixamos esta postura como sugestão interpretativa com base no seguinte pensamento: o aparecimento diz respeito a algo indeterminado que é dado no espaço fora da consciência (ver *CRP* A 20 / B 34), podendo vir a ser chamado de fenômeno a partir da sua determinação, portanto tomamos estes conceitos como referência a objetos reais, que dizem respeito a algo que pode ser intuído pelos sentidos. Assim, por esta pequena distinção temos que ambos tratam de objetos reais e isso nos possibilita diferenciá-los dos objetos ideais, que não podem “aparecer”, e, por isso, não podem ser chamados de fenômenos, o que mantém a distinção dos objetos que podem ser intuídos (e portanto conhecidos) daqueles que só podem ser pensados.

determinação conceitual não há pensamento de um objeto em geral, *a fortiori*, nenhuma experiência (2004, p. 251 - tradução nossa).

Assim, Kant ao fazer a distinção entre fenômeno (objeto do conhecimento) e nômemo (coisa em si), demonstra que ao homem só é possível o conhecimento dos objetos na medida em estes são intuídos pela sensibilidade e processados pela faculdade do entendimento, o que mostra a impossibilidade de conhecer as coisas em si mesmas, já que estas últimas são incapazes de serem intuídas. Deste modo, temos que os fenômenos são representações de algo que está presente no espaço e no tempo de forma determinada.

Kant nos ensina que:

Neste ponto, porém, reside também o experimento de uma contraprova da verdade que resulta dessa primeira apreciação de nosso conhecimento racional *a priori*, a saber, que ele só se aplica a fenômenos [*Erscheinungen*] e deixa de fora a coisa em si, como uma coisa efetivamente real [*wirklich*] por si mesma, mas por nós desconhecida. (*CRP*, B XIX/XX)¹⁰⁴

Isto quer dizer que para Kant o espírito não é somente algo pacífico no conhecimento, o espaço e o tempo (intuições puras *a priori*) não são mais condições do próprio objeto, estes passam a ser as condições da própria experiência (relação homem/objeto), e, aquilo que estiver fora dessa regra não é passível de experiência ou mesmo do conhecimento. Então, temos que a unidade do objeto do conhecimento está no próprio sujeito, pois é nele que esta unidade é dada pela experiência.

Não há dúvida, que na filosofia de Kant vemos o mesmo defender a existência de objetos externos, todavia para que estes objetos façam sentido para o sujeito, eles dependerão das intuições puras e das funções do entendimento para poderem se constituir em um objeto possível de representação, e, portanto de experiência. Podemos perceber isso no § 13 dos Prolegômenos¹⁰⁵ e também na *CRP*, da seguinte forma:

Os objetos da experiência, portanto, *não são dados jamais em si mesmos*, mas apenas na experiência e não existem fora dela. Que possa haver habitantes na lua, mesmo que nunca os tenhamos percebido, tem certamente de ser admitido, mas significa apenas que poderíamos encontrá-los no progresso possível da experiência;

¹⁰⁴ Na tradução de Fernando Mattos em B XIX o mesmo afirma que Kant acusa a sinonímia do termo *Erscheinungen* e *Phaenomenon*, e diz que Kant confirma isso em A 249 o que, em nossa visão, não é isso que Kant faz na tradução, nem no original, vejamos a tradução: “Na medida em que podem ser pensados como objetos segundo a unidade das categorias, os fenômenos se denominam *Phaenomena*.” (Grifo nosso para destacar que aquilo que aparece só pode ser denominado como fenômenos na medida em que pode ser pensado segundo as regras do entendimento). Em alemão temos: „*Erscheinungen, so fern sie als Gegenstände nach der Einheit der Kategorien gedacht werden, heißen Phaenomena.*“. Neste sentido, tomamos a coisa em si somente como um conceito que pode ser pensado, mas de forma alguma intuído, assemelhando-se aos objetos ideais.

¹⁰⁵ *Prol.* IV:285s.

pois é verdadeiro tudo que, segundo leis do progresso empírico, faz parte de um contexto com uma percepção. Os objetos são verdadeiros, portanto, quando estão em uma interconexão empírica com a minha consciência real, mesmo que não sejam reais em si mesmos, i. e., fora desse progresso da experiência (CRP, B 521).

Contudo, resta claro que para Kant a possibilidade de especulação sobre a existência dos objetos é infinita, porém a sua constatação real só é admissível se houver a ligação entre o dado e o intelecto, gerando assim uma experiência, o que descarta qualquer contato imediato com a coisa em si mesma.

2.3. Posição de Georges Dicker sobre a edição B

Dicker inicia sua exposição sobre a refutação kantiana do idealismo, nos lembrando que Kant é despertado sobre os problemas do conhecimento a partir da filosofia de David Hume, que defendia que a única forma de se chegar aos objetos externos, e, conseqüentemente, ao conhecimento, era por meio da inferência causal de nossas impressões subjetivas dos objetos, que ele chamava de experiência, o que culminava na rejeição do conhecimento objetivo por parte de Hume, que manteve um profundo ceticismo frente ao conhecimento humano¹⁰⁶.

Todavia, ele entende que Kant, na edição B da CRP, nos oferece uma versão independente desta tese¹⁰⁷ na seção intitulada *Refutação do Idealismo*, onde, apesar de despertado por Hume, Kant se volta contra a filosofia de Descartes, que defende que nossa principal fonte de conhecimento de objetos externos seja seu próprio estado de consciência subjetiva.

O comentador nos alerta que, Kant concorda com a declaração de Descartes no que diz que apenas a afirmação do “*eu penso*”, ou seja, que nosso próprio estado de consciência é imune à toda dúvida. Mas, o problema para Kant consiste na permanência desta afirmação sem uma resposta satisfatória que comprove a existência de objetos fora dessa consciência que pensa, sendo que este problema Kant chamará de idealismo problemático ou idealismo cético.

A tentativa de esclarecimento da *Refutação do idealismo* inicia-se no prefácio da segunda edição¹⁰⁸, declarando que sua refutação consiste em uma prova de que mesmo a nossa experiência interior só pode ser possível devido uma experiência externa, o que, se

¹⁰⁶ DICKER, 2004, p. 194.

¹⁰⁷ Tese que em nosso ponto de vista é a mesma de Descartes.

¹⁰⁸ CRP, B XXXVIII n.

demonstrado, descarta a dúvida cartesiana sobre estes objetos. Em outras palavras, Kant diz que Descartes não poderia estar totalmente certo daquilo que o mesmo acreditava estar totalmente seguro.

Segundo Dicker, a pretensão de Kant é provar que a existência empiricamente determinada da própria consciência prova a existência de objetos no espaço fora dela mesma. Mas, para ele, a afirmação de que sou consciente de minha própria existência determinada no tempo necessita de mais esclarecimentos, pois nenhum fixo ou permanente pode se apresentar no fluxo das aparências internas.

Dicker sugere que façamos a proposta de prova de Kant da seguinte maneira:

(1) Eu sou consciente da minha própria existência no tempo; ou seja, eu sou consciente de que tenho experiências que ocorrem em uma ordem temporal específica (E).

(2) Eu posso estar ciente de ter experiências que ocorrem em uma ordem temporal específica, somente se eu perceber algo permanente por referência a que eu possa determinar a sua ordem temporal. (E _ P).

(3) Nenhum estado consciente de mim pode servir como este quadro permanente de referência(_C).

(4) O próprio tempo não pode servir como este quadro permanente de referência (_T).

(5) Se (2), (3) e (4) são verdadeiras, então eu posso estar ciente de ter experiências que ocorrem em uma ordem temporal específica somente se eu perceber objetos persistentes no espaço fora de mim por referência à qual eu posso determinar a ordem temporal de minhas experiências.

$\{[(E_P)_C_T]_O\}$

∴ (6) Percebo objetos persistentes no espaço fora de mim, por referência aos quais posso determinar a ordem temporal de minhas experiências (E _ O) (2004, p. 196 - tradução nossa).

Kant não afirma a premissa de número (4), mas segundo Dicker é uma premissa que ele aceita, já que o tempo em si não pode ser percebido. E, para ele, a real dificuldade deste argumento está na premissa (2), onde Kant expressa que toda determinação do tempo pressupõe algo permanente na percepção, pois a ordem temporal expressa nessa premissa não corresponde à ordem em que o sujeito tem experiência, trata-se da ordem temporal subjetiva das Analogias. Então o mesmo se questiona: por que o sujeito precisa de algo permanente pra compreender esta ordem? Na tentativa de se situar na questão, Dicker faz uma citação de Paulo Guyer e Allison que termina com outro questionamento:

Ainda não está claro por que nada mais do que mero *acquaintance* com representações que de fato se sucedem em experiências de outra forma não interpretadas, ou qualquer outra coisa que não seja a simples ocorrência de tais representações, deve ser necessário para se julgar que houve tal sucessão. Nossa pergunta-chave ainda permanece: por que a sucessão da consciência é insuficiente

para seu próprio reconhecimento, e por que o espacial deveria deixar os objetos independentes sozinhos para esse propósito? (DICKER, 2004, p. 196-97 - tradução nossa)¹⁰⁹.

Para Dicker, apesar dos questionamentos que Guyer levanta sobre a *Refutação do idealismo*, as conclusões que este último chega são positivas. Entretanto, em nossa leitura de Guyer, são tantos os questionamentos e tão numerosas as vezes que Guyer se manifesta de forma negativa que acreditamos que o mesmo tem uma posição antagônica em relação a *Refutação do idealismo* como mostrado no item 1.3¹¹⁰.

Para entender melhor os argumentos utilizados por Guyer, Dicker nos propõe crer que possuímos um *ser* que pode ser chamado de “história experiencial”, que consiste em uma série sucessiva de experiências subjetivas que se estendem no tempo ao longo de nossas vidas. Todavia, após crermos nisso, devemos refletir sobre o que nos permite falar sobre as nossas experiências passadas em sua ordem do tempo dando conhecimento a este passado como nossos próprios.

Ele continua dizendo que a única coisa que temos disponível para tal reflexão é a memória aqui e agora de nossas experiências passadas, é ela quem nos permite por meio de estados sucessivos de uma realidade duradoura, independente da experiência, ter nossas representações como solidariamente simultâneas a um estado de algum objeto duradouro¹¹¹.

Na sequência, o comentador tenta nos advertir que a memória não está tomando o lugar da experiência como conceito central no argumento kantiano. Todavia, Dicker acredita que tudo que está sendo dito, está de acordo com a refutação do idealismo de Kant, mas chama o seu argumento de *The Refutation of Idealism: An Improved Version* (2004, p. 195)¹¹².

A ideia central dos argumentos de Dicker é utilizar uma classe de memórias que representam uma ordem de experiências subjetivas, as quais repousam sobre uma outra classe de memória, e estas por sua vez mostram uma ordem dos estados sucessivos de uma realidade duradoura.

Este argumento emaranhado, que tenta determinar vários tipos de memória, é utilizado para tentar demonstrar que o conhecimento pela memória da ordem temporal de

¹⁰⁹ *The Allison-Guyer interpretation is disputed in Daniel Warren, Kant and the Apriority of Space, The Philosophical Review* 107, 2 (April 1988): 179-224. See especially pp. 184-187.

¹¹⁰ Esta é uma posição que leva em conta os inúmeros ataques feitos por Guyer na obra remetida neste trabalho, mas temos consciência de que para concluir nossa postura, precisamos nos debruçar na enorme fonte da qual Guyer nos disponibiliza.

¹¹¹ Compreendemos que esta saída foge um pouco daquilo que Kant diz, pois apela para a saída da memória, deixando em segundo plano o ponto chave da experiência, e nos leva a uma “nova filosofia”.

¹¹² O que para nós parece equivocado.

nossas experiências subjetivas, dependem do conhecimento pela memória da ordem temporal dos estados de uma realidade, que culminaria na prova da realidade dos objetos externos ao *eu*.

Na sua leitura, Dicker afirma que podemos chegar à conclusão de que,

... não apenas que devo conceber algumas de minhas experiências como sendo causadas por sucessivos estados objetivos de coisas que eu percebo, mas também que algumas de minhas experiências são realmente causadas por sucessivos estados objetivos das coisas que eu percebo. De um ponto de vista, este é um resultado bem-vindo, pois mostra que qualquer um que concede que ela conhece a ordem de suas próprias experiências passadas está logicamente comprometido com a existência de objetos físicos. Uma vez que muitos céticos do mundo externo presumivelmente concederiam que eles pudessem saber pelo menos o tempo-ordem de suas próprias experiências passadas, isso fornece uma poderosa resposta a eles (2004, p. 209 - tradução nossa)¹¹³.

Todavia, o comentador segue sua linha de raciocínio formulando inúmeras estruturas lógicas¹¹⁴, com as quais ele acredita poder provar que a reorganização dos argumentos de Kant, municiada com o conceito de memória é a melhor alternativa para o esclarecimento da *Refutação do idealismo*.

Desta maneira, Dicker acredita que, tendo consciência de sua própria experiência subjetiva no tempo, o sujeito é capaz de conceber que estas experiências são causadas por sucessivos estados objetivos de coisas que ele percebe. Entretanto, é desta forma que ele afirma que Kant parece ter obtido sucesso na *Refutação do idealismo*, mostrando que mesmo se alguém for cético quanto ao conhecimento da ordem de suas próprias experiências passadas, este sujeito ao menos tem que admitir que existe algo que deu origem a estas experiências passadas, e este algo seria então as experiências de um mundo objetivo.

Vemos na exposição de Diker, que apesar do o mesmo ter a pretensão de auxiliar na compreensão da *Refutação do idealismo*, ele defende uma tese que a nosso ver não corresponde com a tese levantada por Kant, pois quando ele coloca que as experiências subjetivas no tempo são causadas por sucessivos estados objetivos, ele toma a objetividade como uma simples percepção do sujeito.

Todavia, temos que, para Kant, a objetividade do juízo só ganha este *status* quando colocada sobre capacidades *a priori* do entendimento que organizam este múltiplo sob condições que garantem universalidade e necessidade; não é a intuição em si que é objetiva,

¹¹³ Uma postura possível, mas, em nosso modo de ver o problema, trata-se de uma saída não utilizada por Kant, ao menos não nos moldes apresentados.

¹¹⁴ Não nos detivemos em expor cada uma das estruturas expostas pelo autor para não nos alongarmos muito nas suas justificativas pois demandaria muito tempo, o que nos restou foi apenas resumi-las para exposição de seus argumentos.

não é a livre percepção do mundo em seus estados múltiplo que dão à percepção do sujeito objetividade, ou seja, sem a completude deste ciclo entre sensível e inteligível eu não posso falar de objetividade.

Concluindo este tópico, vemos que apesar do esforço empreendido por Dicker em tentar “salvar”, por assim dizer, a *Refutação do idealismo*, na verdade, nós vemos uma alteração substancial da filosofia de Kant que a descaracteriza, tornando-a mais frágil, que ao invés de ajudar acaba por complicar ainda mais o pensamento de Kant.

CAPÍTULO III: ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE AS REFUTAÇÕES A E B.

3.1. Algumas relações entre as edições A e B da refutação kantiana do idealismo

Neste momento enfocaremos algumas possíveis relações entre as refutações A e B da *CRP*, juntamente com a nota do prefácio da edição B, que juntas formam o arcabouço específico da refutação que Kant fez ao idealismo.

Manteremos a forma expositiva argumentativa que nos permitirá tomar uma postura sobre a temática, decidindo se a *Refutação do idealismo* é suficiente para a superação do idealismo cético, na sua edição A, na edição B, em ambas as edições, ou mesmo, se nenhuma delas é suficiente.

No entanto, não esmiuçaremos seu posicionamento e sua localização histórica para tomar tal posicionamento, partiremos apenas da investigação por meio da análise dos conceitos expostos no decorrer deste trabalho.

Então, para iniciar, devemos mostrar uma mudança que é muito significativa, pois temos que, na edição A, “o caráter representacional da experiência externa a torna solidária da interna; na segunda, a experiência externa é apresentada como o *permanente* relativamente ao qual se faz possível a consciência do fluxo de nossos estados internos temporalmente determinados”¹¹⁵.

Todavia, em ambas as edições da *CRP*, Kant fecha seu entendimento pela superação do idealismo após expor os tipos de idealismo e distinguir o *idealismo crítico transcendental* não só como uma alternativa, mas como a melhor e única solução possível ao problema do mundo externo¹¹⁶.

O *Quarto paralogismo* vem com o intuito de fornecer uma saída definitiva contra o idealismo empírico, provando que a realidade do mundo externo não é mera ilusão, pois para Kant a existência dos objetos exteriores é tão evidente quanto às intuições internas do sujeito.

Esta postura vai de encontro ao que pensavam os idealistas céticos, já que estes entendiam que a partir da evidência do sujeito pensante (ou da *res cogitans*) não se poderia ter certeza alguma sobre a realidade externa ao *eu*, ou seja, jamais este ente pensante poderia confirmar a realidade dos objetos externos, assim estes objetos permaneceriam sobre uma dúvida eterna.

¹¹⁵ REGO, 2013, p.77.

¹¹⁶ *CRP*, B XL.

Ainda na edição A, o problema da certeza da existência do *eu* que dúvida dos objetos externos não se configura para Kant um problema insuperável, pois apesar de não podermos ter uma ligação direta da consciência com os objetos externos, nós possuímos condições internas de captação destes objetos via sensibilidade, que pode vir a se constituir um juízo verdadeiro sobre os fenômenos.

O que o filósofo quer afirmar com isso é que pelo caráter assertivo e indubitável de sua própria existência, o sujeito pode ligar este estado interno à realidade de estados externos existentes no espaço, mas não por via da simples inferência, pois ela não o daria a comprovação de uma exterioridade legitimamente existente, ou seja, real¹¹⁷.

Isso significa dizer que, para Kant, todo e qualquer pensamento sobre objetos só pode ter início a partir de uma intuição real, ou seja, que esteja inserida na relação espaço temporal, assim essa intuição ganha um estado interno como representação de algo que é real no espaço fora do sujeito, o que garante além do pensamento do objeto intuído a “construção de objetos imaginários”¹¹⁸.

Já na nota do prefácio da edição B, Kant faz um reajuste nos seus argumentos, e vai afirmar que, na medida em que temos a consciência de nossos estados internos, conseguimos identificar estes estados como ocupando uma posição temporal determinada, o que faz da consciência empírica da nossa representação uma *consciência empírica da nossa existência determinada*¹¹⁹.

Assim, percebemos que Kant complementa a prova da existência via intuição espacial externa, que é dada na relação dos estados internos e externos, pela determinação dos estados internos no tempo, que só podem ocorrer após uma intuição externa¹²⁰.

Outra novidade trazida por Kant, na segunda edição, diz respeito ao permanente externo, onde as posições temporais de nossos estados, portanto, nossa existência, só pode ser *determinada* a algo de permanente fora de nós, pois, não há nada em nós que possa indicar a

¹¹⁷ Vide tópico 1.2.1. A inferência e sua origem: objeto externo x objeto transcendental.

¹¹⁸ Vale ressaltar que alguns objetos podem ser pensados sem a intuição dos mesmos no espaço, sem que isso signifique uma contradição ao que foi afirmado, pois estes objetos imaginários são constructos mentais da união de partes de alguns objetos que já tenham sido intuídos. Podemos colocar como exemplos: a sereia, onde o sujeito pensa um objeto que é a relação de um peixe com uma mulher; o unicórnio, onde o sujeito une as ideias de cavalo com chifre, e assim por diante. O fato é que o homem possui a capacidade de relacionar todas as suas intuições umas com as outras na imaginação que, de modo geral, se caracteriza pelo ato de relacionar representações na mente, mas para isso é imprescindível que o sujeito tenha intuições de objetos reais no espaço.

¹¹⁹ CRP, B XLn.

¹²⁰ Em nosso entendimento, não podemos compreender que exista uma primazia do tempo sobre o espaço, ou vice versa, quando tratamos da questão da existência e realidade, uma vez que tempo e espaço são indissociáveis para a intuição de objetos, nós não podemos ter uma intuição somente temporal de um objeto e tão pouco somente espacial, pois o tempo é a condição interna de toda intuição, assim como o espaço a externa, sem estes nenhum objeto é para o sujeito.

sucessão temporal de nossos estados internos, já que no interior do *eu* só o que há é uma unidade da forma que é incapaz de determinar sozinha sua própria existência no tempo, porque, para isso, a forma interna necessita das mudanças externas para atestar que existe uma unidade fixa que percebe as alterações fora dela no tempo.

Todavia, toda suposta “representação permanente [em mim] (...) pode ser muito variável e mutável (...), mesmo as representações da matéria”¹²¹, entretanto, toda consciência que temos de nossas representações do sentido interno só são possíveis devido a um permanente externo extra representacional, isto é, por meio de uma existência real¹²².

No intuito de provar sua tese na edição A, Kant dá muito enfoque às categorias modais, mas estas, como tais, não se referem à ampliação de conceitos, ou seja, visam compreender dentro das condições lógicas do próprio conceito a sua possibilidade, que se pensada no sentido absoluto ultrapassa a capacidade do entendimento adentrando no território da razão pura. Isto traz para o leitor um enorme problema, pois é difícil identificar quando Kant está atacando a filosofia de Descartes, por querer provar a real existência de objetos externos apenas pela especulação subjetiva da existência, ou se o mesmo está se utilizando das categorias para falar da possibilidade da existência aos moldes cartesianos.

Por outro lado, o que podemos perceber de semelhante nas duas edições é que em ambas o *eu* não tem a capacidade de criar objetos exteriores, ele é apenas uma estrutura formal, composta por faculdades que ditam regras para se pensar os objetos, o *eu* é pura forma lógica. Além disso, ele nos mostra duas vezes que, apesar do objeto do pensamento ser sempre uma representação, a mesma depende direta ou indiretamente de intuições que possam ativar esta estrutura lógico-formal.

Deste modo, ele nos mostra que existe todo um trabalho para transportar os objetos externos, que estão sobre as bases de percepção do espaço e do tempo, para a interioridade pela imaginação¹²³. Assim, temos que este ponto consiste em um ponto frágil na *Refutação do idealismo* porque a passagem do real para o intelecto, nestes moldes, não impede que estes objetos sejam tomados como alucinações, pois mesmo que os “objetos” sejam inseridos no intelecto por meio da intuição dos objetos reais, o uso equivocado do intelecto pode fazer uma representação errada do mundo externo que se apresenta e assim ter como real uma criação da imaginação do sujeito.

¹²¹ CRP, B XLn.

¹²² REGO, 2013, p. 77-8.

¹²³ CRP, A 373-4.

Entretanto, em nosso ponto de vista, é pelo que foi colocado que temos a distinção dos juízos, pois aquilo que seria uma falha irremissível é para nós o esclarecimento da distinção dos juízos, na medida em que, se o sujeito emite um juízo que corresponde à realidade dos objetos externos esse juízo será um juízo assertórico, mas se este sujeito emite apenas um juízo que reflete a sua forma de “ver o mundo” (que pode ser de forma distorcida, portanto livre) temos um juízo reflexionante¹²⁴.

Voltemos então à introdução A da *CRP*, quando Kant afirma que os questionamentos da razão sobre os horizontes do conhecimento são inevitáveis, e, por este motivo, não podem ficar sem uma resposta. É quando Kant deixa claro que uma confirmação legítima de até onde se pode ir com o conhecimento só pode ser confirmada na experiência¹²⁵.

Apenas com isso, percebemos que, desde a edição A, o filósofo nos mostra que a busca por conhecimento pelo viés metafísico nos leva a um modo despótico de impor verdades, pois a metafísica pelo seu método analítico não é capaz de provar nada, mas se impõe de forma totalitária, tornando-se uma imposição e não uma prova¹²⁶.

Por meio da metafísica só podemos esperar a exposição de conflitos dos metafísicos entre si, e destes com os empiristas. Mas, Kant percebe que esta é uma disputa que não vai muito longe, pois uns pretendem conhecer das coisas por meio de princípios puramente racionais e outros a partir dos próprios objetos, deixando de lado todas as relações das quais dependem ambos os polos.

Nas palavras de Kant, entendemos que o mesmo está interessado em solucionar este problema identificando os limites da razão, quando diz:

Eu entendo aqui, contudo, não uma crítica dos livros e sistemas, mas sim da faculdade da razão em geral, com vistas a todos os conhecimentos que ela pode tentar atingir independente de toda a experiência e, portanto, a decisão sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação, sempre a partir de princípios, tanto das fontes como do começo e dos limites da mesma (*CRP*, A XII).

¹²⁴ Para nós o problema consiste apenas na confusão que se faz dos juízos, pois tomar como universal aquilo que é meramente subjetivo torna qualquer tipo de prova do conhecimento inútil, uma vez que o sujeito toma como real apenas a forma particular com que vê o mundo e pretende que esta “verdade” tome características universais. Tentaremos por meio de um exemplo simplório mostrar nosso ponto de vista: então digamos que um sujeito ao se deparar com a intuição de uma árvore a represente, por qualquer motivo, como uma divindade que se cristalizou na forma de um objeto, mas que ainda possui suas qualidades divinas; este sujeito pela sua representação deturpada do objeto vai acreditar que se trata realmente de uma divindade e acredita poder exigir que todos venerem este objeto como uma divindade. Por este exemplo, queremos mostrar que o objeto da intuição é o mesmo para todos os sujeitos, mas a forma de representar o mesmo muda dependendo do juízo que o sujeito faz do mesmo, assim o problema consiste em tomar o vegetal como uma divindade e usar a sua liberdade de representação do objeto como verdade, mesmo que esta representação não corresponda com a realidade.

¹²⁵ *CRP*, A VII.

¹²⁶ Isto quer dizer que a metafísicas não tem a capacidade de gerar “conhecimento teórico”, já que esta trabalha apenas na busca de universais que jamais terão referências na empiria.

Por este trecho, não resta dúvida que Kant tem como principal preocupação as condições internas do sujeito para com o conhecimento, o que nos leva a crer que seu questionamento central não se confunde com a prova ou não de um mundo existente para o sujeito ou em si. Ele nos mostra, tanto na edição A quanto na B, por meio de argumentos diversos, que o real existe, porém é limitado para o sujeito no seu modo de percepção e representação.

Como temos visto, o conhecimento para Kant depende indissolavelmente da real existência dos objetos externos, e estes últimos na verdade nunca foram o problema central dentro da sua filosofia, restando a ele apenas, na *Estética transcendental*, colocar os moldes com os quais os mesmos podem se apresentar para o sujeito¹²⁷.

Logo, vemos que a intenção de Kant, nas duas edições, é provar os limites e possibilidades do conhecimento, “...cujo objeto não pode ser indiferente à natureza humana”¹²⁸. Assim, a realidade do mundo externo não é o problema central, ou mesmo o primeiro do filósofo na *CRP*, é apenas mais um a ser resolvido dentre tantos outros, mas nem por isso menos importante, restando para a *Refutação do idealismo* a prova necessária a respeito da realidade dos objetos para a completude de sua filosofia.

Mas, como fora muito atacado, na passagem do *Quarto paralogismo* da primeira edição, o mesmo destaca uma parte especial ao tema na edição B, e ainda adiciona uma extensa nota de explicação no seu prefácio¹²⁹.

Além disso, temos também que Kant acusa várias vezes o uso equivocado do pensamento fora da experiência, e vai tratar do conceito de experiência em ambas as edições, onde se diferencia somente a ênfase que é dada em cada edição, diferenciando e/ou somando, a “experiência no sentido externo” a “experiência do sentido interno”.

Independente da edição em que Kant trata da *Refutação do idealismo*, o mesmo é atacado sob a acusação de ser idealista aos moldes de Descartes, pois para muitos de seus leitores, sua teoria do conhecimento está pautada apenas em representações, o que, se for verdade, corrobora esta acusação.

¹²⁷ Em nosso entendimento, Kant ao buscar as soluções para as dúvidas pertinentes à ciência de sua época, se deparou com a questão do idealismo cético, e, para a completude do seu trabalho, teve que se empenhar para resolver tal questão, o que não significa que esta tenha sido a questão central do seu trabalho. Todavia, para que o filósofo pudesse provar que um conhecimento científico (objetivo – universal e necessário) fosse possível, foi necessário passar por diversos estágios, desde a prova da existência de juízos sintéticos *a priori* até a demonstração da existência de objetos ideais que não podem ser fruto de um conhecimento científico e é no meio deste processo de desvelamento do “entendimento humano” que se encontra o problema da *Refutação do idealismo* que, de uma forma ou de outra, trata da realidade dos objetos externos ao sujeito.

¹²⁸ *CRP*, A X.

¹²⁹ *CRP*, B XXXVIII-XLn.

Todavia, as bases desses ataques correspondem ao *objeto* extra mundano (representacional) e a lógica que interliga todos esses objetos na consciência, que para muitos, trata-se de uma questão antinômica que jamais poderá ser solucionada¹³⁰.

Em contrapartida, Kant inicia sua obra com a *Estética transcendental*, onde vai tratar justamente das formas puras que possibilitam a representação de objetos externos, onde esses não são vistos como ilusões, mas sim como algo que se encontra fora do sujeito; assim fica evidente a preocupação que Kant tem da necessidade de falar sobre clareza intuitiva deste sujeito que representa, ou seja, a preocupação dele é com os objetos externos que podem e devem ter uma ligação com este sujeito via representação.

Assim, Kant inicia já a introdução A da *Crítica* com a afirmação: “A experiência é sem dúvida, o primeiro produto que nosso entendimento fornece ao trabalhar a matéria bruta das percepções sensíveis”¹³¹, e vem confirmar a mesma ideia, também, na introdução da edição B:

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; pois de que outro modo poderia nossa faculdade de conhecimento ser despertada para o exercício, não fosse por meio de objetos que estimulam nossos sentidos e, em parte, produzem representações por si mesmos, em parte colocam em movimento a atividade de nosso entendimento, levando-a a compará-las, conectá-las ou separá-las e, assim, transformar a matéria bruta das impressões sensíveis em um conhecimento de objetos chamado experiência? (*CRP*, B 1).

Entretanto, como a experiência é um produto, ela é fruto de algo anterior, mas nem por isso criada exclusivamente por este anterior, pois ela [a experiência] depende das intuições, bem como do entendimento para ocorrer.

Sem estas determinações puramente intelectuais e, também, sem o contato com a sensibilidade do mundo, ela mesma não seria possível. Assim, o contato com os objetos exteriores, sem a rigidez das categorias, daria ao sujeito apenas aparições confusas e obscuras, que não nos permitiriam concluir nenhuma experiência, e, muito menos, um conhecimento objetivo.

Outro argumento comum utilizado por Kant na segunda edição diz respeito à constatação de que a experiência externa não é só possível, como também é imediata; e somente por ela a experiência interna é possível¹³².

¹³⁰ BONACCINI (2002).

¹³¹ *CRP*, A 1.

¹³² *CRP*, B 276-7n.

Vemos então que Kant muda a forma de exposição entre as edições no que diz respeito à inversão da relação entre experiência externa e experiência interna. Isso significa dizer, que, na primeira edição, Kant coloca a experiência externa como solidária à experiência interna, já na segunda edição, o mesmo defende que a experiência externa só é possível devido um permanente externo que possibilita a consciência do fluxo interno.

Então temos que, na edição A, Kant garante por meio da constatação da existência irrefutável da consciência do sujeito e de seu permanente na forma, a existência de objetos externos enquanto objetos reais, isto é, a experiência interna que temos de nossa própria consciência (dada de modo imediato) é a garantia imediata da experiência externa de aparecimentos como causa das representações internas¹³³.

Isso decorre do fato de que a consciência de nossas representações é fruto da afecção de objetos exteriores enquanto fenômenos, e que, de certa forma, são eles mesmos modos de nossas representações. Assim, tanto a existência interna, quanto a existência externa só são possíveis pelo fato de termos nossa própria consciência de forma imediata. Entretanto, nossa existência terá sempre um sentido interno, enquanto o fenômeno externo diz respeito à existência no sentido externo.

Isso nos remete que, para Kant, a realidade externa não possui uma referência em si mesma independente da interna, devendo a primeira estar sempre ligada à segunda, e isto se deve ao fato da constatação da realidade externa dos objetos (para o sujeito) concluir um ciclo que se completa sempre internamente, o que possibilita ao sujeito ter consciência de si mesmo, dando a este a consciência de suas representações¹³⁴.

Deste modo, percebemos um permanente interno que é capaz de organizar e atestar que as nossas representações são “nossas mesmas”, dando a cada um à consciência de seus estados, tanto no sentido interno quanto no sentido externo.

Nas palavras de Forlin, temos que,

É por isso, então, que Kant pode concluir, contra o idealismo empírico, que não preciso de nenhum raciocínio que me leve à conclusão da realidade dos objetos exteriores, assim como não preciso de nenhum raciocínio para concluir a realidade dos objetos de meu sentido interno, isto é, meus pensamentos: a percepção imediata de minha consciência é a prova suficiente da realidade deles (Kant 3, A 301) (2008, p. 103).

¹³³ De outro modo, o que queremos mostrar neste trecho é que, o interno bem como o externo não podem ser atestados independente um do outro, um necessita do outro para criar a consciência do que quer que seja.

¹³⁴ Se existe uma relação de “dentro e fora”, interno e externo, e esta relação é o que garante a existência tanto de um como de outro, então, necessariamente, esta relação tem que ser feita por coisas diferentes, se assim não fosse não teríamos uma relação válida.

Por outro lado, na edição B, temos que Kant pretende mostrar que a experiência externa, não é somente possível, ou, imediatamente acessível por nossa experiência interna. É ela (a experiência externa) tão imediata e acessível quanto a experiência interna, isto quer dizer que a experiência que temos de aparecimentos externos é tão acessível quanto a consciência de meus estados internos.

Como nos ensina Rego:

Kant anuncia nos seguintes termos as teses idealistas a serem refutadas: primeiro, a tese de que “a única experiência imediata é a experiência interna”, e segundo, a de que “a partir dela, inferimos [a existência] das coisas externas”. Em vez disso, trata-se de mostrar que a “experiência externa a rigor é imediata”, enquanto, “somente por seu intermédio é possível (...) a experiência interna” (B276) (2013, p. 77).

Isso nos levou a entender, como já dito, que temos uma inversão do permanente, que agora se apresenta na experiência externa, garantindo assim a consciência do fluxo dos estados internos, como se, somente a partir da experiência externa de objetos realmente existentes, o fluxo interno pudesse ser ativado e atestado como uma experiência da consciência do próprio sujeito. De outra forma, se esses objetos externos não fossem reais, Kant não teria motivo pra falar de interno e externo, essa diferença simplesmente não existiria.

Por esta tese Kant foi acusado de realista dogmático, mas se nos detivermos em uma análise mais profunda da exposição que gerou toda a contenda acerca da dúvida da realidade dos objetos externo (a filosofia de Descartes) vemos que o mesmo inicia duvidando do que está mais próximo, porém é algo que já foi intuído e que possibilita que ele tenha todos os pensamentos que leva ele a sua primeira certeza. Então nos perguntamos, se ele não tivesse tido nenhuma intuição sequer para afastá-las, de onde teria sido seu começo? Provavelmente não teria começo, nem meio, muito menos fim, pois só posso afastar aquilo que já foi intuído e pensado, pois sem isso a própria relação de afastamento não existiria e a própria filosofia cartesiana também.

Todavia, por mais que os objetos da sensibilidade não fossem para Descartes reflexo da verdade, ao menos representaram algo diferente dessa coisa que pensa que precisou ser afastado para sua análise. É neste sentido que entendemos Kant, já que o mesmo afirma que tanto o interno quanto o externo são possíveis pela consciência imediata de que são “coisas” distintas umas das outras.

Mais uma vez, temos que, na segunda edição da *CRP*, Kant insere novos argumentos com a *Refutação do idealismo* em B 274-9 e nota do prefácio em B XXXVIII- XLIn, na

intenção de demonstrar que a consciência dos estados externos, é quem dá à própria consciência dos estados internos, mesmo que essa relação entre interno e externo só possa ser pensada a partir de representações, portanto no sentido interno¹³⁵.

Percebemos que apesar das diferenças argumentativas, o mesmo se mantém dentro da própria filosofia transcendental, utilizando-se primeiramente do espaço como ponto principal de refutação e posteriormente do tempo, mantendo assim um sistema sólido e fechado de sua filosofia.

De resto, vimos que independente se a saída é pela consciência externa ou interna, ou, se é pelo espaço ou pelo tempo, o mesmo relaciona os mesmos conceitos na sua refutação como inferência¹³⁶, experiência, percepção, intuição, etc., sempre mantendo a afirmação de que sujeito e objeto são coisas distintas e que um jamais cria o outro, mudando apenas a ênfase dada a cada um destes conceitos. Ou seja, no cerne da sua proposta, o filósofo sempre manteve o sujeito transcendental (eu lógico-formal) em um polo distinto do objeto transcendental (coisa em si), e viu no fenômeno o “objeto” intermediador entre o “mundo formal” e o “mundo da substância bruta da sensibilidade”.

Entretanto, para muitos que se dedicaram a filosofia transcendental, independente se tomamos a exposição de Kant, na edição A ou B da *CRP*, em relação a suas mudanças ou permanência, nada foi suficiente para livrar a filosofia transcendental da acusação de idealista.

Mas, a insuficiência de que alguns autores acusam a *Refutação do idealismo* não afeta somente esta passagem da *CRP*, ela mina a obra como um todo, chegando até nas condições *a priori* que Kant encontra para a determinação dos objetos, como as categorias, pois se os objetos não são reais e não podem ser representados como fenômenos para o sujeito, logicamente os mesmos não podem ser também determinados como objeto do conhecimento.

Isto é, tudo o que Kant afirma sobre a relação das categorias (sentido interno), bem como sobre as intuições (sentido externo), não constituem um caminho válido, nem para provar a existência real dos objetos e nem para provar a possibilidade de um conhecimento objetivo possível. Assim, quando Kant afirma que os pensamentos sem o conteúdo são vazios e que as intuições sem o entendimento são cegas, perde completamente o sentido¹³⁷.

¹³⁵ Temos essa leitura porque acreditamos que toda e qualquer consciência só pode ocorrer no sentido interno, e quando falamos em sentido interno estamos nos referindo ao interno do pensamento, porém este é pura abstração, e como tal não possui a determinação dentro e fora que é característica do mundo físico.

¹³⁶ Citamos a inferência acima porque Kant nas duas edições se preocupa com este conceito, e mostra que a busca pela realidade dos objetos externos por simples inferência não resolve o problema de prova dos mesmos.

¹³⁷ *CRP*, B 75.

O que percebemos é que, mesmo depois dos esclarecimentos (complementos) da edição B, a filosofia de Kant é, ainda hoje, fruto de muitos debates. Pois como pode a crítica ao idealismo fazer referência à prova da existência do mundo externo a partir da própria idealidade de seus objetos? Isto é, por meio das representações dos mesmos¹³⁸.

Em nosso modo de ver, Kant jamais afastou de si o rótulo de idealista, tanto que ele mesmo lança uma filosofia teórica rotulada como *idealismo transcendental*, porém seu idealismo está fundado em bases sólidas que fazem do objeto na mente (representação) algo que é efeito de uma causa anterior (real), pois para ele jamais poderia existir a representação de algo sem uma intuição.

Para finalizar, Kant consegue entender a incoerência na cobiça idealista que só aceita como verdadeira a prova que “coloca na mente” o objeto em si mesmo, demonstrando que a mente é pura forma e como tal não pode receber o objeto físico dentro de si. Assim, a nosso ver, o idealismo kantiano consegue “transformar” um objeto impossível, em um objeto possível para a consciência.

3.2. Discussão de conceitos

3.2.1. Os juízos e suas funções

Como Kant se propõe a uma *Crítica da Razão Pura* para investigar os limites da razão humana e na obra está contida a *Refutação do idealismo*, então acreditamos que pela investigação do juízo podemos chegar nas relações existentes entre essa razão e os objetos reais no sentido externo.

Ainda, acreditamos que compreender o que vem a ser um juízo na filosofia de Kant significa entender a construção de seu sistema como um todo, pois a partir da distinção dos juízos e de seus princípios é que podemos conhecer suas particularidades e especificidades. Desta forma, esperamos poder evitar vários equívocos concernentes a sua leitura, que a nosso ver são vários, chegando até a influenciar “correntes filosóficas” muitas vezes fundadas em erros e más interpretações¹³⁹.

¹³⁸ Isto fez com que a sua filosofia fosse acusada de inconsistente posteriormente por Paul Guyer, Bonaccini entre outros.

¹³⁹ O destaque para este termo entre aspas refere-se a uma postura pessoal que entende que muitas produções “filosóficas” posteriores à fase crítica de Kant tem por base a leitura equivocada de sua filosofia, uma vez que não correspondem ao que a tradição defende como filosofia. Entendemos como tradição filosófica a leitura de Platão, Aristóteles, Descartes, Rousseau, Kant e até mesmo Hume, que nos mostra que a filosofia consiste em um meta-discurso que por meio do objeto abstrato e universal busca pelos primeiros princípios, utilizando-se de

Podemos começar destacando a postura de Kant que não admite o juízo com fontes na metafísica e, portanto, com origem em uma ordem de seres com atributos superiores extra-humano; o mesmo, também, não coaduna com a análise dos empiristas ingleses que acreditam na formação de um princípio puramente material. Todavia, Kant recusa todas estas posturas e busca o lugar correto dos juízos ao analisar as condições subjetivas contidas neste.

De modo geral, todo juízo (pensamento) pressupõe regras para ocorrer, e, quando falamos em regras, na filosofia de Kant, somos levados a pensar rapidamente em entendimento, conceitos, isto é, em uma ordenação intelectual do mundo. Isso faz a investigação dos juízos fundamentais para a compreensão da filosofia de Kant.

Temos a mesma interpretação em Abela, que diz:

Eu argumentei que podemos entender melhor o sentido da rejeição frequente e explícita de Kant ao programador cartesiano, enfatizando a prioridade que ele atribui à natureza de objeto envolvente do juízo [...], demonstrou-se que uma característica importante desse princípio diz respeito à rejeição de Kant à ideia de que qualquer coisa pode ficar fora da atividade de julgamento e ainda ser atribuído um papel epistemológico. Toda cognição começa com o poder individualizante do juízo (2002, p. 81. 85 - tradução nossa).

Todavia, resta claro que na filosofia de Kant, o pensamento inicia-se por uma atividade que liga a intuição de um objeto (aparecimento/*Ercheinung*) a uma atividade intelectual do entendimento, que vai processar todas as relações possíveis e prováveis sobre este objeto.

Mas, dentro dessa generalidade que é o pensamento, temos algumas especificações, pois quando falamos em juízo, a princípio, devemos atentar que esta primeira ativação do intelecto com o mundo fora dele, não nos é permitido derivar nenhum juízo determinante.

A determinação do juízo só ocorre a partir do momento em que as categorias nos possibilitam pensar este objeto em um conceito determinado, e, só assim, tem-se uma determinação de um objeto por um conceito; isto significa dizer que as determinações do conceito são transmitidas ao objeto, agora fenomênico. Para isto, o conceito universal deve ser dado como lei determinante no início de toda cadeia da operação do conhecimento, funcionando como guia.¹⁴⁰

Devemos então destacar que existe uma forma diferente de juízo, que não trata do conhecimento, e nem daquilo que impulsiona o nosso agir moral, trata-se simplesmente de sentir por intuição, ou seja, perceber as aparições do mundo em sua individualidade.

uma atividade exclusivamente intelectual. O que queremos dizer com isso é que esses autores destacados representam bem o que é ser um filósofo e após a filosofia de Kant muitas vezes vemos autores que se utilizam do rótulo de “filósofo” para justificar suas posturas pessoais sobre a vida, etc.

¹⁴⁰ *Prol.* §13, p. IV: 290.

Neste sentido, Kant nos ensina que,

A faculdade do juízo em geral é a faculdade de pensar o particular como contido no universal. No caso de este (a regra, o princípio, a lei) ser dado, a faculdade do juízo, que nele subsume o particular, é *determinante*. (o mesmo acontece se ela, enquanto faculdade de juízo transcendental, indica *a priori* as condições de acordo com as quais apenas naquele universal é possível subsumir). Porém, se só o particular for dado, para o qual ela deve encontrar o universal, então a faculdade do juízo é simplesmente *reflexiva* (CFJ, XXV-XXVI).

Entendemos então que na afecção originária já estão contidas todas as necessidades formais (espaço-tempo) que tornam possíveis as intuições empíricas, porém, ainda sem determinação conceitual.¹⁴¹

Notamos, então, que para Kant a existência do mundo exterior não se constitui um problema, pois os juízos em sua atividade mais fundamental (que é a reflexiva) necessita dos objetos no sentido externo para se efetivar.

Se entendermos que os juízos tem como função primeira a organização das informações trazidas do mundo externo ao *eu* via intuição, segundo foi colocado, então a questão é: como alguém pode acusar Kant de idealista aos moldes cartesianos?

Ao idealista cético resta uma dúvida insuperável sobre a realidade do mundo fora da consciência que pensa, na filosofia de Kant isso não é admitido, pois está claro que o problema para Kant não é sobre a realidade, mas sim sobre como estes objetos externos são possíveis para o sujeito, isto é, como estes objetos podem ser representados na mente, e como estas últimas se organizam a ponto de nos possibilitar o conhecimento.

Observando por este viés, é difícil pensar Kant como um idealista, porque mesmo que a conclusão do filósofo fosse pela incapacidade do ser humano chegar a qualquer tipo de conhecimento objetivo, ainda assim, não nos parece prudente acreditar que ele colocaria a existência dos objetos em cheque, pois o fato é que para se ter um juízo, mesmo que primitivo, nós precisamos ser afetados por algo, pelo aparecimento de “coisas”, que são independentes do sujeito que pensa.

Deste modo, por meio do juízo reflexionante existe a afirmação do mundo externo, mesmo que neste primeiro momento ainda não possamos afirmar do que se trata, já que os objetos externos não possuem propriedade objetiva. Isto significa dizer que dependemos invariavelmente das categorias para alocar cada uma dessas coisas em conceitos, para passar ao estágio seguinte,

¹⁴¹ Em nossa visão, baseada na leitura de Kant, apesar de parecer o mesmo processo, existe uma distinção, e por mais que o intelecto imediatamente tente identificar esse objeto como determinado, o que ocorre primeiro é a intuição do mesmo. Esse imediatismo na tentativa de identificar o objeto se dá pela necessidade da “razão” em buscar respostas para o que ainda é desconhecido.

de um juízo reflexionante para um juízo determinante. Esta é a questão central na filosofia teórica de Kant.

O problema para Kant então é, identificar e saber como ocorre a mudança de um juízo reflexionante para um juízo determinante, sabendo que o objeto jamais poderá conter as respostas para este problema e, também, sabendo que o mesmo jamais poderá estar contido em um ente abstrato como a consciência.

É neste sentido que se dá a investigação de Kant, o de buscar provas de como isso é possível, de como um objeto que ocupa lugar no espaço pode ser captado pelo pensamento e daí possa surgir um conhecimento.

Por este motivo que Kant analisa a origem dos juízos, com o intuito de elucidar sobre a nossa capacidade de se falar das “coisas”, isto é, de definir um juízo determinante como a capacidade de subsumir sobre regras, de se impor sobre o objeto, é quando ele conclui que a primeira tarefa da atividade do pensamento não consiste em conhecer, mas tão somente em perceber as coisas como existentes.

Após este primeiro esclarecimento retirado da *Terceira Crítica*, cumpre agora diferenciarmos os *juízos analíticos*: como simples juízos explicativos, que em nada contribuem para o conhecimento, isto é, não aumentam nossa compreensão sobre os conceitos-sujeito; dos *juízos sintéticos*: que são os juízos que acrescentam algo a nossa cognição, trazendo no conceito-predicado algo novo que podemos somar ao conceito-sujeito.

Nota-se que na passagem de um juízo a outro não é discutida a questão da existência dos objetos, mas, tão somente, como se faz essa passagem e como é possível o conhecimento destes objetos¹⁴².

O que ocorre nos juízos analíticos é apenas a decomposição dos conceitos, sejam estes empíricos ou não, isto significa dizer que estes juízos, são atos de “pensar” independente da referência deste conceito de forma puramente *a priori*¹⁴³.

Por sua vez, todo juízo sintético deve respeitar o princípio de contradição, mas também passa a utilizar-se de outros princípios, estes juízos podem ser divididos em juízos sintéticos empíricos e juízos sintéticos *a priori*.

Seja qual for à origem destes juízos, empíricos ou *a priori*, estes não podem ir contra o princípio de contradição, já que este princípio é regulador, e, por este motivo, ele garante a

¹⁴² *Prol.* §13, IV, 293. Esta afirmação aparece claramente nos *Prolegômenos*, quando Kant afirma que apesar de rotular sua filosofia como *idealista transcendental*, o problema central dele não diz respeito à confirmação da existência dos objetos no exterior, mas, trata apenas da forma com que estes objetos podem ser apreendidos pela nossa *faculdade de cognição*. O mesmo até propõe a mudança de *idealismo transcendental* para *idealismo crítico* para evitar tais comparações.

¹⁴³ *CRP*, B 10-12.

regra que está contida naturalmente no conceito, isto gera a necessidade no juízo que a experiência não é capaz de fornecer.

Contudo, vemos que na exposição acima sobre os juízos e suas funções, o que está em foco principal para o filósofo, mais uma vez, não é a prova dos objetos externos ao juízo, mas somente as formas de como o *eu* pode tratar esses objetos, de forma determinante, prática ou reflexiva.

3.2.2. Dedução metafísica das categorias e os juízos¹⁴⁴

Para elucidar a passagem da *Dedução metafísica*, em que Kant analisa a possibilidade do sujeito sintetizar informações que vem do sentido externo, devemos nos remeter ao modo com que o filósofo trata de descobrir os conceitos puros do entendimento, pois entendemos que esta é a direção que devemos seguir para uma melhor compreensão das funções intelectuais do sujeito que se ligam a objetos; assim podemos mostrar como Kant vê o realismo surgir mais forte dentro da Analítica¹⁴⁵.

Todo pensamento trabalha por meio de representações, deste modo, segundo a filosofia de Kant, é certo afirmar que estas representações devem ser representações dos objetos de uma intuição empírica, que, por sua vez, só é possível por intermédio das intuições puras do espaço e do tempo.

Mas, como Kant chega a estes conceitos puros do entendimento, que tem sua existência anterior a própria intuição sensível? E, como ele identifica que estes estão sempre presentes na estrutura do juízo?¹⁴⁶

Primeiramente merece destaque o porquê de, para Kant, as categorias se tratarem de conceitos puros, “entes” puramente intelectuais com origem exclusivamente no entendimento.¹⁴⁷ Ele chega a esta conclusão porque identifica que todas as vezes que o sujeito trata de um aparecimento, independente do conteúdo, o mesmo tenta identificá-lo a partir de um conjunto de regras, utilizando-se da lógica geral para dar um sustento sistemático sobre dado aparecimento.

Neste sentido, podemos identificar que se abstrairmos todo o conteúdo que um pensamento possa ter, ficamos somente com sua forma, isto é, com a lógica que é a função primeira do pensamento, a qual determinará uma regra para pensar este objeto.

¹⁴⁴ CRP, A 66-83 / B 91-116.

¹⁴⁵ ABELA, 2002, p. 82.

¹⁴⁶ CRP, A 69 / B 94.

¹⁴⁷ CRP, A 20 / B 34.

Segundo Guyer, em uma possível leitura¹⁴⁸:

Assim ele mostra que as categorias podem ser aplicadas tanto a estados subjetivos quanto a objetos externos, sem colapsar as diferenças entre eles, e também prova que o juízo acerca dos primeiros requer conhecimento dos últimos, que a auto consciência requer conhecimento de objetos, mas não se reduz a ele. Kant só pode estabelecer essas ligações, entretanto, considerando as condições para a confirmação do juízo empírico que vão além das teses mais abstratas da dedução transcendental (2009, p. 159).

Esta saída de Kant tem ao menos dois problemas, para Guyer:

a) Kant deve demonstrar que a própria autoconsciência exige conhecimento de objetos, e, se assim não for, pode deixar sem resposta a questão existente quanto a realidade objetiva.

Se Kant não consegue demonstrar aquilo que está proposto acima, coloca sua própria filosofia teórica sob dúvida, pois ela será incapaz de provar a realidade objetiva, e, também, que é possível um conhecimento objetivo a partir de objetos externos. Isto é, toda *Crítica da Razão Pura* depende da habilidade de Kant em provar que a autoconsciência depende do conhecimento dos objetos fora dela.

b) Mas, se Kant demonstrar que as categorias servem apenas como condição necessária para a autoconsciência se adequar a partir do conhecimento (de objetos), derivando as próprias categorias deste último, teríamos a negativa de que as categorias são *a priori*, e haveria o impedimento da diferenciação entre representações dos objetos.

No segundo caso, a filosofia crítica seria igualada à filosofia cética de Descartes, pois não poderia garantir que as representações são distintas dos aparecimentos que elas representam.

Pelas colocações de Guyer, tomamos mais consistência na afirmação da necessidade de ligação entre estas partes da *CRP*, pois, não só é possível como fundamental para o entendimento, da proposta de Kant na *Refutação do idealismo*, que as categorias possam se ligar a objetos reais e, ainda, proporcionar ao sujeito a possibilidade do conhecimento.

Esta postura deve ser plenamente plausível, porque quando Kant trata do conhecimento, ele se refere ao conhecimento por meio da classe de objetos reais. Quem nos auxilia nesta interpretação é Abela, quando diz que,

As Analogias da Experiência são examinadas na Seção 3.1 O papel que Kant atribui à referência empírica e à verdade como condições para a possibilidade de determinado conteúdo interno (crença) é um aspecto central desta discussão. As Analogias serão

¹⁴⁸ Apesar da citação supracitada, onde Guyer reconhece a função das categorias tanto nos estados subjetivos quanto nos objetivos, ele afirma que dependendo da leitura que se faça da filosofia de Kant, as categorias servem somente para as condições gerais do conhecimento, se diferenciando num todo das representações meramente subjetivas. A nosso ver, nesta posição, falta uma ligação entre a primeira e a terceira *Crítica* (GUYER, 2009, p. 157s).

analisadas no contexto de estruturas que fornecem ao múltiplo de aparência, o que por sua vez torna possíveis as "condições formais da verdade empírica" (B236). A seção 3.2 focalizará como, no contexto da Refutação do Idealismo, a doutrina realista empírica serve para minar a inteligibilidade do ceticismo radical. Tomadas em conjunto, as Analogias e a Refutação asseguram a exigência realista de que nossas crenças sobre o mundo sejam tornadas verdadeiras ou falsas por um domínio empírico independente da mente (2002, p. 84 - tradução nossa).

Desta maneira, entendemos que, na filosofia de Kant, o sujeito para ter conhecimento necessita de condições intelectuais *a priori* (categorias) que possam sintetizar o múltiplo da intuição no conceito, fechando assim o circuito do conhecimento. E, se estas faculdades não estiverem alinhadas (as categorias e a intuição do mundo real fora do sujeito) tornam-se meras imaginações de um ente que é em si mesmo ilusório. Neste sentido, Young nos auxilia, quando afirma que "...podemos ter conhecimento somente daquelas coisas de que podemos ter intuição sensível, e que o conhecimento dessas coisas exige a apreensão do múltiplo da intuição sensível através do qual elas nos são dadas"¹⁴⁹.

Por este motivo é tão importante provar que o conhecimento é possível e que os juízos sintéticos *a priori* são fundamentais para nos conduzir a existência dos objetos reais, que são existentes independente da autoconsciência do sujeito pensante.

Seguindo esta linha de raciocínio, Kant dá significado ao termo "síntese", referindo-se a este como a junção intelectual de diversas representações por meio das categorias, que quando juntadas umas às outras transformam a multiplicidade de representações em conhecimento.

Todavia, podemos afirmar que a ideia de Kant consiste em mostrar que as funções do pensamento, pelas quais unificamos representações num juízo, também conferem unidade ao múltiplo da intuição por meio das categorias. E, isso só é possível porque Kant acredita que um conceito-sujeito determinado, contém em si a junção de vários outros conceitos-predicados, que só podem ser identificados por meio da intuição.

Young continua nos auxiliando da seguinte maneira:

Ora, a matéria de um conceito, de acordo com Kant, é somente o seu objeto (*Lógica* §2, 9: 91). Kant sustenta, entretanto, que as únicas coisas individuais que podemos identificar são aquelas que nos podem ser dadas na intuição sensível (A 19 / B 33). Sua visão, portanto, é a de que os conceitos tem conteúdo, não somente porque contém vários predicados, mas também porque esses predicados estão ligados ao que pode ser dado na intuição sensível (2009, p. 145).

Sendo os conceitos-predicados as "coisas" que compõem os conceitos-sujeitos, eles devem por necessidade poder ser ligadas à intuição sensível, pois sem a intuição de objetos os

¹⁴⁹ YOUNG, 2009, p. 133. Esta é uma insistência devido a saída de Kant para a solução do idealismo cético ser pelo caminho do conhecimento.

conceitos seriam vazios ou sem conteúdo, seriam privados de sentido, isto é, de significação, por este motivo, os conceitos-predicados constituem a mera forma dos conceitos e a intuição seu conteúdo.

Neste sentido, Young diz que,

Talvez possa não haver contradição na noção de um intelecto que não dependa da sensibilidade, uma cuja intuição seja intelectual e cujo conhecimento esteja simplesmente na análise dos conceitos. Mas não podemos afirmar compreender o que um intelecto desse tipo seria. Tampouco podemos usar a noção de tal intelecto como base para determinar quais coisas devem ser como as “coisas nelas mesmas” (2009, p. 150).

Temos, então, que ao sujeito é permitido pensar em um intelecto pleno, capaz de chegar às coisas como elas são em si mesmas, de tal forma que o próprio ato de pensar seria o ato de criar a realidade das coisas.

Porém, devemos perceber que, na filosofia de Kant, isso não passa de mera possibilidade do pensamento ou até mesmo uma necessidade para se pensar o todo, o pleno válido universalmente, mas nada garante a existência dessa consciência plena, assim ela só pode existir em pensamento, pois extrapola a limitada condição humana de prova que está inseparavelmente ligada à intuição sensível¹⁵⁰.

Contudo, o que Kant quer garantir é a maneira pela qual os objetos externos podem ser dados à mente, isto é, determinar como os conceitos dão unidade à intuição. Em outras palavras, Kant tem a pretensão de ligar à noção de síntese com as doutrinas lógicas e epistemológicas. Assim, a *Dedução Metafísica* tem um papel importante dentro da filosofia de Kant, na medida em que por meio dela Kant soluciona o problema do conteúdo dos conceitos por meio da síntese.

¹⁵⁰ Para este comentador: “Neste ponto [em que a apercepção assume a forma lógica do juízo], poderíamos concluir que, a despeito de todos os esforços devotados por Kant à dedução transcendental, ele fracassou em estabelecer uma ligação firme entre a unidade de apercepção e as categorias, e que o interesse contínuo da *Crítica da Razão Pura* deve estar algures.” (GUYER, 2009, p. 193) Seremos sinceros em afirmar que para nós essa acusação não faz o menor sentido, pois como vamos ligar uma coisa que é parte de si mesmo, a apercepção como forma contém em si apenas regras para o pensamento, bem como as categorias são regras para as relações (pensamentos) que fazemos dos objetos do sentido externo. Todavia as categorias são regras que constituem a própria forma do pensamento, portanto não necessita de uma ligação com aquilo que ela é, isto é, pura forma.

3.3. Posição de Caranti sobre o *Quarto paralogismo*

Para Caranti, o desacordo entre realistas e idealistas consiste somente no questionamento se há uma correspondência do objeto existente e a mente¹⁵¹. Então, ele se manifesta sobre o posicionamento de Carnap, alegando que,

Na verdade, a liberdade que Carnap nos dá de escolher entre uma linguagem que inclui coisas externas e uma que se restringe a si mesma aos dados sensoriais é realmente equivalente à tese do cético de que não há maneira de determinar se um mundo corresponde aos nossos dados sensoriais (CARANTI, 2001, p. 25 - tradução nossa).

Na perspectiva de Caranti, a saída para solucionar o problema da correspondência entre racionalistas e empiristas, jamais poderá ser pelo simples uso da linguagem. O aspecto de compreender o mundo por simples uso da linguagem na sua relação semântica não garante nenhuma objetividade do conhecimento, assim os objetos do sentido externo e o próprio conhecimento estariam sobre o preceito da dúvida¹⁵².

Neste sentido, Caranti nos alerta que a perspectiva de entender o mundo como uma sistemática da ilusão consiste em um estado de medo que leva ao ceticismo, isto tem por base a metafísica que sofre na falta de sentido devido à forma que se utilizam dos conceitos, e, também, pela falta de conteúdo nos mesmos.

No *Quarto paralogismo*, Kant mostra uma identidade entre o ceticismo cartesiano e a ilusão transcendental, na medida em que ambos querem conhecer por meio de “contato imediato” as coisas em si mesmas. É por este motivo que o *Quarto paralogismo* está inserido na *Dialética transcendental*, porque Kant pretende mostrar que pela simples inferência, ou pelo simples uso da lógica da linguagem, é impossível de se chegar à conclusão da existência de objetos externos.

Todavia, para o comentador, questionar-se se nossas representações são meramente internas ou providas do contato com as coisas em si mesmas, não faz sentido na filosofia transcendental, pois seja como for que este mundo externo afete o sujeito pensante, isto mostra que este sujeito representa um mundo no espaço que é diferente de si mesmo, na forma dos sentidos.

¹⁵¹ CARANTI, 2001, p. 24.

¹⁵² Nosso entendimento do que é dito por Caranti, sobre Carnap, vai um pouco além, pois percebemos que o problema da relação entre intelecto e mundo funda uma corrente chamada de filosófica, que tenta resolver tudo por meio do uso da linguagem, que se convencionou chamar de “filosofia da linguagem”, a qual sustenta que a análise semântica da linguagem é capaz de resolver os problemas filosóficos.

Deste modo, sua análise sobre o idealismo vai partir da ideia de que o pensador cético está sempre em busca da natureza das coisas em si mesmas, por meios unicamente racionais. Então, ele nos diz que, “o erro original reside em levar a própria existência dessa maneira paradigmática, que, por sua vez, é uma consequência de assumir que a existência pode ser determinada através de meios meramente lógicos” (CARANTI, 2007, p. 84 - tradução nossa).

Assim, se a *Refutação do idealismo* seguisse no caminho da simples inferência lógica na busca pelos objetos externos equivaleria a um erro similar ao erro da filosofia cética. A proposta sugerida por Kant, trata de partir da afecção de objetos para se chegar ao *eu* e suas formas puras, pois percebe ele que permanecer apenas na inferência lógica realmente abre uma enorme lacuna entre a afirmação de existência desses objetos e a existência real dos mesmos.

A crítica kantiana leva o ceticismo cartesiano a outro extremo, afirmando que o acesso a sua própria existência, sem o acesso a intuição empírica de objetos no espaço fora da consciência não é possível: assim a percepção do sentido interno depende da percepção de objetos externos para ser concluída.

Assim, na filosofia de Kant, temos que as duas existências, a da própria consciência e das coisas fora dela, são provadas da mesma maneira¹⁵³, cuja única diferença é que a representação de *si* mesmo pertence ao sentido interno, enquanto a representação das coisas externas pertencem ao sentido externo.

Entretanto, a ideia de que começamos da constatação da nossa própria existência por meio da autopercepção parece ambígua, mas temos que entender a forma com que Kant expõe este problema no *Quarto paralogismo*, que é distinguindo dois tipos de consciência de si mesmo, uma é a consciência interna e a outra é a apercepção.

Neste sentido, Caranti se posiciona sobre a apercepção da seguinte forma:

Para Kant, através da apercepção podemos tomar consciência de nossa espontaneidade - isto é, nossa atividade como pensadores. Mas essa atividade não pode ser captada por uma intuição. Na verdade, qualquer intuição seria dar-nos apenas um *pensamento* e não a própria atividade do *pensar* (2007, p. 86 - tradução nossa).

Todavia, temos que esta apercepção consiste em uma percepção de *si* mesmo, que não leva em consideração nada de sensível e que só pode pensar na própria possibilidade de existência, logo, o sujeito tem apenas a consciência de *si*, sendo essa representação um

¹⁵³ CRP, A 370.

pensamento puro e não uma intuição, mas que ela mesmo depende de uma intuição para ocorrer.

Assim, não podemos confundir a pura consciência de *si* mesmo com a intuição empírica de *si*, pois Kant deixa isso bem claro, inclusive em passagem da segunda edição, quando afirma que para se ter consciência da própria existência empiricamente determinada, o sujeito precisa de um material empírico, ele precisa de algo para determinar este *eu* como uma coisa particular (o eu empírico).

Um ponto a ser revelado é o aspecto de que não podemos provar nossa existência analiticamente por meio de uma psicologia racional, então o fato de Kant jamais duvidar da existência do sujeito pensante no sentido interno, nos leva a crer que este em nenhum momento duvidou da existência dos objetos externos, pois para que esse sujeito pudesse pensar em si mesmo como existente, as coisas fora dele jamais poderiam ser tomadas como fantasias ou meras ilusões.

Aqui, o ponto não é extrapolar o conhecimento do sentido interno para outro nível de conhecimento, mas elevar outro tipo de conhecimento tão quanto possível ao nível do conhecimento do sentido interno. E, para Caranti, o resultado só pode vir se nos livrarmos dos erros da ilusão transcendental, onde o conhecimento do sentido interno deseja inserir um tipo de conhecimento intelectual imediato de outras coisas.

Podemos notar que se trata de uma ilusão transcendental, porque apenas uma intuição é imediata ao objeto, ao passo que os conceitos e julgamentos são sempre uma relação mediata com os mesmos¹⁵⁴ e a percepção não envolve puros conceitos, como nos ensina Caranti:

mas a percepção não envolve apenas conceitos puros. Em geral, a percepção é apresentada como uma sensação a que um conceito é aplicado, seja ele puro ou empírico. Uma percepção objetiva, em oposição a uma percepção meramente subjetiva (ou seja, a uma sensação), é até identificada com o conhecimento (2007, p. 89 - tradução nossa).

Neste sentido, o conhecimento requer tanto uma intuição empírica como um conceito, correspondendo esta atividade em um ato de julgar, que nada mais é do que a representação desta relação entre intuição e conceito (ou mesmo entre conceitos), onde de uma forma ou de outra, pura ou empiricamente, a faculdade de julgar é o conhecimento mediato de um objeto.

¹⁵⁴ CRP, A 68.

Isso leva Caranti a um questionamento, pois se a percepção é um tipo de julgamento e o julgamento é algo mediato, então como Kant pode falar em uma percepção imediata?

Ele responde a tal demanda elucidando o sentido em que o conceito de *imediato* é colocado na filosofia de Kant, e chega à conclusão que o significado de *imediato temporal* ou *espaço-temporal* corresponde ao momento em que um aparecimento é apresentado ao sujeito como indeterminado via sensação, sendo que é esta afecção que tem a responsabilidade de atestar a existência real de um aparecimento qualquer fora do sujeito de forma imediata (direta).¹⁵⁵

O que significa dizer que, “pela subsunção deste objeto sob um conceito, o julgamento relaciona uma representação (o conceito) não com o objeto em si, mas com o objeto já organizado de acordo com as formas de sensibilidade” (CARANTI, 2007, p. 90 - tradução nossa).

Por esta razão, temos uma relação do juízo mediata com os objetos, mas a existência de uma coisa indeterminada é prontamente dada ao sujeito por meio da percepção no espaço-tempo da “matéria” que é dada imediatamente, e isto não contradiz que a matéria dada pela sensibilidade é organizada sobre conceitos.

Além disso, ainda temos que se o espaço é um horizonte puro, ele é imediatamente dado, então, se os objetos externos são determinados nos horizontes do espaço e ainda ocupam lugar neste horizonte que é dado imediatamente, logo, eles, os objetos, são imediatamente dados. Deste modo, segundo Caranti, temos que o resultado perverso do realismo transcendental não nos permite admitir que as coisas fora do sujeito sejam dadas de forma imediata.

Esta colocação de Caranti encontra uma postura diferente em Carvalho, onde o mesmo afirma que Kant reduz o problema do *Quarto paralogismo* à nossas representações externas no espaço, e, para ele, com esta redução de argumentos Kant se assume um idealista problemático¹⁵⁶.

Apesar de concordarmos com Carvalho que os argumentos de Kant na primeira edição são mais voltados para a ligação que os objetos externos tem em relação ao espaço, em nenhum momento identificamos a supressão do tempo na busca de provar a realidade dos objetos do sentido externo, uma vez que para o sujeito ter representação destes objetos no sentido interno ele precisa do tempo e isso nós podemos identificar em várias passagens da

¹⁵⁵ É imediata porque afeta diretamente o sujeito por meio da sensibilidade, o qual atesta indeterminadamente sua realidade de forma também imediata. (CRP, A 373-4)

¹⁵⁶ CARVALHO, 2013, p. 30.

primeira edição em que Kant trata de sentido interno, ou mesmo do tempo, como em¹⁵⁷: “Eu representado no tempo por meio do sentido interno, e os objetos no espaço, fora de mim, somos, de fato, fenômenos inteira e especificamente distintos, mas nem por isso somos pensados como coisas diferentes”¹⁵⁸.

Contudo, em nossa leitura, percebemos que a postura de Caranti vem ao encontro da filosofia de Kant contra os idealistas céticos, no sentido de aceitar a prova de Kant sobre a existência de objetos externos, inclusive compreendendo que apesar do objeto está fora do sujeito, este último jamais sai da própria consciência para atestar a real existência das coisas.

3.4. Posição de Allison sobre a edição B

Neste momento, nós vamos focar as ideias de Allison sobre a segunda edição, ideias que tomamos muitas vezes como norte na elaboração deste trabalho, pois se tratam de argumentos pertinentes e sólidos a respeito da *Refutação do idealismo* proposta por Kant.

Segundo Allison, muitos pensadores que se empenharam em estudar e melhor compreender a filosofia de Kant, acreditam que a *Refutação do idealismo* não é nada mais que o apêndice da *Dedução transcendental*¹⁵⁹. Mas, em sua leitura Allison vai considerar a *Refutação do idealismo* como uma parte integral e independente da *CRP* que combate o subjetivismo cartesiano.

Ele divide os argumentos de Kant em três partes para análise: na primeira parte, ele desenvolve algumas considerações gerais de apoio à proposta de que a refutação esteja intimamente ligada à *Dedução transcendental*; posteriormente, vai analisar o argumento em si; e, em terceiro lugar, vai tratar da possibilidade de resposta à interpretação já citada, caso em algum momento Kant não ter sido claro o suficiente.

Para Allison, a constante comparação entre a *Refutação do idealismo* e a *Dedução transcendental* ocorre porque os dois trechos tratam das relações em torno do autoconhecimento e a consciência dos objetos. Mas, nos alerta ele, que nas duas passagens está claro que a consciência dos objetos é a condição para o autoconhecimento.

¹⁵⁷ Aqui Carvalho só vem nos auxiliar pela posição que temos de que Kant se utiliza dos argumento do espaço na primeira edição de forma mais enfática do que na segunda edição, onde Kant já dará mais atenção em desenvolver a ligação dos objetos externos com o tempo.

¹⁵⁸ *CRP*, A 379.

¹⁵⁹ Allison afirma que esta teoria foi colocada na exposição de Strawson (ALLISON, 1992, p. 447). Em nossa visão a *Refutação do idealismo* também consiste em um apêndice da *CRP*, ou seja, ela é um pequeno problema a ser solucionado dentro de um todo maior.

Entre as diferenças de exposição, temos que na *Dedução transcendental*, em sua primeira parte, Kant sustenta a correlação que se estabelece entre a unidade transcendental da apercepção e o objeto no sentido lógico. Isto se deve ao interesse de Kant em mostrar a necessidade de uma unidade simples, pois ele parte por uma análise eminentemente lógica entre o autoconhecimento e o juízo de um objeto.

Ao seguir para a segunda parte da dedução, Kant passa a estabelecer a necessidade das categorias para determinação de objetos, as quais serão apresentadas como condição necessária da possibilidade do autoconhecimento.

Em contraste com a *Dedução transcendental*, Allison nos apresenta que a proposta de Kant na *Refutação do idealismo*,

... se interessado em estabelecer uma correlação entre a autoconsciência empírica, descrita como a “consciência da própria existência como determinado no tempo” ou “experiência interior” e a experiência de objetos no espaço ou “experiência externa” (1992, p. 448 - tradução nossa).

Com isso, Allison tem em mente que a inquietação central de Kant é o problema que envolve a relação do ceticismo com o mundo físico, deixando de lado o problema da existência de outra mente superior proposta por Descartes.

Desta forma, para o comentador, Kant começa afirmando que o problema maior do processo de dedução cartesiana está na inferência do *cogito*, quando Descartes acaba por confundir a consciência do *eu* com a apercepção.

Ele nos indica que esta confusão consiste em tomar a apercepção, que tem por base uma percepção indeterminada de seu “objeto”, que é todo o ato de pensar, pela consciência determinada da existência de um sujeito particular, dada na autoconsciência empírica, isto é, o ceticismo de Descartes confunde a apercepção com o sentido interno do *eu*.

Esta confusão trazida por Descartes, acaba por afirmar que o autoconhecimento (ou o conhecimento do sentido interno) é possível sem a percepção das coisas presentes no espaço. Todavia, Kant identifica seguramente este equívoco cartesiano, e em várias passagens da *CRP* vai tentar demonstrar que a filosofia de Descartes não se sustenta, demonstrando que existe uma diferença abissal entre os dois sentidos de conhecer a si mesmo, o que vai dar sustentáculo a *Refutação do idealismo* na segunda Crítica.

Allison entende que em Kant só temos a autoconsciência empírica se atestarmos a experiência real de objetos no espaço, o que leva o mesmo a acreditar que somente após uma experiência real de objetos é possível se chegar ao autoconhecimento, no sentido empírico.

Neste caso, se não houvesse a diferença entre as duas maneiras de perceber a si mesmo, a *Refutação do idealismo* seria apenas um agregado da *Dedução transcendental*, que é onde se estabelece a doutrina da apercepção, assim Kant ainda estaria fechado no solipsismo cartesiano.

Após estas ressalvas, Allison vai seguir cada um dos cinco passos de Kant na *Refutação do idealismo*, que começa com a seguinte premissa, (1). “Eu sou consciente de minha existência [Dasein] como determinada no tempo”¹⁶⁰.

Por esta premissa surgem vários questionamentos, mas para Allison o que merece destaque é se questionar: se a autoconsciência empírica pode ser identificada com a mera consciência ou com o conhecimento empírico real do *eu* e seus estados? Ou, o que é realmente aquilo que se supõe consciente quando se é consciente da própria existência determinada no tempo?

Vemos que a primeira pergunta se trata do caráter epistêmico da consciência, enquanto a segunda trata do seu conteúdo real. Em Allison, parece claro que, para Kant responder estas perguntas, implica tratar de um autoconhecimento real e não uma mera autoconsciência. E Allison expõe isso da seguinte forma:

Sem embargo, isso não significa que Kant se ocupe, de uma maneira pré-wittgensteiniana das condições da justificação ou verificação de proposições específicas acerca do conhecimento de si e seus estados. Kant se ocupa, mais sim, das condições que possibilitam a formulação de tais julgamentos (juízos do sentido interior). O cartesiano simplesmente assume esta possibilidade, sem considerar suas condições (epistêmicas) necessárias (1992, p. 452 - tradução nossa).

Com isso, a resposta de uma questão nos leva à resposta da outra automaticamente, pois se temos consciência da nossa existência como uma coisa única no tempo, isso equivale à experiência interna, logo, a consciência que temos do sentido interno nos leva ao conhecimento que temos da mente e suas próprias representações consideradas como “objetos subjetivos”. Assim, a relação que fazemos em nosso sentido interno nos leva a experimentar esses objetos (objetos subjetivos) como objetos existentes no tempo.

No passo dois Kant nos diz que (2) “Toda determinação no tempo pressupõe algo permanente na percepção”¹⁶¹.

Para Allison, esta tese faz referência à *Primeira analogia*, e defende que para termos a percepção temporal é pressuposto ao menos algo de permanente para que possamos ter o tempo como condição de possibilidade da determinação nas relações.

¹⁶⁰ CRP, B 275

¹⁶¹ CRP, B 275.

Isto faz sentido na medida em que Kant defende que se não houver algo de permanente nós não poderíamos conhecer a coexistência e nem a sucessão dos fenômenos em uma linha do tempo, e mesmo que Kant não apresente nenhum argumento complementar, Allison acredita que esta aplicação está garantida pela generalidade da tese da *Primeira analogia*, pois esta se refere aos esclarecimentos da sucessão e coexistência.

Em terceiro lugar (3):

Mas este permanente não pode ser uma intuição em mim. Pois todos os fundamentos de determinação de minha existência que podem ser encontrados em mim são representações e, enquanto tais, necessitam elas mesmas de algo permanente delas distinto, em relação ao qual possam ser determinadas a mudança das mesmas e, portanto, a minha existência no tempo em que elas mudam (CRP, B XXXVIII).

Para Allison, essa defesa que parece ser de última hora, em nota da segunda edição, se deve à obscuridade em que Kant argumenta na edição anterior, e, para ele, a versão mais provável é que Kant esteja se precavendo da ausência de menção da intuição, o que deixava em aberto a refutação para o julgamento dos idealistas céticos, que afirmam que a *res cogitans* é em si mesma a entidade permanente requerida, e que a existência de seus estados podem determinar-se no tempo referindo-se a si mesma.

O que é oposto ao que Kant propõe, pois o que está sendo visto, desde o início deste trabalho, é que quando Kant reconhece que temos pensamento, isso não significa dizer que chegamos a esta conclusão pela intuição deste próprio pensamento em si mesmo, pois ele se apresenta sempre como sujeito, não como predicado.

Assim, o *cogito* ao qual Kant chega pela apercepção, não pode ser confundido com a intuição de um objeto porque, segundo Allison,

Posto que todas as intuições, enquanto representações e modificações do sentido interno, estão "em mim" (em sentido empírico), é claro que aqui o termo deve referir-se ao objeto intuído (*das Angeschute*) e não a intuição (*die Anschauung*). Em outras palavras, Kant sustenta que o permanente que se requer não pode ser algo intuído internamente, e isso é o mesmo que dizer que esse algo não pode ser um objeto do sentido interno (1992, p. 454 - tradução nossa).

Com isso, temos que a intuição ou experiência no sentido interno não pode ser capaz de determinar a existência do sujeito no tempo, é justamente isso que o quarto passo dado por Kant vem assegurar, mostrar que não pode estar dentro da consciência aquilo que determina nossa consciência no tempo.

Passo quatro (4):

A percepção deste permanente, portanto, só é possível mediante uma coisa fora de mim, e não por mera *representação* de uma coisa fora de mim. Logo, a determinação da minha existência [*Dasein*] no tempo só é possível mediante a existência [*Existenz*] de coisas reais [*wirklicher Dinge*] que percebo fora de mim (CRP, B 275-76).

Após ter refutado a ideia da intuição interna como uma possibilidade de se chegar a este permanente, ele prossegue pelo único caminho que nos parece ser correto, que é a investigação das intuições externas, onde esse “fora” (fora da *res cogitans*) deve ser interpretado como empírico, algo que pode ser intuído e colocado no espaço no sentido externo.

Porém, para Allison, Kant não pode se dar por satisfeito apenas com essa afirmação, e deve provar que nós experimentamos realmente estes objetos do sentido externo, afastando assim a ideia de que nós imaginamos esta percepção. Este é o momento que Kant tem para mostrar que nem todas as nossas representações correspondem ao real, pois, por vezes, poderíamos estar imaginando e não intuindo um objeto¹⁶².

Este problema só pode ser resolvido se pudermos decidir se a experiência que temos do objeto corresponde a algo real. Este ponto é crucial no argumento de prova, pois é justamente onde Kant deseja chegar, na prova de que toda experiência interna em geral (mesmo as criadas pela imaginação) só são possíveis mediante e experiência externa em geral.

Mas para o cético cartesiano, ainda não resta provado que possuímos intuições externas, para eles temos apenas a imaginação e ilusão de nossas representações internas como se fossem externas, o que coloca o mundo dos objetos exteriores sempre sob dúvidas.

Isso Kant responde em nota do texto principal da refutação¹⁶³, mostrando que para que o sujeito possa apresentar um objeto ao sentido interno é necessário ter um sentido externo (ou condições externas da percepção), onde o sujeito deve distinguir imediatamente, a

¹⁶² Em nosso ponto de vista, este é o momento em que Kant soluciona o problema da imaginação, quando coloca a intuição como sendo algo anterior e necessário para que a mesma ocorra, o que dá a ela (imaginação) posterior liberdade para criar “livremente”. Vale ressaltar que não se pode retroagir a uma intuição dada, uma vez que o intuído não pode ir para o momento antes dessa intuição, assim ela mesma poderá servir de início para novas representações, diferentemente do que acontece com a imaginação, que pode ir na direção que lhe convir da forma que lhe convir, mas sempre depois de uma intuição dada, ou seja, sem intuição não existe imaginação. Isso se deve ao fato de que até para nós pensarmos o antes de algo nós temos que ter algo, bem como fez Descartes que se “afastou” os objetos próximos, mas somente depois que já tivera a intuição dos mesmo, ou seja, eu não posso ir para o tempo de antes se eu não tenho nenhuma referência que me diga o que é o antes e o depois.

¹⁶³ CRP, B 276-77.

mera receptividade da intuição de objetos externos da espontaneidade que caracteriza todo ato da imaginação.

Entretanto, um cético ainda não se dá por satisfeito, mas Kant continua sua demonstração afirmando que a consciência que temos de “um” como determinada no tempo é uma porção autêntica de conhecimento empírico, pois implica o conhecimento da existência de um sujeito pensante em particular (como “um mesmo”), o qual pode determinar-se na ordem temporal de seus estados e assim em um único tempo universal.

No quinto e último passo (5), temos:

Agora, a consciência está necessariamente ligada, no tempo, à consciência da possibilidade dessa determinação do tempo: portanto, ela também está necessariamente ligada à existência das coisas fora de mim como condição da determinação no tempo; i. e., a consciência da minha própria existência é, ao mesmo tempo, uma consciência imediata da existência de outras coisas fora de mim (*CRP*, B 276).

Para Allison, Kant não apresenta nenhum argumento novo neste trecho, ele somente apresenta sua conclusão, mas o que faz alguns pensarem que se trata de algo novo é a parte em que Kant afirma que “a existência do ‘um’ como determinada no tempo liga imediatamente a outras coisas fora de mim”¹⁶⁴. O que significa dizer que a experiência interna implica, não somente na mera consciência do ‘um’ mas também na consciência da existência deste ‘um’ como determinada no tempo.

Contudo, apesar dessas diversas formulações que possuem diferenças em alguns detalhes, no todo, elas sempre chegam à conclusão de que a imaginação é incapaz de criar seus objetos a partir do pensamento puro, pois para produzir representações de objetos no espaço, ela [a imaginação] necessita das próprias coisas reais no espaço. Allison nos mostra ainda que qualquer experiência interna em geral só é possível devido a experiência externa em geral, restando apenas destacar que o inverso não é válido.

¹⁶⁴ ALLISON, 1992, p. 460.

CONCLUSÃO: A SUFICIÊNCIA DA REFUTAÇÃO KANTIANA DO IDEALISMO NA JUNÇÃO DAS EDIÇÕES A E B DA CRP.

Em nossa campanha, tratamos de abordar sobre a questão da *Refutação do idealismo* nas edições A e B da *Crítica da Razão Pura*, e, diante da complexidade do assunto, nos foi necessário selecionar alguns conceitos como norte de investigação. A temática em questão nos proporciona infindáveis meios de abordagem, mas mesmo na impossibilidade de colocar tudo que já fora dito sobre o tema neste trabalho, isso não impediu, de forma alguma, que nós pudéssemos esclarecer e entender, como diversos pensadores se colocam frente ao mesmo, seja no sentido de defender a proposta de Kant ou mesmo de impugnar sua teoria.

Na análise que fizemos da *Refutação do idealismo* na edição A, percebemos que o método de abordagem de Kant inicia-se pela exposição do pensamento de seu antagonista, no *Quarto paralogismo, da idealidade (da relação externa)*, que, principalmente, tem a pretensão de mostrar que a postura cética de seus argumentos impede uma resposta acerca da realidade dos objetos, restando a este somente a alternativa de assumir um Deus perfeito que garanta a real existência dos corpos fora do *cogito*.

Em nossa visão, a decisão de Kant em pôr o tema na *Dialética transcendental*, na primeira edição, se deve ao fato de que o método de prova aos moldes céticos é impossível de ser solucionado, então, nada mais natural do que colocar o problema junto a outros conflitos da razão, que também não podem ser provados por meio de simples inferências racionais.

Mas esta estratégia trouxe a alguns de seus leitores muitas dúvidas, pois seria como se o mesmo estivesse admitindo que é impossível sair do impasse criado pela filosofia de Descartes por meio da colocação do fenômeno como objetos do conhecimento, e, também, por este motivo, alguns deles acabaram o acusando de idealista¹⁶⁵.

De uma forma ou de outra, conseguimos perceber que Kant identifica na postura cética uma dificuldade intransponível, pois ela tenta solucionar o problema da existência por meio do uso especulativo da razão, discutindo possibilidade universal de existência, sem recorrer a outros meios. O que nos leva a crer que, por mais que Kant pudesse ter se equivocado quanto ao lugar em que tivera posto a refutação do idealismo na primeira edição

¹⁶⁵ Neste caso, podemos citar Bonaccini (1997; 2002; 2003), Carvalho (2013) como sugestão devido à dificuldade do conceito de experiência, entre outros. Mesmo que, na nossa visão, Kant nunca negou ser um idealista, tanto que se auto intitula idealista transcendental, merecendo apenas o destaque do sentido de idealista empregado por Kant, que afirma que todo o processo de relação de objetos que culmina no conhecimento ocorre no pensamento, o que Kant não aceita é a postura idealista que nega ou duvida da existência de objetos externos.

da *CRP*, ele identificou de forma “categórica” o equívoco de seu adversário e demonstrou que naquele modelo uma solução jamais seria possível.

Passemos então à proposta de Kant, vimos que segundo o filósofo o objeto tem dois formatos: (a) aquele que diz respeito à coisa em si mesma; e, (b) outro, que diz respeito apenas a forma com que este objeto aparece para o sujeito. O primeiro é tomado pelo idealista, que quer chegar à verdade última das coisas em si mesmas; o segundo, é tomado pelo idealista transcendental, que mesmo admitindo a existência das coisas em si mesmas, sabe que o acesso a elas lhes é completamente negado.

O fato de Kant não reconhecer o acesso à coisa em si e defender que ao ser humano só é permitido o acesso intelectual ao fenômeno das coisas, não consegue afastar a sombra idealista que o cerca, uma vez que essas representações fenomênicas de objetos podem ser frutos da própria consciência.

Por este motivo, vimos a necessidade de seguir na elucidação dos conceitos de percepção e representação, por meio do caminho proposto pelo próprio filósofo, que diz:

... a percepção é aquilo pelo qual tem que ser primeiramente dado o conteúdo para pensar os objetos da intuição sensível. Esta percepção pressupõe, portanto (para que fiquemos aqui somente nas intuições externas), algo real no espaço. Pois, em primeiro lugar, a percepção é a representação de uma realidade, do mesmo modo como o espaço é a representação de uma mera possibilidade da coexistência. Em segundo lugar, essa realidade é representada pelo sentido externo, i. e., no espaço. Em terceiro lugar, o próprio espaço não é outra coisa senão uma mera representação. Só é real portanto aquilo que é nele representado (*CRP*, A 374).

Deste modo, percebemos que a percepção nada mais é do que a representação de algo existente fora do sujeito, e a própria representação consiste nas mudanças dos estados internos, que, como o conceito sugere, representa para a mente aquele conteúdo que adquiriu via intuição.

Então, o que Kant nos mostra é que tanto um como o outro consistem em formas *a priori* de apreensão de objetos realmente existentes fora do sujeito. Kant em nenhum momento parte da possibilidade de não existência de objetos externos, ele pretende tão somente um meio de prová-los.

Portanto, se a constatação que Kant chegou na *Estética Transcendental*, por meio dos juízos matemáticos, sobre as condições *a priori* da sensibilidade estivesse equivocada, nenhuma forma de conhecimento que fosse além da experiência imediata seria possível, pois nada garantiria que em outra ocasião as circunstâncias se mantivessem e assim estaríamos de volta ao ceticismo humeano.

Com isso, podemos concluir na ideia em que Kant inicia sua obra, onde afirma que todo conhecimento começa na experiência, ou seja, que as capacidades *a priori* da sensibilidade do sujeito convergem para a experiência, e, por este motivo, é que a mesma é vista pelo filósofo como o início de todo processo de cognição, porque é ela quem dá conteúdo ao entendimento para que ele possa realizar suas sínteses. Todavia, a experiência nada mais é do que a capacidade do ser humano em organizar o múltiplo da intuição em regras gerais.

Desta maneira, podemos perceber que o domínio representacional/inferencial, apesar de apresentar dificuldades, pode ser implementado e corrigido pela filosofia transcendental, fazendo com que o mesmo não seja um obstáculo à constatação do mundo exterior. Pelo contrário, assim como temos como certa e indubitável a existência de nossa própria consciência, nós somos capazes de confirmar, também, que as nossas representações são efeitos de objetos que nos são dados externamente por meio de aparecimentos¹⁶⁶.

Então, podemos concluir o primeiro capítulo com a postura de Guyer que acusa Kant, em alguns momentos, de cometer *petição de princípio*, por jamais ter admitido a ausência dos objetos externos, partindo do pressuposto da existência, isto é, ele acusa Kant de iniciar a sua demonstração a partir da existência dos objetos externos, para chegar justamente na própria existência dos mesmos.

Acreditar que Kant nunca duvidou da real existência dos objetos externos para nós não é nenhum problema, o problema é afirmar que Kant parte deste princípio, pois em inúmeras passagens Kant ignora a existência dos objetos externos e passa a trabalhar somente com as condições *a priori* do sujeito, para no momento oportuno investigar sobre a real existência desses objetos, logo, no nosso modo de ver, Kant não foi displicente com esta questão, mesmo que ele já tivesse como crença o mundo como existente.

O que compreendemos na apresentação do primeiro capítulo, foi que a argumentação de Kant possui algumas lacunas que possibilitaram críticas, mas muito mais pelo desejo dos comentadores em repelir a sua teoria do que na própria argumentação, como nos mostrou Carvalho¹⁶⁷. Resta claro que no sistema kantiano, o ciclo do conhecimento pode ser fechado se compreendido aos moldes que ele propôs e ainda garantir a real existência dos objetos fora do sujeito pensante.

¹⁶⁶ Para Caranti, “tanto a intuição de meus estados internos - e, portanto, a consciência de minha existência – e a intuição de objetos externos são imediatos ...” (2011, p. 8 - tradução nossa)

¹⁶⁷ CARVALHO, 2013, p. 12.

No nosso ponto de vista, mesmo com as matizes e dificuldades que o texto apresenta na edição A, ainda é evidente que para que todo processo do conhecimento ocorra (mesmo do reconhecimento interno), é imprescindível que objetos reais existam no espaço fora da consciência que pensa, para ativar ela mesma na busca de respostas.

Para Caranti, de modo geral, o problema na interpretação do *Quarto paralogismo* está em confundir o idealismo kantiano com o fenomenalismo, o que torna impossível a leitura dos argumentos de Kant no *Quarto paralogismo* contra os argumentos céticos¹⁶⁸.

Caranti defende a *Refutação do idealismo* no *Quarto paralogismo* a partir de dois pontos:

- a) A tese imediata é a hipótese de Descartes que o mundo é produto de um “*Evil Genius*” é uma vã pergunta na natureza sobre as coisas em si mesmas. E esta tese é um obstáculo intransponível para a para a Refutação do idealismo. Porque se nossa experiência for reduzida apenas a nossas entidades mentais o cético pode sempre ter dúvidas sobre a correspondência com os objetos reais.
- b) Pelo resultado da primeira tese, tudo que podemos ver de forma imediata são alucinações (2007, p. 174).

No que podemos trazer do segundo capítulo, primeiramente, consta a mudança da temática da *Dialética transcendental* para a *Analítica transcendental*, sob o título direto da *Refutação do idealismo*, bem no espaço que Kant reservou para tratar dos *postulados do pensamento empírico em geral*¹⁶⁹.

Na apresentação deste capítulo, percebemos que a proposta de Kant se mantém a mesma, partindo da ideia de que podemos apenas ter experiência de fenômenos, e que isso não só possibilita, mas garante uma conexão imediata com os objetos do sentido externo os aparecimentos.

Deste modo, o filósofo se afasta do argumento de possibilidade no qual se viu envolvido na primeira edição, ao expor os argumento do idealismo cético e passa então a dar ênfase às condições *a priori* do sujeito. Pois, segundo Kant, o sujeito não precisa sair de si mesmo para atestar a existência de objetos externos fora da consciência.

Vimos que Kant seleciona alguns pontos do idealismo a serem refutados: a tese de que a única experiência imediata é a interna; e, que a mera experiência interna pode inferir objetos externos. Assim, Kant esclarece seu afastamento a respeito da simples inferência e

¹⁶⁸ CARANTI, 2007, p. 173.

¹⁶⁹ Entendemos que esta mudança da edição A para a edição B tenha sido motivada para dar respostas ao seus adversários, pois se Kant tivera cometido o equívoco de colocar a *Refutação do idealismo* no lugar onde ele trata de questões insolúveis, na segunda edição ele estaria corrigindo este erro. Em nosso modo de ver, seja qual for a motivação que levou o filósofo a tal mudança não acreditamos que isso alterou radicalmente seus argumentos, para nós Kant apenas mudou seu enfoque e estratégia.

passa a dar ênfase a efetividade da experiência e da intuição empírica, como pontos capazes de afastar as dúvidas da existência de objetos reais no espaço.

Assim, acreditamos que mais uma vez podemos afirmar que comparar a filosofia de Kant com a filosofia de Descartes não faz muito sentido, visto que o único ponto que eles compartilham, é a afirmação de que existe um *eu* enquanto forma que contém em si todas as condições do pensamento.

Se nos afastarmos deste ponto, perceberemos que os mesmos tomam caminhos completamente diferentes na busca de provar a existência do mundo, pois como é sabido, Descartes apela para a existência de um ente ontológico que cria e ao mesmo tempo garante a existência dos corpos externos; Kant, por sua vez, vai buscar dentro do próprio sujeito as condições de prova destes objetos, só isso já deveria ser suficiente para não compará-los no sentido de igualá-los.

Destacar o fenômeno como figura necessária do dualismo kantiano, responde toda a problemática de como se faz a comunicação do pensamento com o mundo extenso, e o problema seria somente o questionamento de “*como é possível a intuição externa, i. e., do espaço (de um preenchimento deste, figura e movimento) em um sujeito pensante geral.*”¹⁷⁰

No caminho da prova, Kant diz que só é possível ao sujeito ter percepção a partir das mudanças, e como sabemos, as mudanças requerem uma percepção interna do tempo, mas no interior do pensamento não existem conteúdos capazes de mostrar ao sujeito qualquer mudança, pois seu interior é pura forma, portanto fixo, então, se torna imprescindível uma intuição externa.

Por esta colocação, percebemos que é sintomático, na refutação proposta por Kant, que nenhuma experiência é possível senão após uma intuição de objetos reais e existentes, mesmos que estes objetos nunca sejam capazes de serem levados em si mesmo ao interior deste sujeito. Todavia, na sua abordagem, o filósofo mantém a postura de que temos experiências de objetos e não somente imaginamos esses objetos como exteriores, isto é, ele prova por meio da experiência que existe uma conexão imediata com os objetos.

Com isso, temos que, para Kant, a experiência se inicia pela intuição de aparecimentos e isto só é possível devido às formas puras da sensibilidade, que regulam a nossa capacidade de intuição e intelecção, nos assegurando que estas são as formas que dão validade objetiva ao conhecimento desses objetos enquanto aparecimentos independentes do sujeito¹⁷¹.

¹⁷⁰ CRP, A 393.

¹⁷¹ REGO, 2007, p. 76.

Mas, apesar de todo o conhecimento ter sua origem na experiência, ele necessita de algo a mais para ocorrer, assim a experiência apresenta-se como um degrau importante no complexo processo do conhecimento, mas não o único. Neste sentido, as coisas só ganham o estatuto de objetos do conhecimento, na medida em que são colocados sob as condições subjetiva deste sujeito que pensa.

E isso só é possível devido às condições *a priori* de toda sensibilidade, são elas quem garantem ao sujeito a ligação imediata deste com o objeto, e estes só podem ser comprovados mediante prova e não especulação, pois trabalhar no campo da especulação pura sem o devido cuidado leva o sujeito a validar e garantir toda e qualquer ilusão para satisfazer a necessidade natural da razão que é compreender o todo.

Então, na sua mudança de argumento, percebemos claramente que Kant se afasta ainda mais da questão da possibilidade e começa a trabalhar mais com a questão da realidade, que gera uma necessidade, onde o permite afirmar que todo real é possível, mas nem todo possível é real, por isso se manteve durante tanto tempo o problema do idealismo cético, porque todos que lá se empenhavam sempre trabalhavam a partir da possibilidade de existência desses objetos, mas não com a efetividade dos mesmos, ou seja, sua realidade.

Posteriormente, passamos à investigação do *eu* puro e do *eu* empírico, bem como da forma que Kant entende a expressão “dentro e fora de nós”, pois entendemos que a partir desta diferenciação fica mais claro quando o filósofo se remete a um *eu* pura forma, que não tem contato com o mundo externo, e o *eu* empírico, o qual nos parece compor e atuar na natureza.

De início, fica muito claro que o *eu* empiricamente determinado só pode ser encontrado a partir da constatação da existência de objetos fora dele, pois, de outra forma, este *eu* não seria consciente de si mesmo, bem como o fora não faria sentido algum. Então, devemos atestar a necessidade da diferença entre o *eu* forma e o *eu* empírico, diferentemente de como pensava Descartes, porque o *eu* é só *eu* enquanto forma, pois existe o não *eu* para o mesmo se comparar, que ativa o próprio ato de ser *eu*, isto é, o pensamento, *cogito ergo sum*.

Por este motivo, colocamos na sequência a distinção da autoconsciência e a consciência dos objetos exteriores, pois uma coisa só pode ser efetivada se a outra existir, jamais o *eu* puro, enquanto pura forma, pode pensar sem conteúdo, desta maneira o *eu* não estaria nem habilitado a pensar em si mesmo se ele não tiver algo para colocar nesta relação.

Justamente por este motivo Kant, na *Analítica transcendental*, interrompe os *Postulados do pensamento empírico em geral* para introduzir a *Refutação do idealismo*, porque ele tem que demonstrar que o entendimento (faculdade de determinação do múltiplo no

pensamento, mesmo aquela determinação que afirma que *eu* sou o que pensa e existe) não tem nenhum uso legítimo fora dos limites do fenômeno.

Nesse sentido, isso possibilita Kant adentrar com a *Refutação do idealismo* e discursar na mesma, a partir da categoria da existência e não de mera possibilidade, o que nos levou a esclarecer as diferenças entre os conceitos de realidade e existência, expondo que por meio da matemática Kant pode provar as condições de representações de objetos dos sentidos por meio da representação espacial.

A conclusão que Kant chega pela matemática prova a necessidade da intuição pura do espaço como requisito indispensável para a percepção de objetos fora do sujeito, pois estes objetos só são possíveis dentro dos limites que a geometria revelou, já que se trata de uma regra necessária para qualquer intuição.

Sem as diretrizes da geometria o *eu* jamais encontraria uma necessidade pela qual as coisas pudessem ser encontradas na sensibilidade, cada forma seria uma forma nova e independente da que a antecede, deste modo a própria unidade dos conceitos pelos quais pensamos os objetos não seriam possíveis.

Assim, podemos chegar ao termo e afirmar que somente por meio das condições puras da sensibilidade se pode introduzir o espaço na investigação por meio da categoria da realidade, sem ele qualquer coisa que se diga sobre a existência ou inexistência de objetos fica a cargo da possibilidade, por tanto da mera especulação. O que acabou nos levando outra vez ao conceito de experiência, pois, tanto na primeira edição como na segunda, este se apresenta como um conceito chave para a teoria do conhecimento de Kant e também para a prova da existência de objetos externos.

Neste interim, resolvemos partir pela investigação dos conceitos de aparecimento [*Erscheinung*] e de fenômeno [*Phaenomenon*], pois em nosso entendimento é de grande importância a distinção entre eles, uma vez que podemos fazer uma melhor distinção dos juízos revelados por Kant na sua empreitada crítica entre teóricos, práticos e estéticos.

Em nosso entendimento, é importante fazer essa distinção porque ela nos permite diferenciar a primeira intuição de uma experiência, ou seja, por esta separação se pode diferenciar o primeiro juízo reflexivo (de um objeto real - que o sujeito ainda não sabe determinar pela falta de parâmetros), de um juízo determinante, que já se utiliza do entendimento para determinar o objeto como fenômeno.

Passado este ponto, nos detivemos na análise feita por Dicker, que em meio a uma complexa construção de estruturas lógicas acredita estar auxiliando a *Refutação do idealismo*

a combater as críticas. Mas, a nosso ver, apesar de um argumento muito bem estruturado e bem trabalhado, ele escolhe uma saída que não fora diretamente usada por Kant.

Este comentador se utiliza de uma interpretação bastante particular da *Refutação do idealismo*, que pretende salvá-la por meio do argumento da memória, dizendo que mesmo um cético que decide duvidar da ordem de suas próprias experiências passadas, deve admitir que existe algo na origem dessas experiências e este algo seria então as experiências de um mundo objetivo, do qual tem acesso a partir da memória.

Na nossa perspectiva, apesar de um argumento bastante relevante, este não condiz com a filosofia de Kant e trata-se na verdade de uma adição de argumentos na *Refutação do idealismo*.

Como fechamento, no terceiro capítulo, onde tratamos das possíveis relações entre as edições A e B da *CRP*, tomamos por parâmetro a ideia de Collins quando diz:

De fato, ao discorrer sobre a alteração do texto para a segunda edição, Kant diz que não achou necessário mudar seu ponto de vista no todo, mas apenas sua exposição, e ele aceita a culpa pela má interpretação por leitores capazes (1999, p. 32 - tradução nossa).

Dito isto, nossa postura é a de que Kant não altera substancialmente sua proposta contra o idealismo cético, quando altera, essa mudança vem no sentido de complementar algo que por ventura tenha faltado na primeira edição. Ele tão somente muda sua estratégia argumentativa, utilizando-se da ênfase em conceitos que, por algum motivo, podem não ter ficado claros na primeira edição.

Na primeira edição Kant mostra que o caráter representacional da experiência externa a torna solidaria da interna, chegando bem próximo do que previa Descartes. Já na segunda edição, existe uma mudança acessível, pois Kant vai afirmar que a experiência externa é o permanente que possibilita a consciência do fluxo de nossos estados internos determinados no tempo.

Identificando a alteração do permanente de uma edição para outra, acreditamos se tratar de uma complementação, pois só com o permanente fixo da consciência pura (na primeira edição) em conjunto como o permanente da experiência externa (da segunda), podemos concluir a superação do idealismo cético, pois ambos se fazem necessário para fechar o ciclo da prova dos objetos reais existentes fora da consciência, dentro da filosofia transcendental.

Entretanto, nosso entendimento vem no sentido de mostrar que mesmo com essas mudanças e/ou complementos, Kant fecha seu entendimento pela superação do idealismo, por meio da distinção dos objetos em fenômeno e nôumeno¹⁷², bem como pela necessidade da afecção de objetos existentes no espaço, que só são possíveis por meio de uma intuição empírica autorizadas pelas intuições puras do espaço e tempo.

Isso leva as duas edições à natural distinção dos juízos, que podem ser determinados ou apenas reflexivos, mas sempre diante de objetos reais e existentes que funcionam como o impulso do pensamento.

Resta claro que, atestados os limites do sujeito cognoscente, o máximo que Kant conseguiu chegar foi a um sujeito transcendental incognoscível, bem como a coisa em si, também incognoscível, porque ambos estão fora da relação espaço-temporal e, conseqüentemente, do uso legítimo da faculdade que determina o pensamento, ou seja, do entendimento. Mas isso não impediu que, sem extrapolar os limites do uso legítimo do entendimento, Kant pudesse chegar pela via intuição e da experiência à constatação da real existência dos objetos fora da consciência no espaço.

Portanto, assim como Kant, todos os outros pensadores só puderam chegar à mera especulação do que seja realmente este *eu* enquanto forma, porém, nenhum outro chegou tão longe naquilo que se refere à prova dos objetos do conhecimento dados na sensibilidade. A falta de compreensão do que foi demonstrada por Kant fez com que muitas correntes irracionistas fossem criadas.

Ocorre que, depois que começamos a estudar a filosofia de Kant, sempre tentamos compreender como seria este *eu* que ao mesmo tempo, faz parte, atua e transforma a natureza, e como nossa consciência toma os objetos físicos para dentro de si e decompõe isso em conhecimento. Porém, o idealismo cartesiano dificultou mais essa reflexão quando sugeriu que os objetos não seriam reais, que poderiam ser frutos da mera imaginação, já que não era permitido à consciência um contato imediato com os objetos em si mesmos.

Então, imaginamos como seria ter o objeto em si mesmo dentro de uma coisa que é pura forma (pensamento), percebemos que essa proeza jamais poderia ser concretizada, já que para “estar dentro” ambos tem que ocupar lugar no espaço em uma relação determinada de dentro e fora de um para com o outro, ou seja, ambos deveriam por necessidade possuir as

¹⁷² Pelo que entendemos ser a solução de Kant os conceitos que melhor se encaixam são “fenômeno” e “nôumeno”, pois o “aparecimento” não é nada para o sujeito além de algo real, e, como foi afirmado anteriormente, a saída de Kant para o idealismo passa pela teoria do conhecimento, assim os “objetos” aos quais Kant sustenta a possibilidade do conhecimento são o fenômeno (enquanto objeto do conhecimento) e o nôumeno (enquanto objeto incognoscível).

condições físicas da matéria, mas, como é óbvio, o pensamento não possui estas características.

Foi, então, que a filosofia kantiana veio esclarecer que querer que os objetos em si mesmo entrem em contato com a abstração do pensamento é um absurdo lógico, e isto se deve ao distanciamento e natureza de ambos os “atores” envolvidos nessa relação (sujeito transcendental e coisa em si), necessitando de algo que pudesse transportar o mundo para dentro da consciência. Então ele nos apresenta o fenômeno, objeto que é a representação na mente e que assim possibilitar ao ser humano o contato com os objetos fora da consciência e, também, um conhecimento objetivo.

Desta maneira, Kant esclarece que, dentro da impossibilidade de ter os objetos em si mesmo diretamente em contato com a consciência, é possível atestar a existência de objetos via conhecimento.

O conceito de fenômeno¹⁷³ veio esclarecer mais coisas do que pretendíamos, pois mostrou como os diversos sujeitos conseguem emitir juízos tão diferentes frente ao mesmo aparecimento. Se os pensamentos estivessem ligados à coisa em si mesma, não seria possível ter um número incalculável de pensamentos sobre o mesmo objeto, porque ele estaria em essência na consciência de cada um, impedindo assim a variação dos pensamentos; já com o conceito de fenômeno, juntamente com o conceito de representação, conseguimos aclarar que é possível ter mais de um juízo sobre o mesmo aparecimento.

De uma forma ou de outra, a refutação do idealismo na edição A, com um pouco de boa vontade para com a filosofia de Kant, já bastaria para dar por superado o problema apresentado pelo idealismo cético, pois a *Estética transcendental*, conjuntamente com outras partes da obra, já poderiam ser usadas para provar a existência e o contato imediato com os objetos externos à consciência, porém é inegável que a refutação da edição B nos tirou as dúvidas que ainda poderiam existir e tapou as lacunas que ainda restavam.

Então nossa resposta vai ao encontro do que nos diz Kant, quando afirma:

O idealismo cético nos força, portanto, a encontrar a única escapatória que nos resta, a saber, em direção à idealidade de todos os fenômenos; a qual nós estabelecemos na *estética transcendental*, independentemente destas consequências, que então não podíamos prever (*CRP*, A 378).

¹⁷³ A distinção entre os conceitos de “aparecimento” e “fenômeno” nos foi instigada no decorrer deste trabalho e como a distinção sugerida não é foco principal do mesmo temos a plena consciência de que muito deve ser feito por nós na busca de elucidar a real pertinência desta distinção, pois para isso será necessário a investigação de toda *CRP* e não somente no trecho destacado no tema do trabalho apresentado.

A solução apresentada por Kant veio estabelecer um norte ao problema do uso desmedido da razão e revelar as regras mais gerais para todo pensamento que se pretende conhecedor do mundo, retirando do deleite do sujeito a criação de objetos fictícios tomados como reais. Mas, mesmo assim, como Kant nos ensina:

O idealismo pode ser tido por inofensivo (embora na verdade não o seja) no que diz respeito aos fins essenciais da metafísica, mas permanece escandaloso, para a filosofia e a razão humana universal, ter de aceitar por mera crença a existência das coisas fora de nós (das quais, contudo, retiramos todo material para nossos conhecimentos, inclusive para nosso sentido interno) e, caso seja do agrado de alguém duvidar de sua existência, não pode opor-lhe nenhuma prova suficiente (CRP, B XXXVIII).

Eis então que a produção deste trabalho serviu para fundamentar a resposta: será que a *Refutação do idealismo* de Kant, nas edições A e B, ou A ou B, são suficientes para dar por superado o idealismo, ou este problema se trata de uma aporia?

Finalmente, por tudo que foi dito até aqui, resta claro que a *Refutação do idealismo* na edição A contém ainda algumas obscuridades, que muito se devem à forma da apresentação dos seus argumentos, mas com a reformulação dos argumentos e algumas poucas mudanças propostas na edição B, nossa posição é que a junção das refutações propostas nas edições A e B constituem prova cabal para dar por superado o problema do idealismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS FONTE DE KANT

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Critique of pure reason**. Translated and edited by Paul Guyer and Allen W. Wood. New York: Cambridge University Press, 2000. (The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant)

_____. **Kritik der reinen Vernunft**. Nach der ersten und zweiten Originalausgabe herausgegeben von Jens Timmermann/Mit einer Bibliographie von Heiner Klemme Hamburg: Felix Meiner Verlag. 1998.

_____. **Prolegómenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. Tradução: José Marques. São Paulo: estação Liberdade, 2014.

_____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

OBRAS DE COMENTADORES

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABELA, Paul, **Kant's empirical realism**. Oxford/New York: Oxford University Press, 2002.

ALLISON, Henry. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa**. Trad. Dulce María G. Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1992.

ALLISON, Henry. **Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense**. New Haven and London: Yale University Press, 2004

ALMEIDA, G. **Kant e a Refutação do Idealismo II**. Rio de Janeiro: Analytica, vol. 17, nº 2, p. 13-50, 2013.

ALTMANN, Silvia. **A categoria da existência na refutação kantiana do argumento ontológico**. Studia Kantiana 5:47-59, 2004.

BAUM, Manfred. **Eu lógico e eu penso em Kant**. Studia Kantiana 4(1): 7-26, 2003.

BONACCINI, Juan. **Acerca do conceito de fenômeno na CRP**. Princípios, Ano 04, nº 05, p. 159-186, 1997.

- BONACCINI, Juan. **Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da filosofia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: UFRN, PPGF, 2003.
- BONACCINI, Juan. **Kant e o problema do mundo externo**. Rev. Manuscrito, Vol. XXV (1), p. 7-68, 2002.
- CARANTI, Luigi. **Kant and the scandal of philosophy: the kantian critique of cartesian scepticism**. London: Toronto: Toronto UTP, 2007.
- CARANTI, Luigi. **The one possible basis for the proof of the existence of the external world: kant's ant-sceptical argument in the 1781 fourth paralogism**. Kant Studies Online, ISSN 2045-3369, set., 2011.
- CARVALHO, Vinicius M. R. **Idealismo transcendental e refutação do idealismo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGLM, 2013. (Dissertação)
- COLLINS, Arthur. **Possible Experience: Understandig Kant's 'Critique of pure reason'**. Los Angeles: University of California Press, 1999.
- DESCARTES. **Discurso do método; Meditações; Objeções e resposta; As Paixões da alma; e, Cartas**. Trad. Guinsburg Bento Prado. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)
- DICKER, Georges. **Kant's Refutation of Idealism: An Analytical Introduction**. Oxford: Oxford University Press. p. 194-207.
- EVANS, Joseph C. **The metaphysics of transcendental subjectivity: Descartes, Kant and W. Sellars**. Amsterdam: Verlag B.R. Grüner, 1984.
- FORLIN, Enéias Jr. **Idealismo formal x idealismo material: a refutação kantiana do idealismo cartesiano**. Discurso, nº 38, p.91-117, 2008.
- GARDNER, Sebastian. **Kant and the Critique of Pure Reason**. London and New York: Routledge, 1999.
- GUYER, Paul. **A dedução transcendental das categorias**. Paul Guyer (Org.). Trad. Cassiano Terra Rodrigues. Aparecida/São Paulo: Ideias & Letras, 2009. (Coleção Companions & Companions).
- HARTMANN, N. **A Filosofia do Idealismo Alemão**. Lisboa: Calouste, ed. 2º, 1983.
- HOLZHEY, Helmut; MUDROCH, Vilem. **Historical dictionary of Kant ant Kantianism**. Toronto/Oxford: The Scarecrow Press, 2005.
- KELLER, Pierre. **Kant and demand of self-consciousness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

- KUMAR, Apaar. **Kant's definition of sensation**. Kant Studies Online Ltd. KSO 2014:262-311, Posted October 3, 2014.
- KURLE, Adriano Bueno. **O conceito de 'eu' na filosofia crítica teórica de Kant**. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, fls. 113, 2012.
- LYNCH, Greg. **The semantics of self-knowledge in the refutation of idealism**. The Philosophical Quarterly 60:240:507, 2010.
- MARQUES, Ubirajara. **Kant e o problema da origem das representações elementares: apontamentos**. Trans/form/ação, São Paulo, 13:41-72, 1990.
- MARTINS, Clélia. **Autoconsciência pura, identidade e existência em Kant**. Trans/form/ação, São Paulo, 21/22: 67-89, 1998/1999.
- PIMENTA, Olavo C. **Distinção entre aparecimento e fenômeno**. Campinas: Kant e-print, série 2, v.1, n.1, p. 119-126, Jan/Jun, 2006.
- REGO, Pedro. **Idealismo e refutação do idealismo na filosofia crítica de Kant**. Kriterion, Belo Horizonte, n. 127, p. 63-87, Jun. 2013.
- SCHULTING, Dennis. **Kant, non-conceptual content and the 'second step' of the B-deduction**. KSO: p. 51-91, may, 2012.
- SENDEROWICZ, Yaron M. **The coherence of Kant Transcendental Idealism**. New York/Berlin: Springer, v. 4, 2005.
- SOUZA, Luís Eduardo R. **Sobre o idealismo em Kant e Berkeley**. Studia Kantiana 16: 52-64, 2014.
- WARREN, Daniel. **Reality and impenetrability in Kant's philosophy of nature**. New York/London: Routledge, 2001.
- WESTPHAL, Kenneth R. **Kant's transcendental proof of realism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- WILLIGES, Flávio. **Idealismo transcendental e ceticismo em Kant**. Santa Cruz do Sul, Barbarói, n. 26, Jan/Jun, 2007.
- YOUNG, J. Michael. **Funções do pensamento e a síntese das intuições**. Paul Guyer (Org.). Trad. Cassiano Terra Rodrigues. Aparecida/São Paulo: Ideias & Letras, 2009. (Coleção Companions & Companions).